



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 16^a REUNIÃO

(2^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura)

**30/06/2016
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Vice-Presidente: Senador Valdir Raupp**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

16ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 30/06/2016.

16ª REUNIÃO, ORDINÁRIA

Quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 35/2016 - Não Terminativo -	SEN. CRISTOVAM BUARQUE	8
2	MSF 43/2016 - Não Terminativo -	SEN. LASIER MARTINS	98
3	MSF 44/2016 - Não Terminativo -	SEN. ALOYSIO NUNES FERREIRA	142

(1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES

SUPLENTES

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)

Jorge Viana(PT)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 José Pimentel(PT)	CE (61) 3303-6390 /6391
Lindbergh Farias(PT)	RJ (61) 3303-6427	2 Telmário Mota(PDT)	RR (61) 3303-6315
Gleisi Hoffmann(PT)	PR (61) 3303-6271	3 VAGO(23)	
Lasier Martins(PDT)	RS (61) 3303-2323	4 Humberto Costa(PT)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Cristovam Buarque(PPS)	DF (61) 3303-2281	5 VAGO(16)	
Ana Amélia(PP)	RS (61) 3303 6083	6 Benedito de Lira(PP)(13)	AL (61) 3303-6148 / 6151

Maoria (PMDB)

Edison Lobão(PMDB)	MA (61) 3303-2311 a 2313	1 João Alberto Souza(PMDB)	MA (061) 3303-6352 / 6349
Roberto Requião(PMDB)	PR (61) 3303- 6623/6624	2 Raimundo Lira(PMDB)	PB (61) 3303.6747
Sérgio Petecão(PSD)(18)(17)	AC (61) 3303-6706 a 6713	3 Marta Suplicy(PMDB)(20)	SP (61) 3303-6510
Valdir Raupp(PMDB)(19)	RO (61) 3303- 2252/2253	4 Kátia Abreu(PMDB)(25)	TO (61) 3303-2708
Ricardo Ferraço(PSDB)	ES (61) 3303-6590	5 Hélio José(PMDB)	DF (61) 3303- 6640/6645/6646

Bloco Social Democrata(PSDB, DEM, PV)

José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	1 Ronaldo Caiado(DEM)	GO (61) 3303-6439 e 6440
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)	SP (61) 3303- 6063/6064	2 Flexa Ribeiro(PSDB)	PA (61) 3303-2342
Tasso Jereissati(PSDB)(9)	CE (61) 3303- 4502/4503	3 José Aníbal(PSDB)(26)(27)	SP 3215-5736
Paulo Bauer(PSDB)(11)(14)	SC (61) 3303-6529	4 Antonio Anastasia(PSDB)(12)(15)(9)	MG (61) 3303-5717

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)

Fernando Bezerra Coelho(PSB)	PE (61) 3303-2182	1 João Capiberibe(PSB)	AP (61) 3303- 9011/3303-9014
Vanessa Grazziotin(PCdoB)	AM (61) 3303-6726	2 Lídice da Mata(PSB)	BA (61) 3303-6408
Eduardo Amorim(PSC)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211	1 Eduardo Lopes(PR)(30)(32)	RJ (61) 3303-5730
Armando Monteiro(PTB)(28)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125	2 Magno Malta(PR)(29)	ES (61) 3303- 4161/5867

- (1) Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).
- (2) Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).
- (3) Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).
- (4) Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- (5) Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).
- (6) Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).
- (7) Em 04.03.2015, os Senadores Edíson Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).
- (8) Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- (9) Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).
- (10) Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).
- (11) Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).
- (12) Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
- (13) Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
- (14) Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
- (15) Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
- (16) Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
- (17) Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- (18) Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
- (19) Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
- (20) Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
- (21) Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).

- (22) Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- (23) Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
- (24) Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
- (25) Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente pelo bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 067/2016-GLPMDB).
- (26) Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
- (27) Em 18.05.2016, o Senador José Anibal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 29/2016-GLPSDB)
- (28) Em 27.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. 28/2016-BLOMOD)
- (29) Em 27.05.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 28/2016-BLOMOD).
- (30) Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
- (31) Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
- (32) Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
- (33) Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496
FAX: 3303-3546

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA**

**Em 30 de junho de 2016
(quinta-feira)
às 10h**

PAUTA
16ª Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

	Sabatina
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 35, de 2016

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador José Agripino (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad hoc: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 23/06/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Relatório](#)

[Anexos](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 43, de 2016

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MÁRCIO FLORENCIO NUNES CAMBRAIA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Tcheca.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Edison Lobão (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad hoc: Senador Lasier Martins

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 23/06/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Relatório](#)

[Anexos](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 44, de 2016

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Gabonesa.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Sérgio Petecão (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad hoc: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - *Em 23/06/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;*

2 - *A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta Reunião.*

Textos da pauta:

[Relatório](#)

[Anexos](#)

[Avulso da matéria](#)

1

RELATÓRIO N° , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem
Presidencial nº 35, de 2016 (Mensagem nº 124,
de 5/4/2016, na origem), que submete à
apreciação do Senado Federal, de conformidade
com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal,
e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei
nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do
Senhor ANTONIO JOSÉ VALLIM
GUERREIRO, Ministro de Primeira Classe da
Carreira de Diplomata do Ministério das Relações
Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador
do Brasil no Reino da Bélgica e,
cumulativamente, no Grão-Ducado de
Luxemburgo.

RELATOR: Senador **JOSÉ AGRIPINO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre
a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor
ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO, Ministro de Primeira Classe da
Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer
o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente,
no Grão-Ducado de Luxemburgo.

O inciso quarto do artigo 52 da Constituição atribui
competência privativa ao Senado Federal para examinar, previamente e por
voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter
permanente.

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério
das Relações Exteriores encaminhou o *curriculum vitae* do diplomata e

vários dados sobre a Bélgica e Luxemburgo, cujo resumo apresentamos a seguir.

O Senhor ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO, filho de Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro e María da Glória Vallim Guerreiro, nasceu a 4 de agosto de 1954, em Madri, Espanha, sendo brasileiro de acordo com o art. 129, inciso segundo, da Constituição de 1946.

Concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco em 1974; o curso de graduação em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO) em 1975; e o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco em 1992, defendendo a tese “As negociações sobre recursos minerais antárticos: um esforço relevante?”.

Foi professor de Política Internacional do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio Branco de 1988 a 1989.

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1975. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1978; a Primeiro-Secretário em 1981; a Conselheiro em 1987; a Ministro de Segunda Classe em 1994; e a Ministro de Primeira Classe em 2001.

No Brasil, exerceu, entre outras, as funções de Chefe da Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço de 1987 a 1990; de Chefe da Divisão de Propriedade Intelectual e Tecnologias Sensíveis de 1993 a 1994; de Chefe da Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis de 1994 a 1998; de Chefe do Departamento de Temas Especiais de 1998 a 2001; e de Diretor-Geral do Departamento de Organismos Internacionais de 2001 a 2006.

No Exterior, trabalhou na Missão junto à Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York (Estados Unidos) de 1979 a 1984; e na Embaixada no Cairo (Egito) de 1984 a 1987. Foi Embaixador na Missão junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) em Viena (Áustria) de 2006 a 2012 e é o Embaixador em Moscou (Rússia) desde 2014.

A Bélgica é um país europeu com mais de 30.000 km² e mais de 11 milhões de habitantes.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) estimou o Produto Interno Bruto em paridade de poder de compra (PIB-PPP) *per capita* da Bélgica em US\$ 43.800 em 2015.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), os principais itens das pautas de exportação e importação da Bélgica são combustíveis, produtos farmacêuticos e automóveis.

Os Países Baixos são a principal origem das importações, e a Alemanha, o principal destino das exportações da Bélgica.

Em 2015, o intercâmbio comercial com o Brasil totalizou US\$ 4,613 bilhões, dos quais US\$ 2,990 bilhões foram exportações brasileiras e US\$ 1,623 bilhão foram exportações belgas, o que corresponde a um saldo de US\$ 1,367 bilhão favorável ao Brasil. O Brasil exportou, entre outros, preparações de produtos hortícolas, café, chá, mate, especiarias e tabaco, e importou, entre outros, produtos farmacêuticos e químicos.

Há aproximadamente 48 mil brasileiros vivendo na Bélgica.

Luxemburgo é um país situado entre a Bélgica, a Alemanha e a França. Possui cerca de 2.500 km² e menos de 600 mil habitantes.

Trata-se de uma das principais praças financeiras do mundo. Entre 2012 e 2015, Luxemburgo foi o terceiro maior investidor estrangeiro direto no Brasil. Várias empresas estrangeiras (chinesas, por exemplo) concretizam investimentos no Brasil por meio de bancos luxemburgueses.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) estimou o Produto Interno Bruto em paridade de poder de compra (PIB-PPP) *per capita* de Luxemburgo em mais de US\$ 93 mil em 2015.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Luxemburgo, no geral, exporta ferro, aço, máquinas mecânicas e plásticos, e importa automóveis e combustíveis.

A Bélgica e a Alemanha são as principais origens das importações, e a Alemanha, o principal destino das exportações de Luxemburgo.

Em 2015, o intercâmbio comercial com o Brasil totalizou cerca de US\$ 125 milhões, dos quais US\$ 36 milhões foram exportações brasileiras, e US\$ 89 milhões, exportações luxemburguesas, o que corresponde a um déficit de US\$ 52 milhões. O Brasil exportou, basicamente, aviões, e importou, principalmente, máquinas mecânicas.

Cerca de 16% da população de Luxemburgo são de origem portuguesa.

Há aproximadamente 3.600 brasileiros vivendo em Luxemburgo. Em 2014, havia quatro brasileiros detidos no País.

É o Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

**RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL JUNTO AO REINO DA BÉLGICA
EMBAIXADOR ANDRÉ MATTOSO MAIA AMADO**

I - Panorama político recente

2. As eleições parlamentares de maio de 2014 resultaram, pela segunda vez, em vitória do partido nacionalista flamengo N-VA (Nieuw-Vlaamse Alliantie). A agremiação liderada pelo Deputado Federal e Prefeito de Antuérpia Bart De Wever já havia conquistado a maioria dos assentos em 2010, mas ficara de fora do governo do socialista Elio Di Rupo (2011-2014) em razão do caráter manifestamente antisistêmico do seu programa separatista.

3. A eleição de mais de um quinto dos membros da Câmara em 2014 (33 de 150) deu novo impulso ao N-VA e abriu caminho para a inédita participação dos nacionalistas flamengos em uma coalizão federal, ao mesmo tempo em que afastou os socialistas do Executivo belga pela primeira vez em 25 anos. Se, durante o governo Di Rupo, prevaleceu o equilíbrio entre as duas maiores comunidades linguísticas (francófona e neerlandófona), assim como entre as principais "famílias" políticas da Bélgica (Socialistas, Liberais e Democratas-Cristãos), a maioria formada após o pleito de 2014 contou apenas com um partido francófono (Mouvement Réformateur/MR), coligado a três partidos neerlandófonos (N-VA/Nieuw-Vlaamse Alliantie; CD&V/Christien-Democratisch & Vlaams; e OPEN VLD/Open Vlaamse Liberalen en Democratens), todos de direita ou, no caso do CD&V, de centro-direita.

4. De acordo com a tradição local, procurou-se nomear a coalizão com base nos símbolos e cores dos partidos, o que deu origem à coligação "suédoise", em alusão às cores azul e amarela das bandeiras de MR, Open VLD e N-VA, e à cruz, símbolo do CD&V. Em razão da discrepância entre regiões e ideologias, a expressão "kamikaze" foi igualmente popular durante o processo de formação do novo governo, sobretudo entre os membros da oposição.

5. Não obstante a inequívoca vitória nas urnas, Bart De Wever e os demais líderes do N-VA tiveram que abrir mão, temporariamente, dos seus objectivos separatistas. Um "acordo de cavalheiros" entre o N-VA e os demais membros da coalizão previu a suspensão de quaisquer discussões sobre reforma institucional na Bélgica até as próximas eleições, previstas para 2019. Embora tenha servido para garantir a participação dos

nacionalistas flamengos, a medida não foi suficiente para livrar a "suédoise" de muitos problemas durante a negociação do acordo de governo. Nomeado "formador" pelo Rei Philippe, Bart De Wever entregou o cargo após poucas semanas, por não ter logrado arregimentar apoio ao programa proposto. Optou-se, então, por uma dupla de "co-formadores", composta por Charles Michel (MR) e Kris Peeters (CD&V). Seguiu-se longo período de indefinição, durante o qual se destacou, de forma negativa, a demora da Bélgica em indicar representante para a Comissão Europeia (CE). À pressão comunitária somava-se, em âmbito interno, o "confronto máximo" prometido pelos socialistas e sindicatos, contrários à agenda liberal e às medidas de austeridade sinalizadas pela "suédoise" (corte de gastos públicos, alteração das regras de aposentadoria, limite de prazo para o seguro-desemprego, extinção do mecanismo de indexação salarial), e à redução da contribuição patronal das empresas aos sindicatos.

6. Em outubro de 2014, chegou-se, finalmente, a um acordo sobre o programa de governo. Marianne Thyssen, do CD&V, foi indicada para a CE, o que, na prática, tirou os Democratas-Cristãos flamengos da disputa pela chefia do governo federal. (Os cargos de Comissário Europeu e Primeiro-Ministro têm importância equivalente na Bélgica, pelo que raramente são preenchidos pelo mesmo partido)

7. O N-VA, maior partido político do país na atualidade, não teve condições, apoio, ou mesmo interesse em assumir o comando de um Estado que deseja, em última instância, dividir. Já o Open-VLD, muito embora tivesse garantido sua participação no governo em todos os níveis (federal, Região de Flandres e Região de Bruxelas-Capital), era apenas a quarta força política da coalizão, e eventual insistência em ocupar o "Seize" - termo pelo qual é conhecido o escritório do PM, situado no nº 16 da "Rue de la Loi" - , prejudicaria ambições mais realistas dos liberais flamengos na distribuição de responsabilidades do Gabinete federal.

8. Coube, assim, ao MR (liberais francófonos) indicar o Primeiro-Ministro, escolha que recaiu sobre o "co-formador" Charles Michel, então com apenas 38 anos. Filho de político de grande prestígio na Bélgica e na Europa (seu pai, o eurodeputado Louis Michel, foi, também, Prefeito, Deputado Federal, Senador, Ministro das Relações Exteriores e Comissário Europeu), Charles Michel assumiu o governo federal pressionado pela desconfiança generalizada em relação ao formato da "suédoise" e pelas críticas da oposição política e sindical ao programa do novo governo. Na tensa e tumultuada sessão inaugural no Parlamento, o PM Michel teve sua fala abafada por vaias e gritos.

9. Nos meses seguintes, à medida que os partidos da maioria federal consolidavam suas respectivas estratégias no governo, tornavam-se evidentes as dificuldades de relacionamento, e se temeu pelo fim prematuro da coligação. Entretanto, Michel conseguiu equilibrar-se e manter o bloco N-VA/MR/CD&V/Open-VLD, contrariando as expectativas pessimistas e criando, com isso, condições para fazer avançar a agenda substantiva do Governo federal.

10. Seu segundo discurso anual perante o Parlamento ocorreria em condições bem mais amigáveis. Michel apresentou dados que indicavam crescimento do PIB, do volume de exportações e de investimentos, em 2015 e 2016. Nesse primeiro balanço, foi possível celebrar, igualmente, a aprovação de medidas importantes do programa de governo, como o aumento progressivo da idade mínima para aposentadoria e a redução de encargos trabalhistas, além de uma reforma fiscal que, segundo projeção do Governo, aumentará em mais de 1700 euros por ano o salário líquido dos trabalhadores de menor renda, até o final da presente legislatura.

11. Durante os primeiros 15 meses de governo, o MR de Charles Michel deixou de ser a principal fonte de preocupação para transformar-se no centro de equilíbrio da coligação governamental. De sua parte, os partidos flamengos decepcionaram pela falta de coordenação, ainda que os principais problemas fossem evidentes antes mesmo da formação do governo, sobretudo a "dissonância" do CD&V com relação ao programa, considerado por muitos excessivamente liberal. Membros do N-VA e do Open-VLD ressentem-se da atitude dos Democratas-Cristãos flamengos, que, por se enxergarem no papel de "alma social" da coalizão, teriam criado dificuldades adicionais durante o exaustivo processo de negociação do acordo e de implementação das medidas nele previstas.

12. No plano político interno, a retomada do dossiê institucional pelo N-VA volta a preocupar meios políticos belgas. O partido de Bart De Wever nunca escondeu seus objetivos nacionalistas. O próprio estatuto do N-VA, em seu artigo 1º, manifesta o propósito de tornar a região de Flandres uma república independente. Em 2014, pouco antes das eleições parlamentares, o N-VA promoveu grande "congresso ideológico", no qual líderes e militantes aprovaram o modelo de confederação que pretendiam impor nos próximos anos e que, em grandes linhas, corresponderia ao fim do Estado federal na Bélgica. Embora tenha sido o grande vencedor das eleições, o N-VA comprometera-se a não apresentar proposta de reforma institucional antes de 2019, em troca da participação no governo federal.

13. A trégua nacionalista, contudo, durou pouco. Em janeiro de 2016, Bart De Wever anunciou que o N-VA promoverá uma "reflexão interna" sobre o posicionamento político do partido, confiando a dois importantes correligionários a realização de estudo acadêmico sobre o futuro institucional da Bélgica e a elaboração de projetos de lei que pavimentem o caminho em direção à confederação após as eleições de 2019. O anúncio do Presidente da N-VA significa que o partido trabalhará pelo fim da Bélgica, pois o modelo proposto pelos nacionalistas prevê a extinção do Gabinete Executivo federal e a transferência de suas competências para as regiões de Flandres e da Valônia.

14. Embora surpreendidos pela manobra do N-VA, líderes dos demais partidos da coalizão procuraram minimizar o impacto do anúncio de De Wever, alegando que o exercício de reflexão proposto é, além de fruto da liberdade de expressão, natural a qualquer partido. O próprio Presidente da N-VA reafirmou a disposição de respeitar o "standstill" acordado em 2014. Não se pode ignorar, contudo, a ameaça à estabilidade do governo e, em última análise, do Estado belga. O partido da coalizão federal com maior representação na Câmara declarou que buscará, ativamente, a cisão do país, e o governo do Primeiro-Ministro Charles Michel se vê constrangido a fazer avançar seu programa sabendo que, a qualquer momento, os nacionalistas poderão agir conforme a sua agenda própria, contrária aos interesses do Estado nacional.

II - Política Externa

15. Apesar da troca de governo em 2014, Didier Reynders, do MR, permaneceu como Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, posição que ocupava na gestão de Elio Di Rupo. Em princípio cotado para assumir o cargo de Comissário Europeu ou, até mesmo, a chefia do Executivo Federal do novo governo, o experiente político liberal francófono acabou preterido em ambas as ocasiões, primeiro por Marianne Thyssen, do CD&V, e depois por Charles Michel, com quem mantinha antiga rivalidade no seio do MR, hoje "congelada" em favor da boa governabilidade. No início do governo, observadores locais sugeriram que o acesso frustrado aos dois maiores cargos da política belga representaria um "duro golpe" para Reynders, o que foi negado por ele em diversas ocasiões.

16. Didier Reynders comanda uma diplomacia tradicionalmente voltada a temas econômico-comerciais, mas dedicada, também, a promover os valores liberais e os Direitos Humanos. Durante recente encontro com Embaixadores acreditados junto ao Reino da Bélgica, o Chanceler

apresentou as prioridades de seu Ministério para os próximos anos. No campo político, continuará a dar prioridade às relações com a União Europeia e às ações de segurança coletiva no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Forte ênfase será também conferida às relações com os Estados Unidos e com as ex-colônias belgas na África. Os países da África central são o principal alvo das políticas de cooperação e desenvolvimento da diplomacia belga.

17. Com relação à crise de segurança e às ameaças terroristas, temas que adquiriram status prioritário a partir dos atentados em Bruxelas no dia 22 de março de 2016, Reynders defende uma abordagem comum, baseada na colaboração entre forças de segurança e na troca de informações entre os diferentes serviços de inteligência na Europa e demais partes do mundo. Após os ataques de novembro de 2015 em Paris, constatou-se que vários terroristas teriam residido ou transitado por regiões de Bruxelas com grande concentração de população de origem árabe. Autoridades francesas e analistas de segurança em todo o mundo acusaram a Bélgica de negligência e ineficiência na identificação de células radicalizadas em seu território. A caçada a suspeitos e o aumento do nível de alerta no país causaram virtual paralisação de Bruxelas e cancelamento de várias atividades no calendário de festas de fim de ano. A repercussão negativa no noticiário internacional demandou considerável esforço do Chanceler Reynders para tentar conter a degradação da imagem do país no exterior.

18. A diplomacia econômica constitui o cerne da atuação internacional da Bélgica, sobretudo com o liberal Reynders à frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros. São organizadas, com frequência, missões comerciais lideradas pelo Chanceler, por ministros da área econômica ou por membros da família real. Desde o início do atual governo, há registro de visitas a países nas diferentes regiões do globo (Canadá, China, Catar, Cingapura, Colômbia, Emirados Árabes, Irã, Malásia, Peru e Polônia). Não obstante a orientação econômica, em alguns casos as visitas adquiriram maior significado político, seja em razão da participação do casal real (China e Polônia) - ocasiões em que se elevou o evento à categoria de visita de Estado; seja devido à sensibilidade da região visitada e dos temas tratados, como no caso da missão político-empresarial liderada por Reynders ao Irã, no final de 2015, que suscitou polêmica no Parlamento, pelo fato de a empresa belga "FN Herstal", maior exportador europeu de armamento militar de pequeno porte, ter, entre seus principais compradores, países do Oriente Médio.

III - Relações com o Brasil

19. A diplomacia belga reconhece o grande potencial do relacionamento com as nações emergentes para a ampliação da atuação política do país além dos eixos tradicionais. O interesse da Bélgica pelo Brasil justifica-se pela complementaridade das duas economias e pela forte demanda brasileira em áreas onde o país europeu conta com reconhecida excelência, como, por exemplo, infra-estrutura e logística. Para o Brasil, a Bélgica representa importante mercado de produtos e serviços, além de ser ponto de acesso preferencial a outros mercados europeus, em razão da sua localização central e da excelente estrutura de distribuição e transportes.

20. As boas relações foram pontuadas, nos últimos anos, por diversas visitas e encontros de alto nível, entre os quais se destacam a visita da Senhora Presidenta da República à Bélgica, em outubro de 2011; a missão prospectiva sobre o setor de transportes chefiada pela Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, em agosto de 2012; a visita do Chanceler Didier Reynders ao Brasil, em abril de 2013; o encontro entre a Senhora Presidenta da República e o Primeiro-Ministro Elio Di Rupo, em Bruxelas, à margem da VII Cúpula Brasil-União Europeia, em fevereiro de 2014; e o encontro entre a Senhora Presidenta da República e o Primeiro-Ministro Charles Michel, em Bruxelas, à margem da II Reunião de Cúpula CELAC-União Europeia, em junho de 2015.

21. Entre os acordos bilaterais assinados recentemente, pode-se destacar o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas entre as Chancelarias do Brasil e da Bélgica; o Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular; e o Acordo sobre Previdência Social - todos os três em vigor -; além de Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas; e de Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, ambos em processo de ratificação pelo Congresso Nacional. O Acordo de Serviços Aéreos, assinado em 2009, ainda está pendente de ratificação pelo lado belga.

IV - DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL

22. As atividades de promoção cultural na Bélgica, e particularmente em Bruxelas, oferecem excepcional vitrine para a projeção de interesses e de valores culturais brasileiros. A particularidade de Bruxelas se deve a conjunto de fatores: (a) mais do que a capital da Bélgica, Bruxelas sedia a União Europeia e a OTAN, e outras agências internacionais; (b) hospeda cerca de 290 missões diplomáticas e dezenas de repartições consulares, que conforma robusta comunidade de agentes políticos e formadores de opinião governamentais; (c) abriga em torno de 1.500 escritórios de advocacia

(lobistas) e 2.000 organizações não-governamentais; (d) possui elevada população flutuante, diariamente inflada com o deslocamento de residentes de cidades vizinhas. A cidade concentra, assim, contingente de diplomatas, funcionários internacionais e profissionais de alta qualificação que pode alcançar a cifra de 50 mil pessoas, além de atrair público valão e flamengo de elevado nível de renda. Essas contingências fazem de Bruxelas uma cidade aberta, politicamente efervescente e interessada em projetos multiétnicos e pluriculturais, marca maior da produção artística brasileira.

23. Minha gestão à frente da Embaixada teve início cerca de cinco meses antes da inauguração do mega-evento "Europalia-Brasil". A Bélgica homenageia a cada dois anos um país diferente, que é convidado a expor em amplos e prestigiosos espaços de instituições belgas suas expressões artísticas nos diversos campos, ficando a cargo do país homenageado a cobertura dos gastos de transporte de obras, pessoal técnico e artistas envolvidos.

24. Tendo o Brasil aceito o convite, o Ministério da Cultura reuniu grupo de alto nível de curadores brasileiros e estrangeiros para articular e por em execução programa ambicioso nos campos da literatura, artes plásticas, dança, música popular, fotografia e um capítulo especial sobre populações indígenas. A programação que resultou desse esforço somou mais de 600 eventos culturais, com participação de cerca de 2 mil artistas e de 200 instituições culturais, além do envio de 2.650 obras - algumas das quais, como o quadro "A Primeira Missa", de Victor Meirelles, nunca antes expostas no exterior.

25. A Europalia-Brasil apresentou à Bélgica e, de maneira indireta também à Europa, uma interpretação amadurecida sobre o Brasil e sua diversidade cultural, para além dos estereótipos, retomando e fortalecendo o diálogo intercultural - entendendo-se a cultura de forma ampla, também como expressão e manifestação políticas. Dados da Europalia indicam que 975 mil pessoas prestigiaram os eventos brasileiros, nos quais tiveram destaque os eventos performáticos (cifra relevante, se comparada com a grandiosa programação chinesa de dois anos antes, que atraiu público de 1,100 mil, e contou com exposições de tesouros culturais que jamais haviam saído da China).

26. A partir de 2012, a programação cultural da Embaixada ajustou-se às severas restrições orçamentárias que, a cada exercício financeiro, se agudizaram. Privilegiaram-se, assim, projetos em que o patrocínio ou a cessão dos espaços da Embaixada pudessem substituir financiamentos na parceria com os promotores culturais. Apesar do aprofundamento das

restrições, a Casa do Brasil manteve programação cultural mínima, com exposições e vernissages patrocinados pelos próprios artistas, o que possibilitou continuado aproveitamento do espaço cultural da Embaixada. Destacam-se, a seguir, os principais eventos realizados no Espaço Cultural da Casa do Brasil, ou em outros locais, com apoio brasileiro.

27. No campo das artes plásticas, a Embaixada apoiou, entre outros, os seguintes eventos:

- (a) Exposições itinerantes com painéis de imagens e textos explicativos de Arnaldo Antunes, Zuca Sardan, Odilon Moraes e Lourenço Mutarelli.
- (b) Exposição "Lusoplástica - Cultura Visual na CPLP", por ocasião do Dia da Lusofonia.
- (c) Exposições das artistas Valentina Pacheco Fernandes (brasileira residente em Bruxelas); Carolina Gama; Luís Felipe Camargo (pintor e ilustrador brasileiro residente em São Paulo).
- (d) A exposição "Sarau", de Veronica Stigger, aberta com palestra do Professor Eduardo Sterzi, do Departamento de Teoria Literária da Universidade de Campinas (Unicamp), que discorreu sobre a produção literária brasileira contemporânea. Na inauguração, realizou-se leitura do conto "Minha Novela", em português, francês e neerlandês. O evento completou-se com apresentação musical da banda UTZ.
- (e) Em associação com o Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães (MAMAM), de Recife, e com apoio parcial da Secretaria Municipal de Cultura de Recife, a Galeria da Casa do Brasil apresentou exposição do artista plástico Jeims Duarte.
- (f) Exposição "Deus é brasileiro?", da fotógrafa portuguesa Ana Carvalho, em conjunto com o lançamento de livro do escritor holandês Harrie Lemmens, ambos residentes em Amsterdam.
- (g) Exposição "Memória Visual - ME Brasil", em parceria com a "Oca (Organização Cultural e Artística) ME-Brasil" e o "Projeto ME-Brasil", instituições locais mantidas por brasileiros, dedicadas ao resgate e à difusão da cultura brasileira na Bélgica. Dez artistas brasileiros radicados na Bélgica contribuíram com trabalhos, sobretudo pintura, fotografia e instalações.
- (h) Exposição "Crônicas Cariocas", do ilustrador Paulo Mariotti, residente em Paris, em parceria com a Revista Vogue.
- (i) Exposição "A Fantasia Exata", do artista plástico Luiz Geraldo "Dolino" do Nascimento.
- (j) Exposição "Sideways", da pintora e poeta belga Delphine Simonis, que apresentou trabalhos de pintura em tela com acrílico e de "marouflage" em madeira. A artista preparou também apresentação multimídia e fez leitura de poemas de sua autoria.

(k) Exposição "Leituras Líticas", da conceituada escultora portuguesa Maria Leal da Costa, reunindo trabalhos recentes inspirados na literatura portuguesa. Evento organizado em parceria com a Embaixada de Portugal, o Instituto Camões e a editora Orfeu de Bruxelas.

(l) Exposição de Roberto Barr, artista brasileiro radicado na Europa.

(m) Exposição "Récits de Voyages", com fotografias tiradas pelo Rei Leopoldo III durante quatro viagens que fez ao Brasil, entre 1962 e 1967, quando conviveu com índios do Xingu. A inauguração contou com a presença da Princesa Marie-Esméralda, filha de Leopoldo III e Presidente do "Fundo Leopoldo III para a Exploração e a Conservação da Natureza". Durante a temporada da exposição, exibiu-se na Casa do Brasil o documentário "La Visite du Roi" (2011), de Babi Avelino. A própria diretora participou de debate na Casa do Brasil sobre a experiência de encontrar e filmar, 45 anos após a passagem do Rei Leopoldo III pelo Xingu, muitos dos nativos que encontraram o soberano belga em viagem ao Brasil.

28. No campo da música a Embaixada apoiou:

(a) Apresentação da cantora Taïs Reganelli, no Jazz Bar de Muze, na Antuérpia.

(b) Concerto de Mônica Salmaso, na "Sala Léopold Senghor".

(c) Concertos de Gilberto Gil, António Zambujo, Criolo, Chris Nolasco e Bixiga '70, Nelson Freire e Yamandu Costa, organizados por agentes privados.

(d) Artistas locais brasileiros ou belgas cujo trabalho se relacionasse com a música brasileira - caso dos grupos UTZ; da banda de jazz experimental Ifa y Xangô; do grupo de samba Goiabada; do grupo de forró Pau Xerôso; e o duo de jazz integrado por Odair e Clarice Assad.

(e) Apresentação do pianista brasileiro Fábio Caramuru na sala de concertos Club Reserva, em Gent.

(f) Evento "Noites de música", em Bruxelas e Antuérpia, com performances e leituras de poesia com a banda brasileira Tetine, baseada em Londres; com o artista alemão Cunt Cunt Chanel e com o poeta brasileiro residente em Berlim, Ricardo Domeneck. Este último realizou também em Bruxelas palestra na livraria Orfeu, especializada na publicação de obras em língua portuguesa.

(g) Apresentação de Lucas Santtana, no "Bar du Matin".

29. No âmbito da dança, organizaram-se na Casa do Brasil duas apresentações da oficina de dança dirigida pela coreógrafa brasileira Juliana Neves, que, com presença de 15 bailarinos profissionais provenientes de diversas companhias locais.

30. A Embaixada divulgou, em português, neerlandês, francês e inglês, o projeto "Sua Arte @ Casa do Brasil" junto a escolas de arte, instituições culturais e artistas independentes locais. O projeto, iniciado em 2013, consiste em dar acesso às instalações da Casa do Brasil, em períodos de menor movimento, para que artistas radicados na Bélgica ou de passagem por Bruxelas desenvolvam projetos próprios, contribuindo, assim, para consolidar bom conceito da Casa do Brasil junto ao público local.

31. Nessa linha, a Casa do Brasil prestou-se a espaço de ensaio de: (a) grupo de dança que apresentou em espetáculo escrito e dirigido pelo coreógrafo e bailarino brasileiro Renan Martins de Oliveira; (b) bailarina e coreógrafa Marta Kosieradzka; (c) bailarino brasileiro Milton Paulo Nascimento, para teste em companhia de dança de Antuérpia; (d) Francisco Feitosa, dramaturgo, poeta e tradutor brasileiro residente em Bruxelas, que trabalhou textos e arquivos de áudio no âmbito do projeto "Cordel Cités", de inclusão social por meio da arte, voltado a alunos da rede pública da cidade; (e) bailarina e coreógrafa Marie Martinez e bailarino brasileiro radicado na Bélgica, Milton Paulo Nascimento, para o espetáculo "Au Fond du Monde"; e (f) coletivo artístico belga 'Chapter One', que exibiu vários tipos de arte - vídeo, instalação, dança e música.

32. Ainda no tocante às artes cênicas, a Embaixada ofereceu apoio à realização da peça do "Teatro da Vertigem", no marco do programa de cooperação cultural europeu "Villes en Scène/Cities on Stage". Teve lugar exibição de peça brasileira do autor e diretor teatral Antônio Araújo, que realizou "workshop" no Festival Europalia-Brasil no "Théâtre National de La Communauté Française". Texto escrito por Bernardo Carvalho foi representado por elenco selecionado em Bruxelas entre atores franceses e belgas francófonos.

33. Na área de literatura, foi estabelecida parceria com o "Passaporta", um dos principais centros de divulgação de novos autores estrangeiros. O centro Passaporta organiza leituras e debates com autores, com participação de agentes literários, editores e jornalistas especializados. Bernardo Carvalho foi o escritor brasileiro convidado pela entidade para o Programa de Residência Artística. A iniciativa já havia possibilitado que cerca de 20 escritores de diversas nacionalidades se hospedassem no centro de Bruxelas, a fim de concluir projetos literários e escrever sobre a experiência de morar na capital da Bélgica, para posterior publicação em série que já reúne nomes consagrados.

34. Também com a Passaporta, foram realizadas leituras e conferências com Daniel Galera e Michel Laub, por ocasião do lançamento de suas traduções holandesas, em data próxima ao "Dia da Língua Portuguesa".
35. Aproveitando-se da vinda de autores para o Festival de Angoulême, França, importante evento internacional de quadrinhos da Europa, foi lançada em Bruxelas edição da novela gráfica "Cachalote", de Daniel Galera e Rafael Coutinho. Com apoio da editora "Cambourakis", foram realizadas sessões de autógrafos na livraria "Brüsel" (referência no mundo da "bande-déssinée"); na "BD-World" (em Mons); na "Le Depot", em Liège e na "L'âge d'or", em Charleroi.
36. Visitas de escritores e intelectuais brasileiros contribuíram para a projeção cultura brasileira. Em setembro de 2013, a então Presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL), Ana Maria Machado, cumpriu agenda de conferências e encontros com leitores em Bruxelas e Antuérpia. O programa incluiu conferências na Universidade Livre de Bruxelas (ULB) e na Universidade de Antuérpia (UA); encontro com crianças brasileiras no Consulado-Geral em Bruxelas; visita a editora lusófona Orfeu; e uma entrevista com a rede estatal de televisão flamenga VRT.
37. O professor, poeta, tradutor e ensaísta Marco Lucchesi, igualmente membro da Academia Brasileira de Letras, cumpriu agenda preparada pela Embaixada e visitou as Universidades da Antuérpia e a Universidade Livre de Bruxelas. Alguns meses depois, o Embaixador Geraldo Holanda Cavalcanti, então Presidente da ABL, proferiu na ULB e na UA palestra intitulada "A Traduzibilidade da Poesia". O Professor Arnaldo Niskier, outro membro da ABL, visitou Bruxelas e manteve contatos na ULB, onde se encontrou com especialistas em projetos de "e-learning".
38. A escritora brasileira Nara Vidal lançou o livro infantil "Pindorama de Sucupira", em evento organizado pela instituição local "OCA Brasil" para a comunidade brasileira residente na Bélgica. O lançamento e a sessão de leitura do livro, apresentados pela escritora brasileira radicada em Bruxelas Ivna Maluly, inserem-se no projeto "Contos por todos os cantos", para difusão da cultura brasileira junto aos filhos de imigrantes brasileiros na Europa.
39. A Embaixada acolheu evento organizado pelo "Comité Olympique & Interfédéral Belge" (COIB), e pela empresa "Eventteam", responsável na Bélgica pela comercialização de ingressos para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, no Rio de Janeiro. Estiveram representados, na

ocasião, os principais órgãos da imprensa local, bem como as federações esportivas, e dirigentes da equipe olímpica deste país.

40. Na área de cinema, a Embaixada organizou regularmente, na última semana de cada mês, sessões de exibição de filmes brasileiros do acervo do Posto.

41. Outra iniciativa na área de cinema que merece ser destacada é a parceria com o "Groupe de Recherche Interdisciplinaire sur le Brésil" - GRIB da ULB, em conjunto com a "Université Catholique de Louvain"- UCL para a realização da I e da II Semanas do Cinema Brasileiro. A edição de 2015, intitulada "Autoritarisme et Démocratie", foi organizada no contexto das discussões acadêmicas sobre os 30 anos da redemocratização no Brasil. A mostra foi inaugurada com a presença do Vice-Reitor de Relações Internacionais da ULB, Serge Jaumain. Durante uma semana, foram exibidos filmes e documentários brasileiros sobre temas históricos, políticos e socioculturais relacionados ao regime militar no Brasil e ao período imediatamente posterior.

42. Setores acadêmicos belgas têm demonstrado interesse em estreitar os laços com universidades brasileiras e em receber projetos de divulgação da língua e cultura brasileira na Bélgica. A ULB mantem núcleo de estudos brasileiros com temas de língua, cultura e política no Brasil, tendo programado seminários interdisciplinares sobre esses temas em cooperação com instituições homólogas no Brasil. A Universidade da Antuérpia (UA) também tem incentivado o "abrasileiramento" do Departamento Português da Universidade (ativo desde fins do século XIX), tendo inclusive manifestado interesse em estabelecer programa de leitorado brasileiro.

43. Por outro lado, em conjunto com as embaixadas dos demais países da CPLP, a Embaixada organizou semana de atividades para celebrar o Dia da Língua Portuguesa. Além de um ciclo de cinema, no qual o Brasil exibiu o filme "Dois Filhos de Francisco", de Breno Silveira, os organizadores ofereceram recepção para a comunidade lusófona local.

44. Quanto às atividades envolvendo os países da CPLP, destaque-se que o Setor Cultural manteve permanentes canais de diálogo com seus homólogos lusófonos, em particular com o setor cultural da Embaixada de Portugal. As várias exposições conjuntas realizadas e o oferecimento do espaço da Casa do Brasil para celebrações do "Dia da Língua Portuguesa" – com recitais, debates, shows musicais e exposições de artes plásticas - favoreceram, também na Bélgica, o fortalecimento dos laços políticos e culturais dos países que integram a CPLP.

45. A programação cultural da Casa do Brasil é regularmente divulgada no sítio internet da Embaixada e na página de Facebook da Embaixada.

V - TEMAS ECONÔMICOS E DE PROMOÇÃO COMERCIAL

(A) Dados básicos e panorama da Economia e do Comércio Exterior da Bélgica

46. Com cerca de 11 milhões de habitantes, a Bélgica é um dos países mais ricos do mundo, tendo figurado entre as vinte maiores economias até pouco tempo. Em 2013, ocupava a 24^a posição, com PIB nominal de US\$ 507,4 bilhões.

47. Em contexto de amplas liberdades econômicas, baixos índices de corrupção, baixo custo de empreendedorismo e boa oferta de mão de obra qualificada, a composição do Produto Interno Bruto (PIB) apresenta claro predomínio dos setores de serviços e indústria (77% e 22%, respectivamente), com a agricultura correspondendo a menos de 1% do total.

48. Com localização geográfica estratégica, no centro da Europa, e em meio às principais rotas do comércio mundial, o país conta com dois dos maiores portos do continente (Antuérpia e Ghent).

49. Em razão da avançada estrutura logística e tecnológica disponível, a Bélgica destaca-se como grande exportadora de serviços, tendo sua economia intensamente vinculada ao mercado externo e aos demais membros da União Europeia.

50. O peso do mercado externo para a economia belga torna a Bélgica particularmente vulnerável a oscilações econômicas internacionais. Ao longo dos últimos cinco anos, refletindo a crise econômica internacional, o país apresentou pequeno crescimento econômico (1,78% em 2011, 0,04% em 2012, 0,34% em 2013, 0,95% em 2014 e 1,4% em 2015).

51. No plano das finanças públicas, o governo do PM Charles Michel, inaugurado em outubro de 2014, assumiu com proposta de promover reforma fiscal em linha com compromissos assumidos no âmbito da União Europeia, com vista a sanear as finanças do país e atingir o equilíbrio econômico-financeiro até 2018.

(B) Características e estatísticas das Relações Comerciais Brasil-Bélgica

52. No campo das relações comerciais bilaterais, deve-se destacar a complementaridade das economias. O Brasil tem potencial para suprir importantes demandas de importação da Bélgica, como petróleo e derivados, automóveis e autopeças, ouro, ferro, aço, alumínio, tratores, café, polietileno, farelo de soja e trigo.

53. A Bélgica, por sua vez, tem grande interesse em estimular o intercâmbio em domínios nos quais o Brasil apresenta forte demanda, como, por exemplo, nas áreas de logística e de alta tecnologia.

54. Embora tenha apresentado retração nos últimos anos, o comércio bilateral vem, aos poucos, superando os efeitos da crise econômica global de 2008, época em que o volume de trocas comerciais sofreu queda de quase 30%. Em 2012, o volume de comércio atingiu US\$5,81 bilhões (com saldo de US\$ 1,67 bi em favor do Brasil). Em 2013, a Bélgica era o 20º maior parceiro comercial do Brasil (7º entre os países da UE).

55. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), apesar da retração nas quantidades intercambiadas, o valor das trocas comerciais ampliou-se entre 2010 e 2014 de US\$4,98 para US\$ 5,13 bilhões.

56. Destacam-se, entre os principais produtos da pauta exportadora do Brasil para a Bélgica: fumo, suco de laranja, café, minérios de ferro e pasta de celulose. Entre as importações brasileiras, destacam-se vacinas, inseticidas, sulfato de amônio, gás natural e automóveis.

57. Os históricos superávits em favor do Brasil permanecem, embora se observe tendência de redução nos últimos anos (US\$2,10 bi em 2011; US\$1,67 bi em 2012; US\$1,58 bi em 2013 e US\$1,43 bi em 2014).

58. Em termos de investimentos diretos, além da AB InBev, empresa multinacional belgo-brasileira de bebidas, líder mundial no segmento de cervejas, cabe recordar: (a) a aquisição, pela empresa biofarmacêutica belga UCB, do controle da Meizler Biopharma, companhia brasileira de produtos farmacêuticos; (b) a compra do laboratório ALAC, provedor de serviços líder do setor no Rio Grande do Sul pela Eurofins Scientific, líder mundial em análises de alimentos, meio ambiente e fármacos, com sede na Bélgica; (c) a aquisição de 20% da participação nos blocos 2 e 3 na Bacia do Parnaíba e seis blocos na bacia do Recôncavo para exploração de gás natural pela empresa de energia franco-belga GDF Suez; (d) a aquisição, ela subsidiária argentina do grupo belga SOLVAY, da BRASKEM, maior

produtora de resinas plásticas das Américas, em negócio estimado em cerca de US\$ 300 milhões; EUR o início das operações em São Paulo, em 2012, da rede belga de padarias "Le Pain Quotidien".

59. Em 2013, o fluxo de investimentos teve sequência com a venda de 20% da participação nos blocos 2 e 3 na Bacia do Parnaíba e seis blocos na bacia do Recôncavo para exploração de gás natural pertencentes à VALE para a empresa de energia franco-belga GDF.

60. Ainda em 2013, a empresa BRASKEM, maior produtora de resinas plásticas das Américas, comprou a SOLVAY INDUPA, subsidiária argentina do grupo belga SOLVAY, em negócio estimado em cerca de US\$ 300 milhões.

(C) Principais atividades do Setor de Promoção Comercial - SECOM

61. Ao longo dos últimos anos, o Posto buscou promover a captação de investimentos e a projeção da "marca Brasil" na Bélgica em parceria com a Embratur, o "Brazilian Business Affairs" de Bruxelas (APEX/CNI) e as empresas brasileiras com representação neste país (Grupo Brasil), por meio de seminários de investimentos, campanhas publicitárias e reuniões periódicas com o empresariado local.

62. A Embaixada organizou ou recebeu missões político-empresariais chefiadas por altas autoridades brasileiras, com destaque para a missão técnica de alto nível ao porto de Antuérpia chefiada pela Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, em 2012; a visita da Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, ao seu homólogo belga, em 2014; e a missão político-empresarial do Governador de Goiás, Marconi Perillo, e delegação a Bruxelas, Antuérpia e Liège, em outubro de 2015.

63. A Embaixada também colaborou para a organização de missões do lado belga, destacando-se: (a) a missão político-empresarial chefiada pelo Chanceler Didier Reynders a São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, em 2013; (b) a visita do Ministro-Presidente da Federação Valônia-Bruxelas, Rudy Demotte; e (c) a visita do Secretário de Estado para o Comércio Exterior da Bélgica, Pieter De Creem, 2015, tendo este último sido recebido pelos ministros Armando Monteiro (MDIC), Kátia Abreu, (MAPA), Eduardo Braga (MME) e Edinho Araújo (Portos).

64. Durante as missões supramencionadas, as delegações do Brasil e da Bélgica trataram de avançar o entendimento bilateral em setores como agricultura, desporto, diamantes, educação, pesquisa científica, portos,

produtos médicos e farmacêuticos, segurança alimentar e serviços públicos, entre outros.

65. Com vistas a promover a inserção de produtos brasileiros no mercado belga, o Posto reforçou, por meio do SECOM, o relacionamento com as câmaras de comércio, com os principais portos da Bélgica e com empresas e órgãos dedicados ao comércio com o Brasil, como o "desk" Brasil da consultoria Deloitte e o LATINAM, escritório de captação de investimentos latino-americanos ligado à agência de promoção de exportações da região da Valônia (AWEX). Foi realizado almoço de trabalho na Residência com o propósito de promover a Câmara de Comércio Brasil-Bélgica, cuja diretoria foi renovada.

66. Em janeiro de 2013, a Embaixada participou de mesa redonda sobre o "SIAL Brazil" (maior feira do setor de alimentos na América Latina) e do seminário de negócios "Brésil: Marché cible 2013 ", organizados pela AWEX, em Namur, para público composto por empresários belgas, consultores e funcionários do Governo da Valônia e agências relacionadas.

67. No período em tela, o SECOM atendeu, ainda, a número crescente de consultas comerciais de empresas brasileiras referentes a: impostos de importação; regulamentos da União Europeia; e questões fiscais e aduaneiras, entre outras. Também buscou fornecer informações sobre empresas belgas importadoras ou potenciais compradoras de produtos brasileiros.

68. Com base nas demandas de empresas brasileiras e estrangeiras ao SECOM, foram produzidos guias e estudos de mercado nos setores de maior interesse e potencial para o relacionamento comercial Brasil-Bélgica, com destaque para a atualização do guia "Como Exportar - Bélgica" e para pesquisa sobre o setor de diamantes, que tem na cidade de Antuérpia um dos maiores centros de lapidação e comércio do mundo.

69. A Embaixada investiu na presença institucional do Brasil nas mais importantes feiras e encontros empresariais da Bélgica, com destaque para a "European Seafood/Seafood Global Expo", maior feira de frutos do mar e pescados do mundo; o "Salon de Vacances", exposição que reúne operadores e profissionais do setor turístico europeu e mundial; a "Foire de Franchising & Partnership", evento de grande visibilidade para marcas brasileiras no mercado belga e europeu; a MEGAVINO, maior feira de vinhos da Bélgica; e a "Estetika", tradicional feira do setor de beleza e de cosméticos.

VI - COOPERAÇÃO EDUCACIONAL, MILITAR E OUTROS TEMAS

(A) Programa Ciência sem Fronteiras

70. A Embaixada prestou apoio à visita da Diretora de Cooperação Internacional do CNPq, Professora Liane Hentschke, à Bruxelas em Fevereiro de 2014. Organizou-se, em 01/02 daquele ano, reunião com os bolsistas brasileiros do Ciência sem Fronteiras nas dependências do Setor Cultural, ocasião em que se pôde conhecer a principal dificuldade dos alunos, que era a escassa oportunidade de estágios profissionais nas empresas belgas. Ciente desta dificuldade, a Embaixada realizou gestões junto ao Presidente do Conselho Inter-Universitário da Comunidade Flamenga, em favor da oferta de estágios aos alunos brasileiros, tendo sido proposta a assinatura de missiva comum ao Presidente do "Flemish Trade and Investment". Idêntica gestão foi feita junto ao Presidente da Academia de Pesquisa e Ensino Superior (ARES), responsável pelo ensino universitário em língua francesa. Ambas as gestões forma bem-sucedidas, e os alunos do Ciência sem Fronteiras puderam cumprir os estágios exigidos pelo programa.

(B) OTAN

71. A Embaixada prestou, nos últimos três anos, sempre no mês de outubro, apoio à Adidância militar nos contatos necessários à preparação de jornada de palestras na sede da OTAN para os alunos do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx), organizado pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

72. O Posto acompanhou as principais ações e decisões do âmbito da OTAN, bem como a evolução da situação estratégica nos territórios de ação da Organização, que se estendem muito além dos territórios dos países-membros. Particular ênfase foi dada ao exame dos resultados da Cúpula do País de Gales, de Setembro de 2014.

(C) Revista Mundo Afora

73. A Embaixada contribuiu para a elaboração de dois artigos para a Revista "Mundo Afora", o primeiro sobre a organização do futebol belga, o segundo sobre formação profissional na Bélgica.

(D) Copa do Mundo

74. Nos meses que antecederam a Copa do Mundo de 2014, o Posto prestou, a pedido da Polícia Federal belga, informações sobre a segurança nos estádios brasileiros. Em palestra dada por diplomata na Embaixada, foram antecipados os desafios que seriam encontrados pela equipe da polícia federal incumbida da segurança dos torcedores belgas durante a Copa do Mundo.

(E)Temas Ambientais

75. A Embaixada organizou visita de delegação de Senadores brasileiros que apresentaram panorama da legislação ambiental brasileira, em particular o novo Código Florestal. Os Senadores Jorge Viana e Luís Henrique proferiram conferência no Centro de Estudos Estratégicos de Bruxelas (CERIS), além de manterem encontros no Senado e na Câmara de Deputados da Bélgica. Concederam, ainda, entrevista à televisão belga.

(F)Questão Indígena

76. No tocante a temas indígenas, enviei carta de protesto à redação do periódico belga "Le Soir", a propósito de matéria publicada no mês de setembro de 2013, em que se criticava a política indigenista do Governo brasileiro. Observei, na referida missiva, que havia uma tendência dos países europeus a considerar a política indigenista brasileira sob ângulo desfavorável. A carta buscava contribuir para desfazer mal-entendidos.

77. Foram também recebidos na Embaixada representantes da FIAM, organização não-governamental belga alegadamente dedicada à defesa dos índios, ocasião em que foram expostos aspectos da organização política brasileira para os silvícolas. Os visitantes fizeram entrega de petição sobre a revisão em curso da legislação ambiental brasileira, oportunamente encaminhada aos setores competentes no Brasil.



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 35, de 2016

(Nº 124/2016, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

Os méritos do Antonio José Vallim Guerreiro que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de abril de 2016.

DILMA ROUSSEFF

Presidente da República Federativa do Brasil

EM nº 00080/2016 MRE

Brasília, 29 de Março de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Lecker Vieira

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO

CPF.: 151.048.181-87

ID.: 999 MRE

1954 Filho de Ramiro Elycio Saraiva Guerreiro e María da Glória Vallim Guerreiro, nasce em 4 de agosto, em Madri, Espanha (brasileiro de acordo com o Artigo 129, inciso II da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

- 1974 CPCD - IRBr
- 1975 Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
- 1988-1989 Professor de Política Internacional no CAD
- 1992 CAE - IRBr, As negociações sobre recursos minerais antárticos: um esforço relevante?

Cargos:

- 1975 Terceiro-Secretário
- 1978 Segundo-Secretário
- 1981 Primeiro-Secretário, por merecimento
- 1987 Conselheiro, por merecimento
- 1994 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
- 2001 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

- 1975 Departamento de Organismos Internacionais, Assistente
- 1975-1979 Divisão de Organismos Internacionais, Assistente
- 1979-1984 Missão junto à ONU, Nova York, Segundo e Primeiro-Secretário
- 1984-1987 Embaixada no Cairo, Primeiro-Secretário
- 1987-1990 Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, Chefe
- 1990-1993 Embaixada em Paris, Conselheiro
- 1993-1994 Divisão de Propriedade Intelectual e Tecnologias Sensíveis, Chefe
- 1994-1998 Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis, Chefe
- 1998-2001 Departamento de Temas Especiais, Chefe
- 2001-2006 Departamento de Organismos Internacionais, Diretor-Geral
- 2006-2012 Missão junto à AIEA, Embaixador
- 2012-2013 Representante Especial junto à Conferência do Desarmamento, Embaixador
- 2014- Embaixada em Moscou, Embaixador

Condecorações:

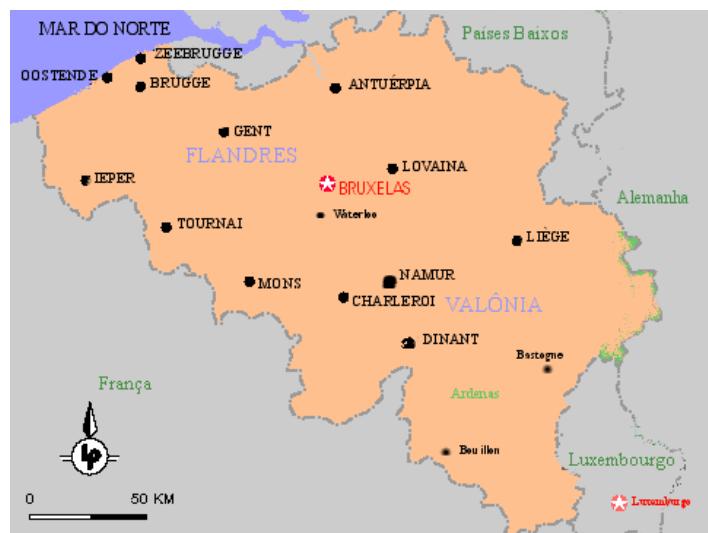
- 1988 Medalha Tamandaré, Brasil
- 1991 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial
- 1996 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
- 1999 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
- 2002 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Oficial
- 2003 Medalha Santos Dumont, Brasil

PAULA ALVES DE SOUZA

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Europa
Divisão da Europa I

BÉLGICA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Fevereiro de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE A BÉLGICA	
NOME OFICIAL:	Reino da Bélgica
CAPITAL:	Bruxelas
ÁREA:	30.528 km ²
POPULAÇÃO:	11,239 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL:	holandês, francês, alemão
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Catolicismo romano 58%; agnósticos 20%; outras cristãs 7%
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia constitucional federal
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral
CHEFE DE ESTADO:	Philippe da Bélgica (desde julho de 2013)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Charles Michel (desde outubro de 2014)
CHANCELER:	Didier Reynders (desde dezembro de 2011)
PIB NOMINAL (FMI):	US\$ 463,79 bilhões (est. 2015)
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP) (FMI):	US\$ 492,26 bilhões (est. 2015)
PIB PER CAPITA (FMI):	US\$ 41,267 mil (est. 2015)
PIB PPP PER CAPITA (FMI):	US\$ 43,800 mil (est. 2015)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	1,34% (est. 2015); 1,04 (2014); 0,27% (2013); 0,09% (2012)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2014):	0,89 – 21º no ranking
EXPECTATIVA DE VIDA (2014):	80,8 anos
ALFABETIZAÇÃO (2012):	99%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI 2015):	8,4%
UNIDADE MONETÁRIA:	euro
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Josef Smets
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	48.000

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) - *Fonte: MDIC*

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Intercâmbio	3.953	5.028	6.065	4.291	4.985	5.811	5.815	5.603	5.137	4.612
Exportações	2.996	3.886	4.422	3.137	3.476	3.959	3.741	3.593	3.286	2.989
Importações	0.957	1.147	1.643	1.154	1.508	1.851	2.074	2.010	1.850	1.622
Saldo	2.038	2.744	2.778	1.983	1.968	2.108	1.667	1.583	1.436	1.356

Informação elaborada em 23 de fevereiro de 2016, pela Secretaria Tânia Guerra. Revisada pelo Conselheiro Marcelo Salum.

PERFIS BIOGRÁFICOS

**Philippe
Rei dos Belgas**

O Rei Philippe nasceu em Bruxelas, em 15 de abril de 1960 (53 anos), filho do Rei Alberto II e da Rainha Paola. Casado desde 1999 com a princesa Mathilde, tem 4 filhos.

Realizou seus estudos primários e parte dos secundários no College Saint-Michel, em Bruxelas. Os três últimos anos do curso secundário foram concluídos na Abadia de Zevenkerken, em Bruges, na área de humanidades.

Em 1978, ingressou na Escola Real Militar, onde se formou piloto de caça e obteve o título de segundo-tenente. Em seguida, integrou o "regimento de paracomandos," unidade de elite das Forças Armadas belgas.

Em 1983, fez estágio de dois meses no Trinity College, na Universidade de Oxford, antes de seguir para Stanford, onde obteve o título de mestre em ciência política. Após seu retorno, em 1985, dedicou-se a estudos sobre aspectos políticos, econômicos e sociais da Bélgica, além de estudos estratégicos. Em 1989, foi promovido a Coronel e, em 1990, nomeado "Grand Cordon" da Ordem de Leopoldo.

Em 1993, foi nomeado presidente de honra do "Office Belge du Commerce Extérieur," predecessor da "Agence pour le Commerce Extérieur". Entre 1993 e 1997, exerceu o cargo de presidente do Conselho Nacional do Desenvolvimento Sustentável, órgão criado após a Conferência Rio-92. Em 1997, com sua transformação em Conselho Federal do Desenvolvimento Sustentável, passou a ser presidente de honra do novo órgão.

Em 1994, prestou juramento de posse como senador "de direito" – por ser filho do Rei, sem direito a voto. Em 1998, criou o Fundo Príncipe Philippe, com o objetivo de

facilitar o diálogo entre as três comunidades belgas. Em 2001, foi nomeado "Général-Major" e "Amiral de division". Em 2003, tornou-se presidente de honra da BIO - "Société belge d'Investissement pour les pays en développement". Em 2010, foi promovido a "Lieutenant général" e "Vice-amiral".

Entre 2000 e 2013, realizou diversas missões comerciais ao exterior. Com a abdicação do Rei Alberto II, no dia 21 de julho de 2013 , acedeu ao trono, sob o título Sua Majestade o Rei dos Belgas.

Charles Michel
Primeiro-Ministro



Nasceu em 21 de dezembro de 1975, em Namur (Valônia), filho de Martine e Louis Michel.

Em 1998, aos 23 anos, graduou-se em Direito pela Universidade Livre de Bruxelas (ULB), com posterior especialização na Universidade de Amsterdam.

Charles Michel, membro do partido liberal de centro “Movimento Reformador” (MR) ingressou cedo na carreira política, seguindo os passos do pai, o atual eurodeputado Louis Michel (também do MR), ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica, e ex-Comissário Europeu para Desenvolvimento e Ajuda Humanitária.

Aos 16 anos filiou-se ao grupo "Jovens Liberais de Jodoigne" (comuna onde o pai exercia mandato como Prefeito). Aos 18 anos, elegeu-se Conselheiro na Província do Brabant valão. Em 1999 foi eleito para a Câmara de Representantes (equivalente à Câmara Federal), pelo MR.

Em 2000 foi nomeado Ministro dos Assuntos Interiores e da Função Pública da Valônia. Aos 25 anos, foi o mais jovem Ministro da história do país. No mesmo ano, elegeu-se Conselheiro Comunal de Wavre (Valônia) e, dois anos depois, em 2004, foi designado Secretário de Urbanismo e Normas. No mesmo ano foi nomeado Porta-Voz do MR. Em 2006 foi eleito Prefeito de Wavre e reeleito Deputado Federal pela Província do Brabant valão. Entre dezembro de 2007 e novembro de 2011, ocupou o Ministério da Cooperação para o Desenvolvimento (durante os Gabinetes de Guy Verhofstadt, Leterne, Van Rompuy).

Em janeiro de 2011 elegeu-se Presidente do Movimento Reformador, sucedendo ao seu rival Didier Reynders, após crise desencadeada no partido pelo mau

desempenho nas eleições de 2010. Em 27 de junho de 2014 foi designado pelo Rei "Coformador" do Governo, juntamente com o Presidente de Flandres, Kris Peeters.

Em 11 de outubro de 2014, aos 38 anos, após o acordo partidário que permitiu a formação de bloco majoritário no Parlamento, Michel assumiu o cargo de Primeiro-Ministro, tornando-se o mais novo Chefe de Governo da Bélgica desde 1840.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Bélgica mantêm laços históricos de amizade e cooperação desde a independência, quase simultânea, dos dois países. O Rei Alberto I foi o primeiro soberano europeu a visitar o Brasil, em 1920, e, desde princípios do século XX, empresas belgas desempenham papel de destaque na industrialização brasileira (sobretudo no ramo siderúrgico, que teve na Companhia Belgo-Mineira um de seus empreendimentos pioneiros no País).

Atualmente, a diplomacia belga reconhece o grande potencial de um maior relacionamento com as nações emergentes para os esforços de ampliação da sua atuação diplomática para além dos eixos tradicionais. O interesse da Bélgica pelo Brasil justifica-se pela complementaridade das economias e pela forte demanda brasileira em áreas onde o país europeu conta com reconhecida excelência, como, por exemplo, infraestrutura e logística. Para o Brasil, a Bélgica representa um importante mercado para produtos e serviços, além de ser ponto de acesso preferencial a outras partes do continente europeu, em razão da localização central e da excelente estrutura de distribuição e de transportes.

No campo político, as boas relações foram pontuadas, nos últimos anos, por uma série de visitas e encontros de alto nível, entre os quais se destacam a visita da Senhora Presidenta da República à Bélgica, em outubro de 2011; a missão prospectiva sobre o setor de transportes chefiada pela Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, em agosto de 2012; a visita do Chanceler Didier Reynders ao Brasil, em abril de 2013; o encontro entre a Senhora Presidenta da República e o Primeiro-Ministro Elio Di Rupo, em Bruxelas, à margem da VII Cúpula Brasil-União Europeia, em fevereiro de 2014; e o encontro entre a Senhora Presidenta da República e o Primeiro-Ministro Charles Michel, em Bruxelas, à margem da II Reunião de Cúpula CELAC-União Europeia, em junho de 2015.

Entre os acordos bilaterais assinados recentemente, pode-se destacar o Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular e o Acordo sobre Previdência Social - ambos em vigor -, além de Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas, e do Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, ambos em processo de tramitação no Congresso Nacional. O Acordo de Serviços Aéreos, assinado em 2009, ainda está pendente de ratificação pelo lado belga.

Assuntos consulares

Estima-se que haja 48.000 brasileiros residindo na Bélgica. Desses, 40.000 estariam em situação irregular. Por essa razão, muitos brasileiros estão sujeitos a situações de vulnerabilidade, como tráfico humano e violência doméstica. Atualmente, encontram-se detidos 24 brasileiros na Bélgica, a maioria (13) em Bruxelas. O crime mais comum é o de tráfico de drogas. Em 2014, 143 brasileiros foram deportados da Bélgica.

Há um Conselho de Cidadania da Bélgica e do Luxemburgo (CCBL), cuja última composição tomou posse em 4 de janeiro último.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano em benefício da Bélgica.

POLÍTICA INTERNA

A Administração Pública e a vida política belga

A política interna belga é fortemente condicionada pela idiossincrasia linguístico-comunitária do país, que obriga o Estado unitário a atuar em peculiar e complicada moldura institucional, a fim de conciliar a dinâmica histórica e os interesses conflitantes de suas comunidades linguísticas. Ocasionalmente, ressurgem as discussões sobre a adoção de novas configurações institucionais e, até mesmo, novas repartições políticas do território da Bélgica.

Essa premissa explica o intrincado panorama da Administração Pública, no qual se confundem as competências dos âmbitos federal, regional e comunitário, o que se reflete na atuação dos partidos políticos, divididos em opções ideológicas e, no seio destas, em facções linguísticas. Na Bélgica de hoje, o Direito das Regiões está no mesmo nível do Direito Federal.

O processo de regionalização iniciou-se nos anos 60, com uma primeira onda de reformas para atender a distintas reivindicações regionais. Naquela altura, Flandres desejava autonomia cultural e linguística, enquanto a Valônia – com problemas derivados da decadência das indústrias do carvão e do aço – insistia em uma reforma econômica.

A partir do aprofundamento das reformas de regionalização, em 1970, o Estado belga vem perdendo crescentemente sua competência exclusiva. Esse processo foi afetado pela construção da União Europeia, que absorveu várias matérias antes da competência exclusiva das respectivas esferas nacionais.

O modelo parlamentar belga

Ao longo de sua história, o Estado belga tem passado por uma série de reformas constitucionais que o levaram, de uma organização institucional unitária clássica, para uma federação descentralizada singular. A partir da reforma de 1970, que aprofundou a federalização, a Constituição nacional determina que a Bélgica compreende três comunidades: a comunidade francesa, a comunidade flamenga e a comunidade germânica. Também dispõe que o país compreende três regiões: Valônia, Flandres e Bruxelas. Estes entes federados constituem verdadeiras estruturas políticas autônomas.

A singularidade do modelo belga manifesta-se em diversos pontos, pois o país é uma federação parlamentarista, composta por entes federados de naturezas institucionais diversas (comunidades e regiões) compartilhando um mesmo território, e estes entes federais têm amplas competências. Cada comunidade e região é dotada de uma assembleia parlamentar eleita diretamente a cada cinco anos e de um governo,

responsável perante esta assembleia. Se a Constituição e a Lei Especial de Reforma das Instituições, de 8 de agosto de 1980, denominam as assembleias de Conselhos, a maioria se autodenomina Parlamento, chamando seus membros de deputados, o que denota a preocupação de realçar suas respectivas autonomias. Atualmente a Bélgica, além do Parlamento Federal, conta com cinco assembleias legislativas:

- a) Conselho da Região Bruxelas-Capital, ou Parlamento Bruxelense, com 89 deputados eleitos diretamente pela população em listas unilingüísticas, que se repartem, no seio da assembleia, em dois grupos linguísticos;
- b) Conselho Regional Valão, ou Parlamento Valão, com 75 membros eleitos diretamente nas províncias da Valônia;
- c) Conselho Flamengo, ou Parlamento Flamengo, representando simultaneamente a Comunidade e a Região Flamenga, com 124 deputados. 118 são eleitos diretamente pela população das províncias flamengas e 6 pelo grupo flamengo do Conselho da Região de Bruxelas Capital. Quando o Conselho Flamengo atua no âmbito das atribuições regionais, os 6 deputados oriundos de Bruxelas não possuem direito a voto;
- d) Conselho da Comunidade Francesa, ou Parlamento da Comunidade Francesa, que se compõe de 94 conselheiros, dos quais 75 membros do Conselho regional valão e 19 membros eleitos pelo grupo linguístico francês do Conselho da Região de Bruxelas Capital;
- e) Conselho da Comunidade Germânica, com 25 membros eleitos diretamente pela população dos cantões do leste.

Aos cinco parlamentos correspondem cinco governos, eleitos pelas assembleias e responsáveis perante elas. Os membros dos governos, no entanto, não necessariamente devem ser membros das assembleias legislativas. Cada governo deve, em seu seio, eleger um presidente, que é a autoridade executiva máxima regional ou comunitária. Esse presidente deve prestar juramento nas mãos do Rei, que assim ratifica a escolha do governo.

O Parlamento Federal tem estrutura bicameral. Para a Câmara dos Deputados, são eleitos 150 representantes, por sufrágio universal. Já as eleições para o Senado, com 71 membros, são mais complexas: 40 senadores são eleitos por sufrágio direto, à razão de 25 neerlandófonos e 15 francófonos. 21 Senadores são designados pelas comunidades, à razão de 10 escolhidos no seio do Parlamento Regional flamengo, 10 provenientes do Parlamento da Comunidade Francesa e 1 do Parlamento da Comunidade Germânica. Além desses, 10 outros senadores são indicados pessoalmente por aqueles já designados,

à razão de 6 neerlandófonos e 4 francófonos. Vale acrescentar, ainda, os chamados “senadores de direito”, isto é, os filhos do Rei maiores de 18 anos, ou, em sua falta, os descendentes belgas da família real que ascenderem ao trono.

Até 1993, a Câmara dos Deputados e o Senado detinham as mesmas competências, e um projeto de lei devia ser votado e adotado pelas duas assembleias. A revisão constitucional de 1993, porém, introduziu mudanças importantes. Desde então, o Senado exerce algumas competências em pé de igualdade com a Câmara, em algumas matérias, divididas em 4 grandes áreas: institucional, internacional, financeiro e jurisdicional. Nesses casos, há um bicameralismo integral. Em algumas outras áreas, entretanto, o Senado ainda pode discutir projetos de leis e propor emendas, mas é a Câmara de Deputados que terá a última palavra. Nesses casos, o Parlamento funciona em regime de bicameralismo atenuado, nos termos do artigo 78 da Constituição belga.

Por fim, há matérias para as quais apenas a Câmara de Deputados é competente, como as leis de orçamento e execução orçamentária, fixação do contingente militar, regras relativas à responsabilidade civil e penal dos ministros federais e leis que regulam a aquisição da nacionalidade belga.

Desenvolvimentos políticos recentes

As eleições parlamentares de maio de 2014 resultaram em vitória do partido nacionalista flamengo ("Nieuw-Vlaamse Alliantie" - N-VA). A agremiação liderada pelo Deputado Federal e Prefeito de Antuérpia Bart De Wever havia conquistado a maioria dos assentos em 2010, mas ficara de fora do governo do socialista Elio Di Rupo (2011-2014) em razão do caráter manifestamente antissistêmico da legenda. A eleição de mais de um quinto dos membros da Câmara em 2014 (33 de 150) deu novo impulso ao N-VA e abriu caminho para a inédita participação dos nacionalistas flamengos em uma coalizão federal, ao mesmo tempo em que afastou o "Partido Socialista" (PS, francófono) do Executivo belga pela primeira vez em 25 anos. Se, durante o governo Di Rupo, prevaleceu o equilíbrio entre as duas maiores comunidades linguísticas (francófona e neerlandófona) e as principais "famílias" políticas da Bélgica (Socialistas, Liberais e Democratas-Cristãos), a maioria formada após o pleito de 2014 contava com apenas um partido francófono ("Movimento Reformador" -MR) em meio a três partidos neerlandófonos (além do N-VA, o "Christien-Democratisch & Vlaams" - CD&V e o "Open Vlaamse Liberalen en Democraten" - Open VLD), todos de direita ou, no caso do CD&V, de centro-direita. De acordo com a tradição local, procurou-se nomear a coalizão com base nos símbolos e cores dos partidos. Começava, portanto, a formar-se a "sueca", em alusão às cores azul e amarela das bandeiras de MR, Open VLD e N-VA e à cruz símbolo do CD&V. Em razão da discrepância entre regiões e ideologias, a expressão

"kamikaze" foi igualmente popular durante o processo de formação do novo governo, sobretudo entre os membros da oposição - que não acreditavam na viabilidade da coalizão afinal lograda.

Não obstante a inequívoca vitória nas urnas, Bart De Wever e os demais líderes do N-VA tiveram que abrir mão, temporariamente, da principal reivindicação do partido para poder integrar a "sueca". Um "acordo de cavalheiros" entre o N-VA e os demais membros da coalizão previa a suspensão de quaisquer discussões sobre reforma institucional na Bélgica até as próximas eleições, previstas para 2019. Embora tenha servido para garantir a presença dos nacionalistas flamengos, o pacto não foi suficiente para livrar a "sueca" de problemas durante a negociação do acordo de governo. Nomeado "formador" de governo pelo Rei Philippe, Bart De Wever entregou o cargo após poucas semanas, por não ter logrado arregimentar apoio ao programa proposto. Optou-se, então, por uma dupla de "co-formadores", composta por Charles Michel (MR) e Kris Peeters (CD&V). Seguiu-se longo período de impasse, durante o qual se destacou, de forma negativa, a demora da Bélgica em indicar representante para a Comissão Europeia (CE). À pressão comunitária, somava-se, em âmbito interno, o "confronto máximo" prometido pelos socialistas e sindicatos, contrários à agenda liberal e às medidas de austeridade anunciadas pela "sueca". Entre os pontos mais sensíveis do programa, havia propostas de corte de gastos públicos, alteração das regras de aposentadoria, limite de prazo para o seguro-desemprego, extinção do mecanismo de indexação salarial e redução da contribuição patronal das empresas aos sindicatos.

Em outubro de 2014, chegou-se, finalmente, a um acordo sobre o programa de governo. Marianne Thyssen, do CD&V, foi indicada para a Comissão Europeia, o que, na prática, tirou os Democratas-Cristãos flamengos da disputa pela chefia do governo federal, uma vez que os cargos de Comissário Europeu e Primeiro-Ministro possuem valor equivalente no meio político belga (pelo que, ademais, raramente são ocupados pelo mesmo partido). O N-VA, maior partido político do país na atualidade, não teve condições, apoio, ou mesmo interesse em assumir o comando de um Estado que deseja, em última instância, dividir. O Open-VLD, muito embora tivesse garantido sua participação no governo em todos os níveis (federal, Flandres e região de Bruxelas-Capital), era apenas a quarta força política da coalizão, e eventual insistência em ocupar a Chefia de Governo, além de infrutífera, prejudicaria ambições mais realistas dos liberais flamengos na distribuição de responsabilidades do Gabinete federal. Coube, portanto, ao MR (partido liberal francófono) indicar o Primeiro-Ministro, escolha que recaiu sobre o "co-formador" Charles Michel.

O Primeiro-Ministro Charles Michel assumiu o governo federal pressionado pela desconfiança generalizada com relação ao formato heterodoxo da coalizão e pelas

críticas da oposição política e sindical à inclinação liberal do programa do novo governo. Durante a tensa sessão inaugural no Parlamento, logo após a posse, o Primeiro-Ministro Michel teve sua fala abafada por vaias e gritos vindos da bancada oposicionista. Nos meses seguintes, à medida que os partidos da maioria federal consolidavam suas respectivas estratégias no governo, tornaram-se evidentes as dificuldades de relacionamento e temeu-se o fim prematuro da "sueca". Não obstante, Michel logrou consolidar o bloco N-VA/MR/CD&V/Open-VLD, contrariando as expectativas pessimistas e criando, com isso, condições para fazer avançar a agenda substantiva do Governo federal. Seu segundo discurso anual no Parlamento, em 2016, ocorreu em condições bem mais amigáveis. Michel apresentou dados do Banco Central da Bélgica que indicam crescimento do PIB, do volume de exportações e da quantidade de investimentos tanto em 2015 quanto em 2016. Celebrou, ainda, a aprovação de medidas importantes do programa de governo, como o aumento progressivo da idade mínima para aposentadoria e a redução de encargos trabalhistas, além de reforma fiscal que, segundo o Primeiro-Ministro, aumentará em mais de 1.700 euros por ano o salário líquido dos trabalhadores de menor renda até o final da presente legislatura.

Durante os primeiros 15 meses de governo, o MR de Charles Michel superou o quadro de disputas internas entre suas principais lideranças (Charles Michel e o Chanceler Didier Reynders) e transformou-se no centro de equilíbrio da "sueca".

A questão de maior destaque no plano político interno neste momento diz respeito à retomada do dossiê institucional pelo N-VA. O partido liderado por Bart De Wever nunca escondeu seus objetivos nacionalistas; o próprio estatuto do N-VA, em seu artigo 1º, manifesta o propósito de tornar a região de Flandres uma república independente. Em 2014, pouco antes das eleições parlamentares, o partido promoveu grande "congresso ideológico", no qual líderes e militantes aprovaram o modelo de confederação que pretendem impor ao país nos próximos anos e que, nos moldes propostos, significa o fim do Estado federal na Bélgica. Embora tenha sido o grande vencedor naquele ano, o N-VA comprometeu-se a não apresentar proposta de reforma institucional antes de 2019, em troca da participação no governo federal.

A trégua nacionalista, contudo, durou pouco. Em janeiro de 2016, Bart De Wever anunciou que o N-VA promoverá uma "reflexão interna" sobre o posicionamento político do partido, confiando a dois importantes correligionários a realização de estudo acadêmico sobre o futuro institucional da Bélgica e a elaboração de projetos de lei que pavimentem o caminho em direção à confederação após as eleições de 2019. O anúncio do Presidente do N-VA significa que o partido trabalhará pelo virtual "fim da Bélgica", pois o modelo proposto pelos nacionalistas prevê a extinção do Gabinete Executivo federal e a transferência de suas competências para as regiões de Flandres e da Valônia.

Embora surpreendidos pela manobra do N-VA, líderes dos demais partidos da coalizão procuraram minimizar o impacto do anúncio feito por De Wever, alegando que o exercício de reflexão proposto por ele é fruto da liberdade de expressão, natural a qualquer partido. O próprio Presidente do N-VA reafirmou a disposição da agremiação de respeitar o "standstill" acordado em 2014. Não se pode ignorar, contudo, a ameaça à estabilidade do governo e, em última análise, do Estado belga. O partido da coalizão federal com maior representação na Câmara declarou que buscará, ativamente, a cisão do país, e o governo do Primeiro-Ministro Charles Michel vê-se constrangido a fazer avançar seu programa sabendo que, a qualquer momento, os nacionalistas poderão agir de acordo com agenda própria, contrária aos interesses do Estado.

POLÍTICA EXTERNA

Apesar da troca de governo em 2014, Didier Reynders, do MR, permaneceu como Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, posição que ocupava na gestão de Elio Di Rupo. Em princípio cotado para assumir o cargo de Comissário Europeu ou, até mesmo, a chefia do Executivo Federal do novo governo, o experiente político liberal francófono acabou preterido em ambas as ocasiões, primeiro para Marianne Thyssen, do CD&V, e, depois, para Charles Michel, com quem mantinha antiga rivalidade no seio do MR, hoje "congelada" em favor da boa governabilidade.

Didier Reynders comanda uma diplomacia tradicionalmente econômico-comercial, dedicada, também, a promover os valores liberais e os Direitos Humanos. Durante encontro com Embaixadores acreditados junto ao Reino da Bélgica, no ano passado, o Chanceler apresentou as prioridades de seu Ministério para os próximos anos. No campo político, continuará a dar ênfase às relações com a União Europeia e às ações de segurança coletiva no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Cabe mencionar, também, a importância das relações com os Estados Unidos e com as ex-colônias belgas na África. Os países da África central são o principal destino das políticas de cooperação e desenvolvimento da diplomacia belga.

Com relação à crise de segurança e à ameaça terrorista, Didier Reynders defende uma abordagem comum, baseada na colaboração entre forças de segurança e na troca de informações entre os diferentes serviços de inteligência da Europa e demais partes do mundo. Após os ataques de novembro de 2015 em Paris, constatou-se que a maior parte dos terroristas teria residido ou transitado por regiões de Bruxelas com grande concentração de população de origem árabe (como o distrito de Molenbeek). Autoridades francesas e analistas de segurança em todo o mundo acusaram a Bélgica de negligência e ineficiência na identificação de células terroristas em seu território, o que colocou o governo na defensiva e ocasionou resposta securitária vigorosa. A repercussão negativa

no noticiário internacional demandou considerável esforço do Chanceler Reynders para tentar conter a degradação da imagem do país no exterior.

A diplomacia econômica constitui o cerne da atuação internacional da Bélgica, sobretudo com o liberal Reynders à frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros. São organizadas, com frequência, missões comerciais lideradas pelo Chanceler, por ministros da área econômica ou por membros da família real. Desde o início do atual governo, há registro de visitas a países em diversas regiões do globo, tais como Canadá, China, Catar, Cingapura, Colômbia, Emirados Árabes, Irã, Malásia, Peru e Polônia. Não obstante a orientação econômica, em alguns casos as visitas adquiriram maior significado político, em razão da presença do casal real ou devido à sensibilidade da região visitada e dos temas tratados, como foi o caso da missão político-empresarial liderada por Reynders ao Irã, no final de 2015.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Panorama geral da economia belga

Apesar da população e do território relativamente pequenos, a Bélgica é um dos países mais ricos do mundo. O país compensa suas dimensões reduzidas com setores de indústria e serviços de grande diversificação e eficiência, que lhe permitem notável inserção na economia mundial. A agricultura, no entanto, representa apenas 1% do PIB. A presença de grandes portos (Antuérpia e Ghent estão entre os maiores do continente) e a localização geográfica central em relação à Europa e às principais rotas de comércio internacional permitiram à Bélgica transformar-se em líder dos setores de logística e distribuição. O país beneficia-se, também, de um ambiente de negócios relativamente livre e confiável, em que se destacam os baixos custos de empreendedorismo, os baixos índices de corrupção e a presença de força de trabalho qualificada, multilíngue e adaptada às exigências do mercado global.

A Bélgica foi a primeira nação da Europa continental a promover a Revolução Industrial, no início do século XIX, tendo desenvolvido uma excelente rede de portos, canais, ferrovias e estradas para interligar suas indústrias com mercados consumidores nos vizinhos europeus. As principais regiões industriais concentram-se, atualmente, na região de Flandres, no entorno da capital Bruxelas e nas duas maiores cidades da Valônia - Liège e Charleroi -, estas últimas situadas no antigo "cinturão industrial" do país. À exceção do carvão, a Bélgica possui poucos recursos naturais. As indústrias locais importam matérias-primas e semimanufaturados para processamento e posterior reexportação. Os mais tradicionais setores da indústria estão presentes na economia belga,

com destaque para aço, têxteis, refino, processamento de alimentos, fármaco-químicos, automóveis, eletrônicos e fabricação de máquinas.

A indústria representa somente 22% do PIB belga. A maior parte da economia, portanto, baseia-se no setor de serviços, responsável por 77% da riqueza produzida atualmente no país. A capital, Bruxelas, sede de instituições europeias e internacionais de relevo, além de elevado número de representações diplomáticas e de empresas multinacionais, tem praticamente toda a sua economia fundamentada no setor de serviços.

Após contração sofrida no contexto da crise econômico-financeira de 2008, a economia belga tem apresentado sinais de retomada nos últimos anos, marcada pelo crescimento pequeno, porém constante, do PIB: 1,78% em 2011, 0,09% em 2012, 0,27% em 2013, 1,04% em 2014 e 1,34% em 2015. O Banco Central da Bélgica (BCB) estima crescimento de 1,3% em 2016 e 1,6% em 2017. Analistas econômicos atribuem esse quadro à melhora no volume de exportações (3,4% em 2015 e 4,2% em 2016, segundo dados do BCB), ao aumento do consumo privado e às medidas tomadas em resposta à recente crise na zona do Euro.

Com taxa de endividamento em torno de 108% do PIB e um déficit orçamentário de 2,6%, a redução do déficit público reveste-se de especial importância para o governo federal. A coalizão de centro-direita que chegou ao poder em outubro de 2014 adotou ambicioso programa de reformas socioeconômicas com vistas a reduzir despesas e harmonizar receitas, em linha com o compromisso assumido no âmbito da União Europeia de sanear as finanças do país e atingir o equilíbrio econômico-financeiro até 2018. O governo do Primeiro-Ministro Charles Michel tem a difícil tarefa de conciliar medidas impopulares para diminuir os elevados custos de mão-de-obra na Bélgica com a necessidade de preservar os bons índices de qualidade de vida e proteção social que fazem parte da cultura econômica da população. Logo no início do governo, a proposta de reforma trabalhista, que prevê o fim do gatilho salarial, a diminuição da contribuição patronal para os sindicatos e o aumento gradual da idade mínima para aposentadoria causou grande comoção entre as principais lideranças sindicais, que organizaram uma greve geral e inúmeras greves e manifestações setoriais em todo o país no final de 2014.

Comércio exterior

A economia belga é particularmente voltada para o comércio exterior. Além do volume de exportações relativamente alto, a Bélgica constitui importante centro de passagem e distribuição de bens e serviços para os demais países membros da União Europeia. Após a queda observada em 2011 e 2012, na esteira da crise da zona do Euro, a balança comercial da Bélgica recuperou-se e, em 2013, apresentou rendimento acima da média da Europa. A retomada ocorreu de forma mais acentuada para as exportações (268

bilhões de Euros em 2015), o que permitiu ao país reforçar o saldo comercial positivo nos últimos anos. Em 2014, os principais itens da pauta de exportação da Bélgica foram os produtos químicos, de mineração e equipamentos para transporte. Os principais parceiros comerciais são os Países Baixos, a Alemanha, a França e os Estados Unidos. Cabe ressaltar que a dependência do mercado externo e o forte vínculo comercial com os demais membros da UE tornam a Bélgica particularmente vulnerável a oscilações econômicas regionais e internacionais.

Nas relações com o Brasil, destaca-se, em primeiro lugar, o caráter complementar das economias de Brasil e Bélgica, o que confere grande potencial ao relacionamento econômico-comercial entre os dois países. Há interesse, no lado belga, em suprir a demanda brasileira por produtos e serviços em setores nos quais a Bélgica conta com reconhecida "expertise", tais como infraestrutura, logística, transportes e alta tecnologia. Entre as principais importações brasileiras na atualidade, pode-se mencionar vacinas, inseticidas, sulfato de amônio, gás natural e automóveis. O Brasil, por sua vez, encontra-se em condições de diversificar a pauta de exportações – atualmente concentrada em fumo, suco de laranja, café, minérios de ferro e pasta de celulose - e suprir importantes demandas belgas em setores como petróleo e derivados, automóveis e autopeças, ouro, aço, alumínio, tratores, polietileno, farelo de soja, trigo e diamantes.

O comércio bilateral Brasil-Bélgica tem-se recuperado, com dificuldade, dos efeitos das mais recentes crises mundiais. No período mais crítico, entre 2008 e 2009, as trocas comerciais sofreram queda de quase 30%. O ano de 2012 apresentou os registros mais positivos no relacionamento nos últimos anos, tendo o volume de comércio ultrapassado US\$5,8 bilhões e o montante de investimentos belga no Brasil atingido a cifra de US\$ 650 milhões. Apesar de retração nos indicadores gerais em 2013 e 2014, o volume de comércio cresceu cerca de 3% de 2010 a 2014, de US\$ 4,98 para US\$ 5,13 bilhões. Em 2015, registrou-se nova queda (US\$ 4,6 bilhões).

Investimentos

O Brasil tem significativo poder de atração junto ao empresariado belga, que o vê como um dos mercados mais promissores no mundo. Empresários belgas sinalizaram interesse em participar de projetos de infraestrutura e logística no Brasil, sobretudo em engenharia portuária, área em que afirmam ser mais competitivos (dragagem e engenharia submarina). Nesse sentido, o Ministro de Obras Públicas e da Mobilidade de Flandres, Ben Weyts, fez visita a São Paulo, entre os dias 12 e 14 de novembro de 2015, visando o setor portuário.

A Bélgica possui o segundo maior estoque de investimento estrangeiro direto no Brasil (US\$ 63 bilhões), atrás apenas dos EUA. Destacam-se, como principais

destinos, os setores químico, alimentício, aeronáutico e de energia. Além da AB InBev, empresa multinacional belgo-brasileira de bebidas líder mundial no segmento de cervejas, cabe recordar a aquisição, pela empresa biofarmacêutica belga UCB, do controle da Meizler Biopharma, companhia brasileira de produtos farmacêuticos; a compra do laboratório ALAC, provedor de serviços líder do setor no Rio Grande do Sul, pela Eurofins Scientific, líder mundial em análises de alimentos, meio ambiente e fármacos, com sede na Bélgica; a aquisição de 20% da participação nos blocos 2 e 3 na Bacia do Parnaíba e seis blocos na bacia do Recôncavo para exploração de gás natural pela empresa de energia franco-belga GDF Suez; a aquisição, pela subsidiária argentina do grupo belga SOLVAY, da BRASKEM, maior produtora de resinas plásticas das Américas, em negócio estimado em cerca de US\$ 300 milhões; e o início das operações em São Paulo, em 2012, da rede belga de padarias "Le Pain Quotidien".

Merece destaque a parceria já em curso entre a PERFOMA INVESTIMENTOS e o BNDES, cujo objetivo é disponibilizar capital de risco a empresas e investidores belgas com presença no Brasil ou que desejam investir no mercado brasileiro. Os setores mais citados como de interesse mútuo seriam os de biotecnologia, logística/portos, transporte e construção.

Em visita à Bélgica, o Governador de Goiás, Marconi Perillo, participou de seminário de atração de investimentos para o Estado, destacando a construção da Ferrovia Norte-Sul, o crescimento do Porto Seco Centro-Oeste e a possível construção do Aeroporto de Cargas de Anápolis. Durante a visita, a empresa farmacoquímica Gerresheimer anunciou a instalação de nova fábrica no Brasil, a ser construída em Anápolis/GO. A nova unidade deverá concentrar as atividades de outras três fábricas atualmente em operação no Estado de São Paulo. A empresa tem cerca de 11 mil funcionários em mais de 40 fábricas na América do Norte, na América do Sul, na Ásia e na Europa.

O empresariado brasileiro é fortemente atraído pela posição estratégica da Bélgica e do porto de Antuérpia, portão de acesso ao importante mercado europeu. A maior parte das empresas brasileiras encontra-se no país em razão dos centros de distribuições instalados estrategicamente perto dos importantes portos belgas. Empresas como CITROSUCO, ZILOR, VOTORANTIM e BRASKEM fazem uso da rede intermodal de transportes que parte de Antuérpia para distribuir seus produtos no mercado europeu.

Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) Brasil-Bélgica em US\$ milhões

	Estoque¹	Fluxo						
		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Origem: Bélgica	63.622 (2º)	91	75	420	656	473	347 (23º)	989 (13º)
Origem: Brasil	615 (25º)	-	-	1	582	63	79 (21º)	8 (33º)

Fonte: Banco Central do Brasil

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1830	Independência em relação aos Países Baixos
1831	Criação do Reino da Bélgica, com regime de monarquia constitucional. Proclamado o Rei Leopoldo I (1831-1865)
1839	Países Baixos reconhecem a independência belga
1865	Início do reinado de Leopoldo II (1865-1909)
1884	Conferência de Berlim outorga ao país o Estado Livre do Congo
1908-1934	Reinado de Alberto I (1908-1934)
1914-1918	Apesar da neutralidade belga, os alemães invadem seu território. Formação de um gabinete de guerra e transferência da sede do governo para Antuérpia e Havre. Libertação do país em 1918. Incorporação da Ruanda e Burundi, ex-colônias alemãs
1934	Início do reinado de Leopoldo III (1934-1951)
1939-1945	Ocupação alemã de 1940 a 1944. O Rei Leopoldo III entrega-se prisioneiro. Estabelecido governo no exílio em Paris e, posteriormente, em Londres. Regência do Príncipe Carlos
1948	Constituição do BENELUX, união aduaneira com P. Baixos e Luxemburgo
1949	Adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)

¹ **Estoque** é o valor de mercado das empresas estrangeiras, instaladas em determinado país, na data de referência. O **fluxo** são as transferências efetivas de capital, em um dado intervalo de tempo (geralmente anual).

1950	Plebiscito aprova a volta do Rei Leopoldo III, que delega poderes ao Príncipe herdeiro Balduíno I (1930-1993)
1952	Membro constituinte da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
1957	Membro da Comunidade Econômica Europeia
1960-1962	Independência do Congo, Ruanda e Burundi
1977	Reconhecimento de 3 regiões semi-autônomas: Flandres, Valônia, Bruxelas
1980	Autonomia parcial de Flandres e Valônia
1992	Parlamento aprova Estado federal. Bélgica ratifica o Tratado de Maastricht, que cria a União Europeia
1993	Morte do Rei Balduíno I. Alberto II, seu irmão, assume o trono
2002	Adoção do Euro
2006	Partidos moderados de origem democrática-cristã, tanto na região de Flandres (CD&V) quanto na região da Valônia (CDH), são os grandes vencedores nas eleições comunais
2007	Eleições legislativas federais, em junho. Segue-se longo processo de negociações partidárias para composição do novo Gabinete de Governo
2008	Yves Leterme toma posse como novo Primeiro-Ministro. Participam do novo governo os principais partidos belgas em clima de grande desconfiança e de apoio popular baixo
2009	Von Rompuy assume como Primeiro-Ministro; é designado, em novembro, o primeiro Presidente do Conselho de Ministros da Europa. Com sua saída, Yves Leterme é novamente levado à Chefia do Governo belga
2010	Demissão do Governo Yves Leterme. Governo provisório
2011	Elio Di Rupo toma posse como Primeiro-Ministro
2014	Charles Michel assume como Primeiro-Ministro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1830	Reconhecimento do Reino da Bélgica
1863	Laudo Arbitral do Rei dos Belgas, Leopoldo I, resolvendo litígio entre o Brasil e a Grã-Bretanha (Questão Christie). Favorável ao Brasil
1890	Reconhecimento, pelo Reino da Bélgica, da República do Brasil
1911	Fundação da Câmara de Comércio Belgo-Brasileira, a mais antiga câmara de comércio bilateral da Bélgica
1918	Constituição da Câmara de Comércio Brasil-Bélgica do Rio de Janeiro
1920	Rei Alberto I, e sua esposa, visitam o Brasil, transportados pelo encouraçado Minas Gerais. Têm início conversações que levarão à criação da companhia belgo-mineira
1921	A Companhia Siderúrgica Mineira se associa à belga ARBED e passa a se chamar Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira
1938	Constituição da Câmara de Comércio Brasil-Bélgica de São Paulo
1993	Início da parceria da belga SONACA com a EMBRAER na produção de peças de motor e fuselagem de aeronaves
1999	Missão ao Brasil do Príncipe herdeiro Philippe, à frente de missão empresarial
2000	Visita ao Brasil do Ministro da Defesa, André Flahault. Conversações sobre intercâmbio de aeronaves, peças e acessórios e equipamento militar
2001	Instalação da SOBRAER, sucursal da belga SONACA, em São José dos Campos. Produção da fuselagem central de conexão de asas de aeronaves da Embraer
2004	Fusão da belga Interbrew com a brasileira AMBEV, que resulta na INBEV, a maior produtora mundial de cerveja
2005	Inauguração da Sopeçaero, em S.J. dos Campos, do grupo belga Sonaca, com a Airbus e a Eletra Holding Overseas, para fabricação de placas de alumínio para aeronaves; II missão ao Brasil do Príncipe herdeiro Philippe, à frente de missão empresarial. Visita empresas belgas no Brasil (SOBRAER, Parafix, Katoen Natie, Tractebel)
2007	Aprovação de documento belga que prevê maior prioridade da política externa belga à América Latina e Caribe, com ênfase no Brasil; - Visita do Secretário-Geral da Chancelaria belga para conversações sobre o adensamento da relação belgo-brasileira e a elaboração de plano de ação direcionado para o Brasil; participação de cinco aviões fabricados pela EMBRAER (3 Xingu e 2 ERJ) no desfile militar da Data Nacional da Bélgica (21/7)
2009	Visita do Presidente Lula à Bélgica
2010	Visita ao Brasil do Príncipe Philippe
2011	Visita da Senhora Presidenta da República à Bélgica
2012	Visita da Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann
2013	Visita do Chanceler Didier Reynders ao Brasil (Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo)
2014	Encontro entre a Senhora Presidenta da República e o Primeiro-Ministro Elio Di Rupo, em Bruxelas, à margem da VII Cúpula Brasil-União Europeia

2015	Encontro entre a Senhora Presidenta da República e o Primeiro-Ministro Charles Michel, em Bruxelas, à margem da II Reunião de Cúpula CELAC-União Europeia
-------------	---

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de celebração	Data de entrada em vigor
Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre Transferência de Pessoas Condenadas	04/10/2009	Em tramitação no Congresso Nacional
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular	04/10/2009	20/04/2014
Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica	04/10/2009	Em ratificação
Acordo sobre a Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica	04/10/2009	17/09/2014
Tratado entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	07/05/2009	Em tramitação no Congresso Nacional
Convenção Adicional Alterando a Convenção entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final	20/11/2002	18/10/2007
Acordo entre o Brasil e a Bélgica sobre Transporte Aéreo	18/11/1999	23/12/2002
Acordo Marítimo	28/09/1987	
Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Industrial	12/03/1985	02/02/1987
Acordo Relativo ao Reconhecimento Recíproco dos Documentos de Habilitação Nacionais para Dirigir Veículos Automotores	29/11/1983	29/11/1983
Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda	23/06/1972	12/07/1973
Acordo Sanitário que passa a Regular o Comércio de Carnes e Derivados de Carnes Bovinas	12/10/1965	12/10/1965

Acordo Cultural	06/01/1960	17/04/1965
Acordo Complementar estendendo a aplicação do Tratado de Extradicação de 06 de Maio de 1953 ao Tráfico Ilícito de Drogas	08/05/1958	08/07/1958
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e Comuns	27/02/1957	01/04/1957
Acordo para Regular a Aplicação do Tratado de Extradicação de 06 de maio de 1953	12/11/1956	12/11/1956
Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita	10/01/1955	14/07/1957
Tratado de Extradicação	06/05/1953	14/07/1957
Tratado de Comércio e Navegação	22/09/1834	

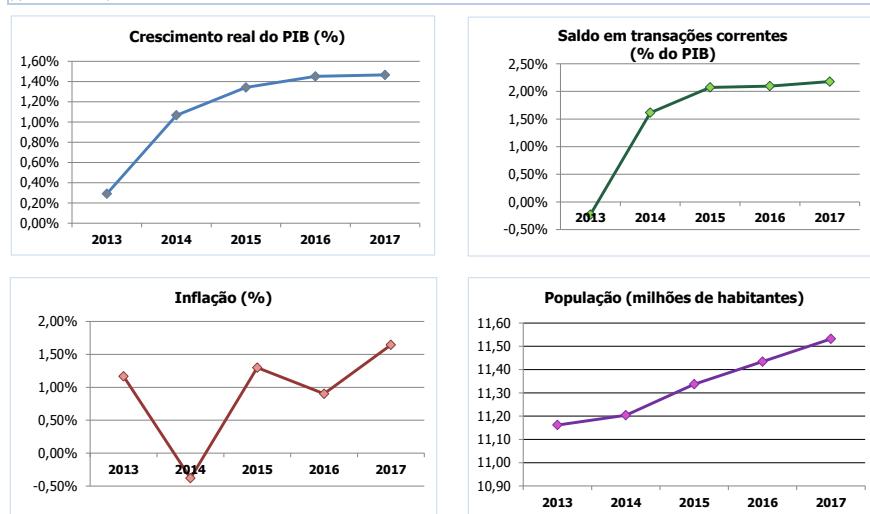
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS
Principais indicadores socioeconômicos da Bélgica

Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	0,29%	1,07%	1,34%	1,45%	1,47%
PIB nominal (US\$ bilhões)	524,94	534,23	458,65	473,52	492,06
PIB nominal "per capita" (US\$)	47.031	47.682	40.456	41.412	42.670
PIB PPP (US\$ bilhões)	470,50	483,33	494,62	507,76	524,18
PIB PPP "per capita" (US\$)	42.153	43.139	43.629	44.407	45.455
População (milhões de habitantes)	11,16	11,20	11,34	11,43	11,53
Desemprego (%)	8,40%	8,49%	8,54%	8,34%	8,14%
Inflação (%) ⁽²⁾	1,17%	-0,38%	1,30%	0,90%	1,65%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-0,23%	1,62%	2,07%	2,10%	2,18%
Câmbio (€ / US\$) ⁽²⁾	0,72	0,83	0,93	0,92	0,86
Origem do PIB (2014 Estimativa)					
Agricultura			0,7%		
Indústria			22,5%		
Serviços			76,8%		

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report December 2015.

(1) Estimativas FMI e EIU.

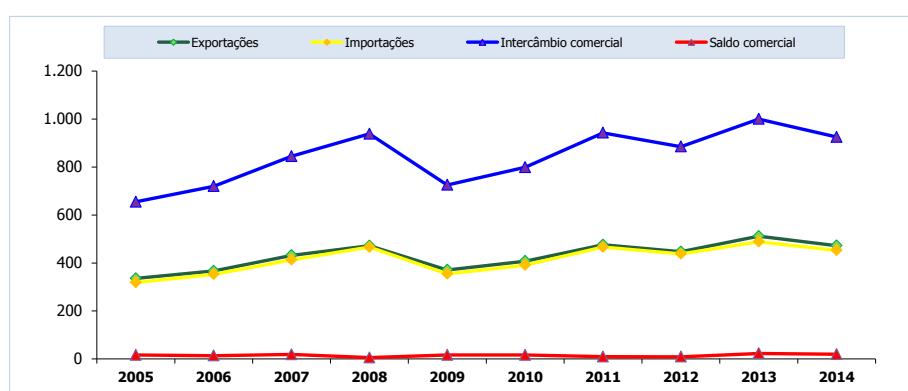
(2) Média de fim de período.



Evolução do comércio exterior da Bélgica
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	335,7	9,1%	319,1	11,4%	654,8	10,2%	16,6
2006	366,8	9,3%	353,1	10,7%	719,9	10,0%	13,7
2007	431,7	17,7%	413,0	17,0%	844,8	17,3%	18,7
2008	471,8	9,3%	466,3	12,9%	938,1	11,1%	5,5
2009	370,9	-21,4%	354,6	-24,0%	725,5	-22,7%	16,3
2010	407,6	9,9%	391,3	10,3%	798,9	10,1%	16,3
2011	476,0	16,8%	466,3	19,2%	942,3	18,0%	9,6
2012	446,9	-6,1%	437,9	-6,1%	884,7	-6,1%	9,0
2013	511,5	14,5%	488,5	11,6%	1.000,0	13,0%	23,0
2014	472,2	-7,7%	452,8	-7,3%	925,0	-7,5%	19,4
2015(jan-set)	299,7	-16,5%	282,4	-18,5%	581,9	-17,5%	17,3
Var. % 2005-2014	40,7%	--	41,9%	--	41,3%	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

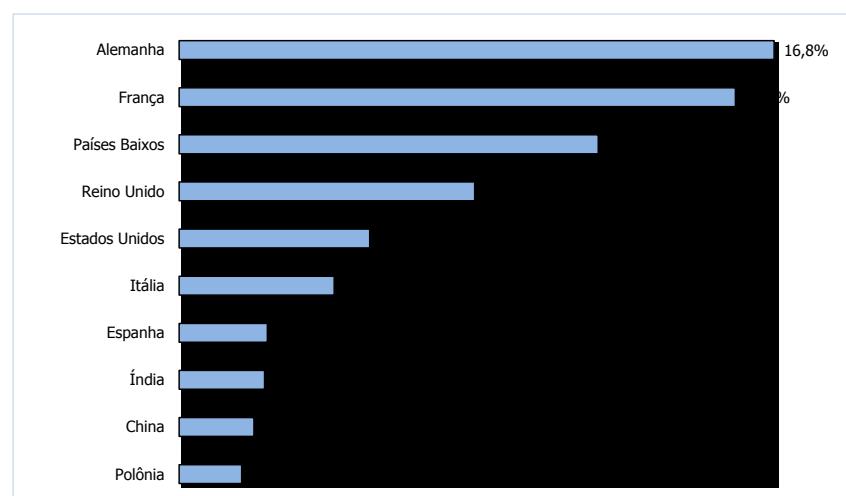


Direção das exportações da Bélgica
US\$ bilhões

Países	2 0 1 4	Part.% no total
Alemanha	79,3	16,8%
França	74,1	15,7%
Países Baixos	55,9	11,8%
Reino Unido	39,4	8,3%
Estados Unidos	25,4	5,4%
Itália	20,7	4,4%
Espanha	11,8	2,5%
Índia	11,4	2,4%
China	10,0	2,1%
Polônia	8,3	1,8%
...		
Brasil (18ª posição)	4,4	0,9%
Subtotal	340,5	72,1%
Outros países	131,7	27,9%
Total	472,2	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

10 principais destinos das exportações

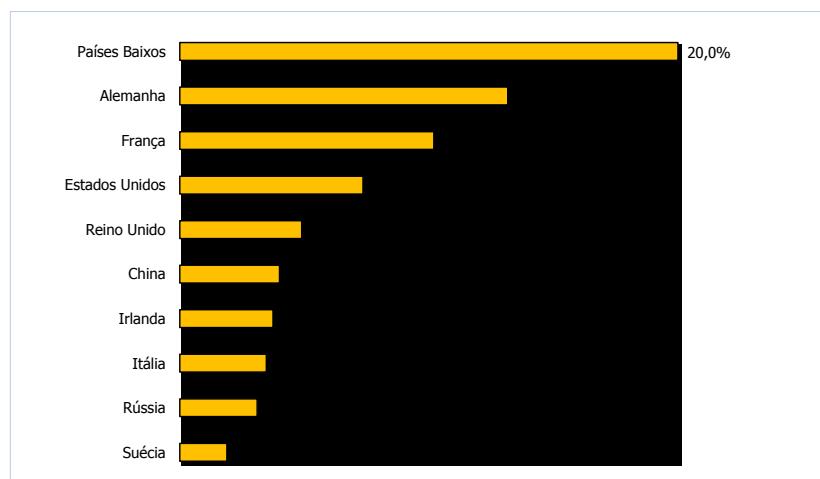


Origem das importações da Bélgica
US\$ bilhões

Países	2014	Part.% no total
Países Baixos	90,4	20,0%
Alemanha	59,6	13,2%
França	46,1	10,2%
Estados Unidos	33,3	7,3%
Reino Unido	22,1	4,9%
China	18,1	4,0%
Irlanda	16,9	3,7%
Itália	15,7	3,5%
Rússia	14,1	3,1%
Suécia	8,5	1,9%
...		
Brasil (23ª posição)	3,1	0,7%
Subtotal	328,0	72,4%
Outros países	124,8	27,6%
Total	452,8	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

10 principais origens das importações

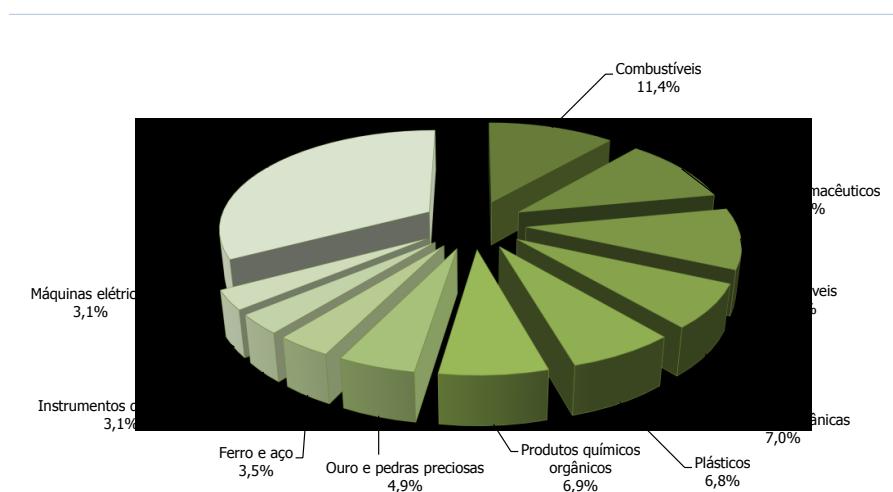


Composição das exportações da Bélgica
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2014	Part.% no total
Combustíveis	53,9	11,4%
Produtos farmacêuticos	49,8	10,6%
Automóveis	45,9	9,7%
Máquinas mecânicas	33,2	7,0%
Plásticos	32,3	6,8%
Produtos químicos orgânicos	32,5	6,9%
Ouro e pedras preciosas	23,3	4,9%
Ferro e aço	16,7	3,5%
Instrumentos de precisão	14,9	3,1%
Máquinas elétricas	14,8	3,1%
Subtotal	317,3	67,2%
Outros	154,9	32,8%
Total	472,2	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

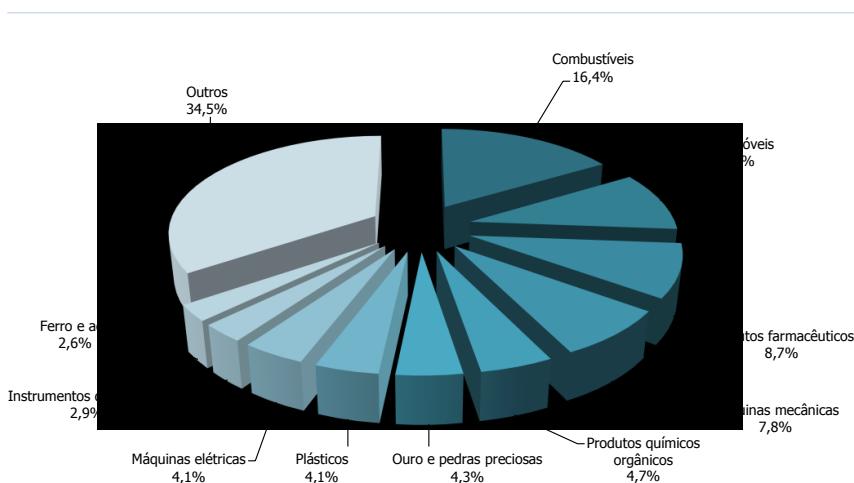


Composição das importações da Bélgica
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2014	Part.% no total
Combustíveis	74,4	16,4%
Automóveis	44,3	9,8%
Produtos farmacêuticos	39,4	8,7%
Máquinas mecânicas	35,1	7,8%
Produtos químicos orgânicos	21,4	4,7%
Ouro e pedras preciosas	19,4	4,3%
Plásticos	18,7	4,1%
Máquinas elétricas	18,7	4,1%
Instrumentos de precisão	13,2	2,9%
Ferro e aço	11,9	2,6%
Subtotal	296,4	65,5%
Outros	156,4	34,5%
Total	452,8	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

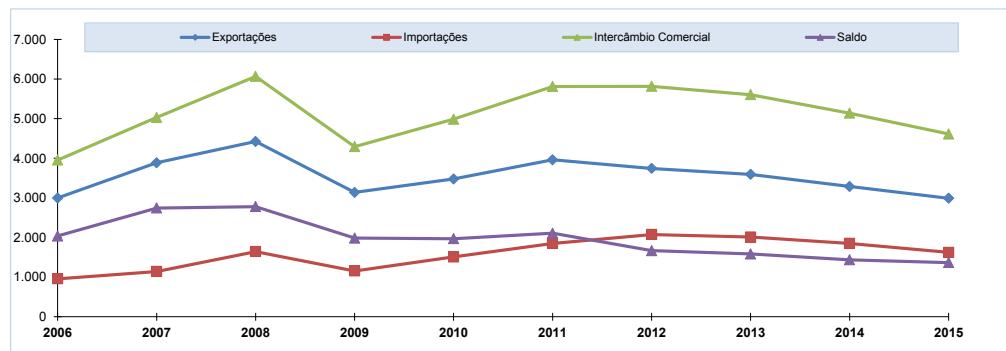
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Bélgica
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Saldo
2006	2.996	39,7%	2,17%	958	33,2%	1,05%	3.954	38,1%	1,73%	2.038
2007	3.886	29,7%	2,42%	1.142	19,3%	0,95%	5.029	27,2%	1,79%	2.744
2008	4.422	13,8%	2,23%	1.644	43,9%	0,95%	6.066	20,6%	1,82%	2.779
2009	3.138	-29,0%	2,05%	1.154	-29,8%	0,90%	4.292	-29,2%	1,53%	1.984
2010	3.477	10,8%	1,72%	1.509	30,7%	0,83%	4.985	16,2%	1,30%	1.968
2011	3.960	13,9%	1,55%	1.851	22,7%	0,82%	5.811	16,6%	1,20%	2.108
2012	3.742	-5,5%	1,54%	2.074	12,0%	0,93%	5.816	0,1%	1,25%	1.667
2013	3.594	-3,9%	1,48%	2.010	-3,1%	0,84%	5.604	-3,6%	1,16%	1.584
2014	3.287	-8,5%	1,46%	1.850	-8,0%	0,81%	5.137	-8,3%	1,13%	1.437
2015	2.990	-9,0%	1,56%	1.623	-12,3%	0,95%	4.613	-10,2%	1,27%	1.367
2016 (janeiro)	176,4	-22,1%	1,57%	113,6	-30,5%	1,10%	290,0	-25,6%	1,34%	62,8
Var. % 2006-2015	-0,2%	--	--	69,5%	--	--	16,7%	--	n.c.	

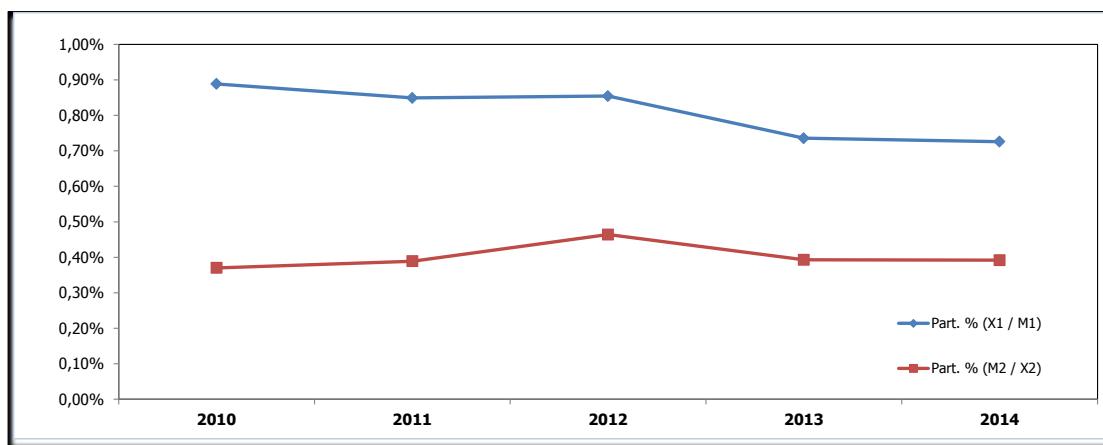
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Fevereiro de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no comércio da Bélgica
US\$ milhões

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para a Bélgica (X1)	3.477	3.960	3.742	3.594	3.287	-5,5%
Importações totais da Bélgica (M1)	391.256	466.349	437.883	488.527	452.773	15,7%
Part. % (X1 / M1)	0,89%	0,85%	0,85%	0,74%	0,73%	-18,3%
Importações do Brasil originárias da Bélgica (M2)	1.509	1.851	2.074	2.010	1.850	22,7%
Exportações totais da Bélgica (X2)	407.596	475.958	446.854	511.505	472.201	15,9%
Part. % (M2 / X2)	0,37%	0,39%	0,46%	0,39%	0,39%	5,9%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações da Bélgica e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*

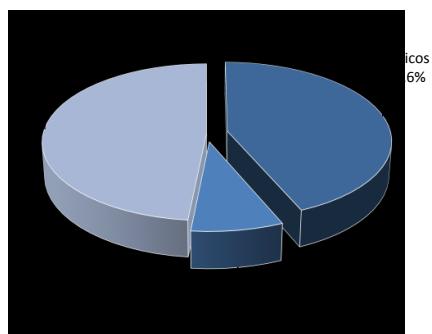


Exportações e importações brasileiras por fator agregado

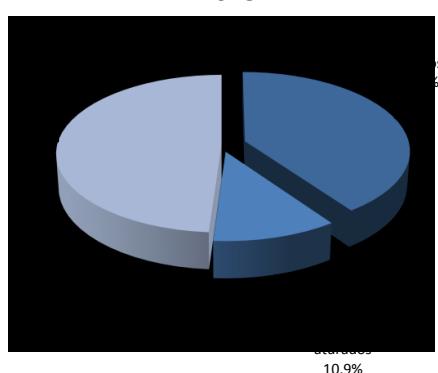
Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾

2014

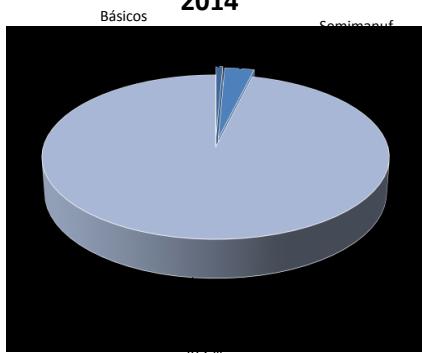


2015

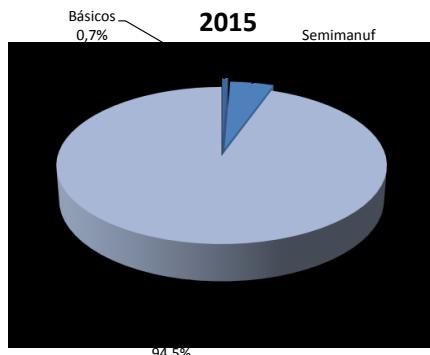


Importações Brasileiras

2014



2015



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Fevereiro de 2016.

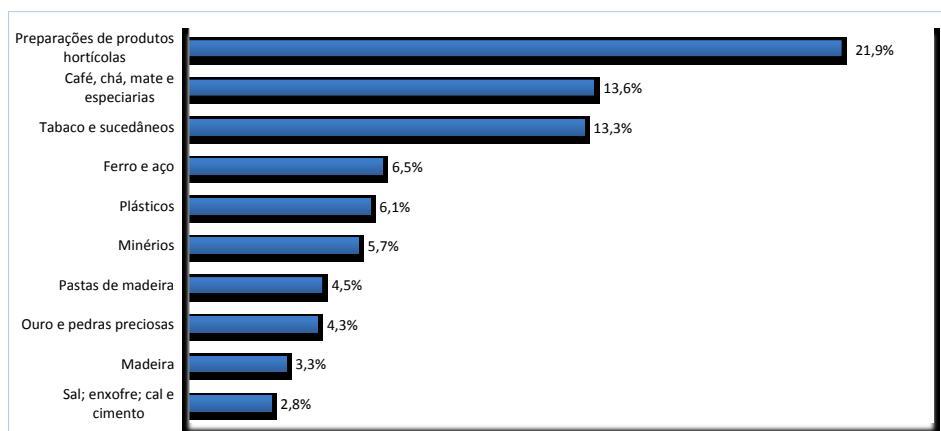
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para a Bélgica
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Preparações de produtos hortícolas	869,8	24,2%	683,9	20,8%	655,5	21,9%
Café, chá, mate e especiarias	358,7	10,0%	550,0	16,7%	406,9	13,6%
Tabaco e sucedâneos	597,3	16,6%	418,5	12,7%	396,8	13,3%
Ferro e aço	42,4	1,2%	55,4	1,7%	194,5	6,5%
Plásticos	202,2	5,6%	163,7	5,0%	181,9	6,1%
Minérios	325,0	9,0%	301,0	9,2%	170,3	5,7%
Pastas de madeira	187,4	5,2%	158,1	4,8%	133,8	4,5%
Ouro e pedras preciosas	10,9	0,3%	7,9	0,2%	129,2	4,3%
Madeira	92,8	2,6%	112,1	3,4%	97,4	3,3%
Sal; enxofre; cal e cimento	86,4	2,4%	83,6	2,5%	82,5	2,8%
Subtotal	2.773	77,2%	2.534	77,1%	2.449	81,9%
Outros produtos	821	22,8%	753	22,9%	541	18,1%
Total	3.594	100,0%	3.287	100,0%	2.990	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

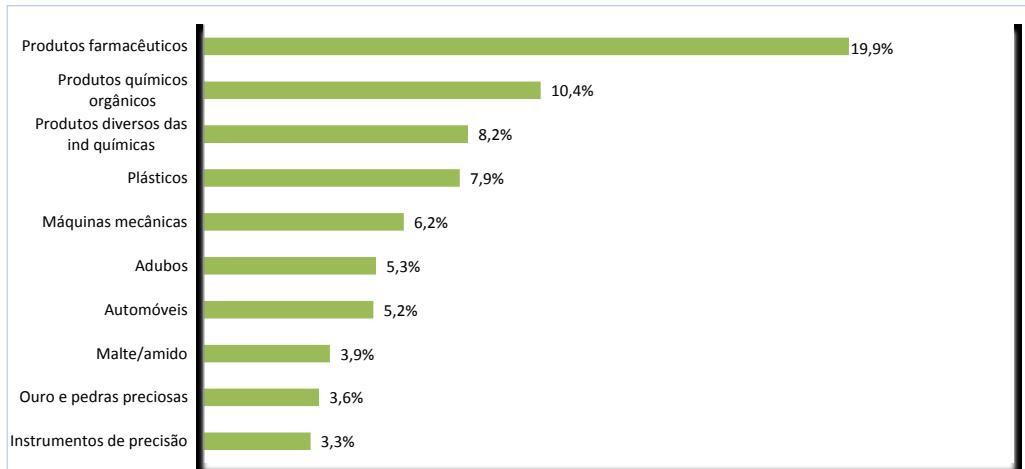


Composição das importações brasileiras originárias da Bélgica
US\$ milhões

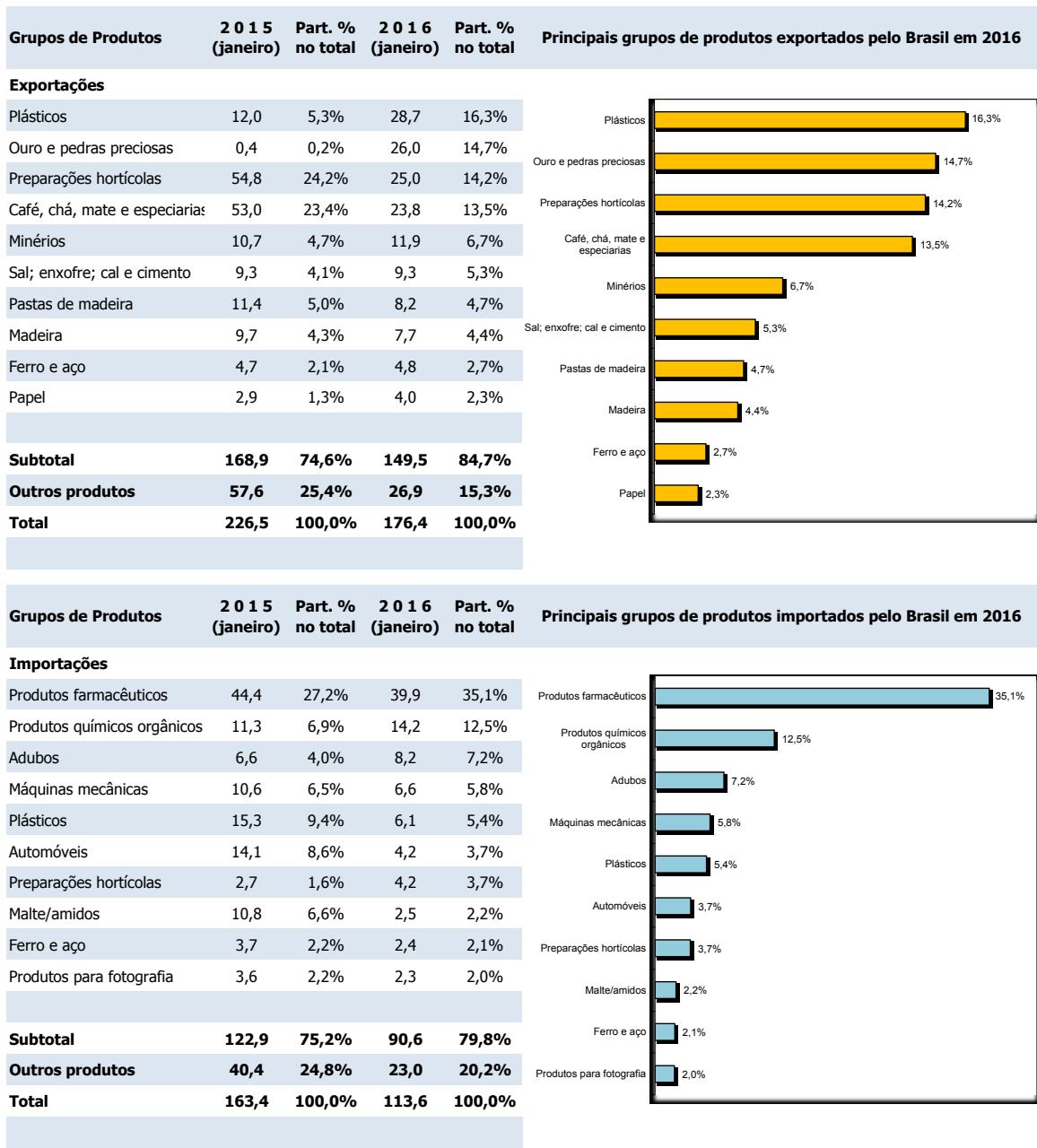
Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Produtos farmacêuticos	365,8	18,2%	343,3	18,6%	323,1	19,9%
Produtos químicos orgânicos	113,2	5,6%	165,1	8,9%	168,7	10,4%
Produtos diversos das ind químicas	172,0	8,6%	147,4	8,0%	132,4	8,2%
Plásticos	140,4	7,0%	138,1	7,5%	128,2	7,9%
Máquinas mecânicas	245,7	12,2%	146,9	7,9%	100,1	6,2%
Adubos	112,9	5,6%	98,9	5,3%	86,2	5,3%
Automóveis	110,2	5,5%	91,7	5,0%	84,9	5,2%
Malte/amido	69,4	3,5%	75,3	4,1%	63,2	3,9%
Ouro e pedras preciosas	17,6	0,9%	41,6	2,2%	57,7	3,6%
Instrumentos de precisão	61,7	3,1%	56,0	3,0%	53,5	3,3%
Subtotal	1.409	70,1%	1.304	70,5%	1.198	73,8%
Outros produtos	601	29,9%	546	29,5%	425	26,2%
Total	2.010	100,0%	1.850	100,0%	1.623	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Fevereiro de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Europa
Divisão da Europa I

LUXEMBURGO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Fevereiro de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE LUXEMBURGO	
NOME OFICIAL:	Grão-Ducado de Luxemburgo
CAPITAL:	Luxemburgo
ÁREA:	2.586,4 km ²
POPULAÇÃO:	571.000 habitantes
IDIOMA OFICIAL:	luxemburguês, francês e alemão
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristãos 70,4%; não religiosos 26,8%.
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia constitucional parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Unicameral
CHEFE DE ESTADO:	Grão-Duque Henry Bourbon (desde outubro de 2000)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Xavier Bettel (Partido Democrático – DP, desde dezembro de 2013)
CHANCELER:	Jean Asselborn (LSAP, de esquerda, desde julho de 2004)
PIB NOMINAL (FMI):	US\$ 54,940 bilhões (est. 2015)
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP) (FMI):	US\$ 53,174 bilhões (est. 2015)
PIB PER CAPITA (FMI):	US\$ 96,268 mil (est. 2015)
PIB PPP PER CAPITA (FMI):	US\$ 93,173 mil (est. 2015)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	2,5% (est. 2015); 2,9% (est. 2014); 1,99% (2013); -0,16% (2012)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2014):	0,89 – 19º
EXPECTATIVA DE VIDA:	81,7 anos
ALFABETIZAÇÃO:	100%
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	6,8%
UNIDADE MONETÁRIA:	Euro (€)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Jean Olinger, residente em Luxemburgo
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	3.600

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – *Fonte: MDIC*

Brasil → Lux.	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Intercâmbio	58,66	73,75	117,63	69,55	404,04	136,25	122,66	120,48	90,42	125,14
Exportações	19,04	25,48	72,26	42,00	101,63	83,34	72,98	31,78	17,14	36,37
Importações	39,62	48,26	45,36	27,54	302,41	52,91	49,68	88,71	73,28	88,76
Saldo	-20,57	-22,77	26,89	14,45	-200,78	30,43	23,31	-56,93	-56,14	-52,38

Informação elaborada em 23 de fevereiro de 2016, pela Secretária Tânia Guerra. Revisada pelo Conselheiro Marcelo Salum.

PERFIS BIOGRÁFICOS

**Henry de Luxembourg
Grão-Duque de Luxemburgo**

Nasceu em Betzdorf (Luxemburgo). É o Chefe de Estado de Luxemburgo. É o filho mais velho de Jean, Grão-Duque de Luxemburgo entre 1964 e 2000, e da Princesa Joséphine-Charlotte da Bélgica. É primo do atual rei da Bélgica, Philippe. Tornou-se Grão-Duque de Luxemburgo em 7 de outubro de 2000.

É formado em Ciências Políticas pela Universidade de Genebra e fez treinamento militar na Royal Military Academy Sandhurst, na Inglaterra.

É membro do Comitê Olímpico Internacional e da “Mentor Foundation” (criada pela Organização Mundial da Saúde). Ostenta a patente militar de Coronel no Exército Luxemburguês e Major Honorário do Regimento de Paraquedistas do Reino Unido.

Casado desde 1981 com Maria Teresa Mestre, é pai de quatro filhos e uma filha.

Xavier Bettel
Primeiro-Ministro



Nasceu em 1973 em Luxemburgo e graduou-se em Direito Público e Europeu na Universidade de Nancy.

Ingressou no Partido Democrático (DP, liberal-centrista) em 1989. Em 1999, aos 26 anos, logrou eleger-se pela primeira vez à Câmara dos Deputados de Luxemburgo (pela circunscrição "Centre"). Foi reeleito em 2004, 2009 e 2013. No Parlamento, foi designado Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Jurídicos (2004-2013), e também Vice-Presidente da Comissão de Inquérito sobre as atividades dos serviços de segurança do estado (2012-2013). Entre 2009 e 2011 foi líder da bancada do DP e desde janeiro de 2013, Presidente do partido.

No plano local, Xavier Bettel integrou o Conselho Comunal da Municipalidade de Luxemburgo (2000 a 2005) e foi Vereador entre 2005 e 2011. Nas eleições locais de 2011, foi eleito Prefeito de Luxemburgo, cargo que manteve até a designação à Chefia do Governo do Grão-Ducado.

Em 4 de dezembro de 2013 foi designado Primeiro-Ministro e Ministro do Estado de Luxemburgo.

RELAÇÕES BILATERAIS

Apesar das reduzidas dimensões do território e da população do Luxemburgo, as relações bilaterais com o Grão-Ducado são estratégicas para o Brasil. Luxemburgo desempenha papel de relevo na articulação de posições no âmbito da União Europeia, da qual é membro-fundador. A presença no país de importante comunidade lusófona (cerca de 16% da população é de origem portuguesa) facilita a abertura de canais de comunicação e abre janela de simpatia pelo Brasil.

Brasil e Luxemburgo mantêm relacionamento produtivo no plano econômico, com destaque para investimentos nos setores siderúrgico e financeiro, mas discreto no terreno político. O apoio brasileiro à eleição de Luxemburgo para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 2012, e a visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jean Asselborn, em abril de 2013, contribuíram para o estreitamento dos laços bilaterais.

O Grão-Duque Henry realizou visita de Estado ao Brasil em novembro de 2007, acompanhado da Grã-Duquesa Maria Teresa. O programa incluiu visita às cidades de Ouro Preto, São Paulo, Ribeirão Preto e Vitória. Em São Paulo, o Grão-Duque fez pronunciamento na abertura de dois seminários sobre a promoção de negócios e serviços financeiros. Visitou, na região de Ribeirão Preto, a usina Santa Elisa de produção de etanol. No Espírito Santo, participou da inauguração, no dia 29 de novembro, das obras de ampliação da usina siderúrgica de Tubarão, do grupo siderúrgico Arcelor-Mittal. O Grão-Duque realizou nova visita ao Brasil em 2012, por ocasião da Conferência Rio+20. Cabe lembrar que o Grão-Duque de Luxemburgo deverá visitar o Brasil em 2016, na condição de membro do Comitê Olímpico Internacional (COI).

Em novembro de 2014, o Ministério das Finanças e a Câmara de Comércio do Grão-Ducado de Luxemburgo organizaram missão político-empresarial multissetorial ao Brasil. A delegação luxemburguesa, chefiada pelo Grão-Duque herdeiro e conduzida pelo Ministro das Finanças, Pierre Gramegna, apresentou seminário em São Paulo sobre os aspectos econômicos e financeiros da relação bilateral. A visita culminou com reunião entre o Grão-Duque herdeiro e o Vice-Presidente Michel Temer.

Em 11 de junho de 2015, a Presidente Dilma Rousseff e o Primeiro-Ministro Xavier Bettel encontraram-se em Bruxelas, à margem de encontro da CELAC. O encontro ensejou oportunidade para discussão de temas do relacionamento bilateral, entre os quais a atualização de acordo sobre dupla tributação, a utilização de Luxemburgo como plataforma comercial de empresas brasileiras e o novo acordo sobre serviços aéreos. Na ocasião, Xavier Bettel transmitiu convite para visita oficial da Presidenta da República ao Grão-Ducado.

Em 2013, o estoque de investimentos registrou US\$ 14,7 bilhões, o que faz de Luxemburgo o 12º maior investidor estrangeiro no Brasil (com destaque para o setor

siderúrgico, pela ARCELOR-Mittal). Em 2014, os investimentos luxemburgueses somaram US\$ 6,6 bilhões, enquanto o Brasil investiu US\$ 1,9 bilhão em Luxemburgo.

No comércio bilateral, as exportações brasileiras para o Grão-Ducado, embora modestas em seu volume, multiplicaram-se em mais de 120 vezes desde 1973. A empresa luxemburguesa de transporte aéreo LUXAIR opera aviões da EMBRAER, adquiridos em 2004. A "CARGOLUX" opera em diversos aeroportos brasileiros (Viracopos, Curitiba, Manaus, Petrolina, Recife) e viabiliza exportações do setor de frutas tropicais para mercados europeus. A companhia busca ampliar suas operações no Brasil, com aviões mais modernos, mas esbarra em dificuldades operacionais nos aeroportos brasileiros, não homologados para aeronaves de grande porte. O assunto tem sido objeto de discussões técnicas, havendo inclusive sido considerada a assinatura de um novo acordo sobre transportes aéreos.

Assuntos consulares

Em Luxemburgo, a comunidade brasileira estimada é de 3.600 indivíduos. Em 2014, encontravam-se detidos, naquele país, quatro brasileiros.

Há um Conselho de Cidadania da Bélgica e do Luxemburgo (CCBL), cuja última composição tomou posse em 4 de janeiro último.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano em benefício de Luxemburgo.

POLÍTICA INTERNA

O Grão-Ducado de Luxemburgo é uma monarquia parlamentar regida por Constituição que data de 1868. Emenda substantiva foi introduzida em 2009 para retirar do soberano a prerrogativa de vetar legislação adotada pelo Parlamento (após o Grão-Duque vetar, em 2008, projeto de lei que estabelecia a eutanásia, utilizando-se de argumentos religiosos). O atual monarca é o Grão-Duque Henry Bourbon. O Parlamento é unicameral (Câmara dos Deputados) e o mandato dos deputados é de 5 anos.

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, o Partido Popular Cristão Social (CSV), de corte democrata-cristão clássico, tem sido a força dominante na política local, chefiando todos os Gabinetes de Ministros, à exceção do período 1974-1979. Os outros dois partidos de expressão são o Partido Socialista Operário de Luxemburgo (LSAP) e o Partido Democrático (direita liberal). Desde 1984, excetuado o período 1999-2004, o LSAP tem sido parceiro nas coalizões de governo chefiadas pelo CSV.

O ex-Primeiro-Ministro, o democrata-cristão Jean-Claude Juncker, ficou no cargo de 1995 a fins de 2013, tendo sido o Chefe de Governo democraticamente eleito mais longevo no mundo. O bloco de governo integrado pelos democratas-cristãos e socialistas foi definido após as eleições legislativas de 2004 e renovou-se após o pleito de 2009. Importante mudança ocorreu nas eleições de 20 de outubro de 2013. Mesmo tendo obtido 33,68% dos votos, maior votação obtida individualmente por um partido, os cristãos-sociais anunciaram que passariam à oposição.

O novo governo, liderado por Xavier Bettel, do Partido Democrático – DP, tem seguido as grandes linhas da política luxemburguesa, que se centram no rigoroso controle do gasto público, na redução seletiva da carga fiscal e no fomento e defesa do setor financeiro instalado no país. A construção de arcabouço legal para o setor financeiro compatível com as regras comunitárias é um dos principais temas da política exterior do Grão-Ducado.

POLÍTICA EXTERNA

As atenções de Luxemburgo, no terreno da política exterior, tradicionalmente se concentram na integração europeia. O país foi pioneiro no processo, participando ativamente da fundação do BENELUX (1944), da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (1952) e da Comunidade Econômica Europeia (1957). Luxemburgo é sede das seguintes instituições europeias: Tribunal de Justiça Europeu, Banco Europeu de Investimentos, Corte de Contas da União Europeia, Secretariado do Parlamento Europeu e Instituto Estatístico da União Europeia (EUROSTAT).

O país é, ainda, membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (1949) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (1961). Para além do fato de ser membro ativo dessas organizações, a atuação internacional de Luxemburgo é discreta. Tradicionalmente, o país dedica atenção prioritária aos temas econômicos, buscando defender seu setor financeiro.

No terreno da defesa, no entanto, a despeito do tamanho diminuto de suas Forças Armadas, Luxemburgo tem prestado contribuição ativa a missões de paz. Participou, entre outras, da UNPROFOR e ISOFOR (Iugoslávia), SFOR (Bósnia e Herzegovina) e ISAF (Afeganistão).

Em 2012, Luxemburgo elegeu-se pela primeira vez (com o apoio do Brasil) para mandato no CSNU.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Luxemburgo promoveu uma sensível mudança em sua economia a partir dos anos 1960, ao afastar a forte dependência da indústria do aço por meio do investimento na indústria de alta tecnologia e, principalmente, no setor bancário. Mais de 160 instituições financeiras têm filiais em Luxemburgo, o que faz do país um dos mais importantes centros financeiros da Europa e do mundo. A conta corrente de Luxemburgo é altamente superavitária (em torno de 10% do PIB), em razão da exportação de serviços.

Luxemburgo conta com uma força de trabalho bastante diversificada. Dos cerca de 500 mil habitantes, quase a metade é de estrangeiros, e mais de 40% dos trabalhadores residem em outros países e deslocam-se, diariamente, para trabalhar no Grão-Ducado. Entre trabalhadores residentes e não residentes, estima-se que dois terços da força de trabalho seja de origem estrangeira.

A economia luxemburguesa vem mostrando bom desempenho, o que ficou evidenciado pelo forte crescimento que foi registrado em 2010 (5,7%) e em 2011 (2,6%). No ano seguinte, porém, a economia mostrou discreta retração de 0,7%, que pode ser considerada atípica, tendo em conta que, logo em seguida, retomou trajetória expansiva. Em 2013, o crescimento do país atingiu 1,99% e, em 2014, o Grão Ducado reforçou sua perspectiva econômica, com crescimento de 2,9%. Já em relação ao ano de 2015, o crescimento luxemburguês foi de 1,99%, índice que elevou o PIB nominal ao patamar de US\$ 54,940 bilhões. Por conseguinte, o PIB per capita luxemburguês atingiu o nível de US\$ 96,268 mil, o mais elevado no ranking dos 189 países listados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Comércio exterior

O comércio exterior é igualmente importante para a economia do Grão-Ducado. Luxemburgo tem buscado estabelecer-se como "hub" preferencial na região, tanto no setor financeiro quanto na indústria e no comércio de bens e serviços. Cerca de 85% da produção é vendida fora do país, a maior parte para os demais membros da União Europeia. Entre os principais parceiros comerciais, estão a Alemanha, a Bélgica e a França. Pode-se mencionar esforços, nos últimos anos, no sentido de ampliar o relacionamento comercial com países das Américas, da Ásia e do Oriente Médio.

De 2005 para 2014, as exportações de bens cresceram 16,1%. Evoluíram de US\$ 12,72 bilhões no primeiro ano da série histórica, para alcançar o nível de US\$ 14,77 bilhões em 2014. No acumulado de janeiro a setembro de 2015, porém, as vendas externas luxemburguesas sofreram perda de 11,3% sobre a base análoga do ano anterior. O comércio exterior é altamente integrado a membros da União Europeia e, assim, com

relação ao ano de 2014, foram os seguintes os principais mercados de destino das exportações de Luxemburgo: Alemanha (participação de 27,5% no total geral da exportação); França (13,9%); Bélgica (13,1%); Países Baixos (4,9%); Reino Unido (3,7%); Itália (3,4%); Estados Unidos (3,2%).

O Brasil, com 0,3% de participação, foi o 31º mercado de destino para os produtos luxemburgueses, em 2014. Foram os seguintes os mais relevantes grupos de produtos da pauta de exportação, em 2014: ferro fundido, ferro ou aço (14,3% do total); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (9,8%); plásticos e manufaturas de plástico (9,0%); veículos e autopeças (6,6%); manufaturas de ferro ou aço (6,4%); borracha e manufaturas de borracha (5,8%); máquinas e instrumentos elétricos ou eletrônicos (4,9%); leite, laticínios, ovos e mel (4,4%).

Em relação à demanda, as importações luxemburguesas passaram de US\$ 17,59 bilhões em 2005, para US\$ 23,85 bilhões em 2014, o que correspondeu a um crescimento da ordem de 35,6%. Entre janeiro e setembro de 2015, as aquisições externas, porém, mostraram decréscimo de 11,8%, sobre a mesma base temporal do ano anterior. Os principais supridores da demanda externa luxemburguesa, em 2014, foram: Bélgica (23,9% do total); Alemanha (23,8%); França (14,2%); Estados Unidos (6,9%); Países Baixos (4,0%); Itália (2,6%); China (2,2%).

O Brasil ocupou posição discreta, sendo o 44º fornecedor, com margem de 0,1%. Em relação à sua estrutura, foram os seguintes os principais grupos de produtos adquiridos em 2014: veículos e autopeças (11,6% de participação); combustíveis e lubrificantes (9,8%); máquinas e aparelhos mecânicos (7,7%); ferro fundido, ferro ou aço (7,1%); aviões e helicópteros, partes e peças (6,3%); máquinas e instrumentos elétricos ou eletrônicos (5,5%); plásticos e manufaturas de plástico (5,2%).

O saldo da balança comercial é desfavorável. Em 2014 o déficit luxemburguês em transações comerciais de bens somou US\$ 9,08 bilhões. No acumulado até setembro de 2015, havia somado US\$ 4,81 bilhões.

Nos últimos dez anos, o comércio bilateral entre Brasil e Luxemburgo cresceu 113,3%. Em termos de valor, portanto, o intercâmbio de mercadorias passou de US\$ 58,7 milhões, em 2006, para US\$ 125,1 milhões, em 2015. Ao longo do período analisado, o saldo comercial entre os dois países alternou entre superávits (quatro anos) e déficits (seis anos). Os superávits para o lado brasileiro foram: em 2008 (US\$ 26,9 milhões); 2009 (US\$ 14,5 milhões); 2011 (US\$ 30,4 milhões) e; 2012 (US\$ 23,3 milhões). Os déficits, nos últimos três anos, foram: US\$ 56,9 milhões (2013); US\$ 56,1 milhões (2014) e, US\$ 52,4 milhões (2015).

As exportações brasileiras para Luxemburgo cresceram, nos últimos dez anos, 91%. Por conseguinte, as vendas externas passaram de US\$ 19,0 milhões, no primeiro

ano da série histórica, para atingir o nível de US\$ 36,4 milhões no ano de 2015. Com esta cifra, Luxemburgo foi o vigésimo segundo mercado de destino para os produtos brasileiros na União Europeia. Ainda em 2015, as vendas para Luxemburgo registraram crescimento de 112,3% sobre o ano anterior. Para o aumento em tela, contribuiu substancialmente a inclusão na pauta exportadora das vendas de aviões e helicópteros. Os principais produtos da pauta brasileira ofertada para Luxemburgo, em 2015, foram: i) aviões e helicópteros (US\$ 23,8 milhões; equivalentes à participação de 65,1% no total); ii) fio-máquina de ligas de aço (US\$ 4,1 milhões; 11,2%); iii) categutes cirúrgicos (US\$ 1,6 milhão; 4,4%); iv) combustíveis e lubrificantes para aeronaves (US\$ 1,5 milhão; 4,1%); e v) embarcações para transporte de mercadorias (US\$ 1,1 milhão; 3,1%). A pauta ofertada pelo Brasil mostra predominância de produtos básicos, categoria que, em 2015, representou 91,3% do total geral da exportação, feita por meio de 47 empresas brasileiras.

As importações brasileiras originárias de Luxemburgo mostraram, nos últimos dez anos, crescimento de 124,0%, considerando que passaram de US\$ 39,6 milhões, em 2006, para US\$ 88,8 milhões, em 2015. De 2014 para 2015, as importações aumentaram 21,1%. Esse crescimento foi motivado principalmente pela inclusão, na pauta importadora, de aparelhos de mudança de temperatura e de aparelhos elevadores para mercadorias. Os principais produtos adquiridos do mercado luxemburguês, em 2015, foram os seguintes: i) aparelhos de mudança de temperatura (US\$ 20,6 milhões; equivalentes a 23,2% do total); ii) aparelhos elevadores para mercadorias (US\$ 17,5 milhões; 19,7%); iii) produtos laminados planos, de ferro ou aço (US\$ 9,8 milhões; 11,4%); iv) estacas-pranchas de ferro ou aço (US\$ 5,9 milhões; 6,4%); v) moldes para borracha ou plásticos (valor de US\$ 5,3 milhões; equivalentes a 6,0% do total). Ainda em relação aos dados de 2015, os produtos manufaturados representaram praticamente a totalidade da pauta adquirida (99,9%), e foram realizadas por 189 empresas brasileiras.

Investimentos

Os ingressos de investimento direto de Luxemburgo no Brasil, em 2015, somaram US\$ 6,5 bilhões, segundo dados do Banco Central do Brasil. Entre 2012 e 2015, Luxemburgo foi o terceiro maior investidor estrangeiro direto no Brasil, com fluxos anuais superiores a US\$ 5 bilhões. Em 2011, o estoque de investimentos diretos de Luxemburgo no Brasil era de US\$ 26,1 bilhões, o sexto maior no quesito.

Em 2012, no entanto, o Banco Central do Brasil modificou a metodologia empregada para o registro do estoque de IED no Brasil, destacando o registro por "investidor final", que considera a origem da empresa investidora, em vez do país de origem imediata do capital. Com essa modificação, houve queda no estoque de IED oriundo de tradicionais centros de intermediação financeira, como Luxemburgo e Países

Baixos. Com a nova metodologia, o estoque de investimentos diretos de Luxemburgo no Brasil foi revisado, em 2012, para US\$ 15,1 bilhões, o que fez Luxemburgo cair para posição de 10º maior investidor estrangeiro no Brasil. Em 2013, o estoque de investimentos registrou US\$ 14,7 bilhões e Luxemburgo desceu para a posição de 12º maior investidor estrangeiro no Brasil. A nova metodologia não foi aplicada aos registros de investimentos brasileiros diretos, cujo estoque em Luxemburgo somou, em termos de "destino imediato", US\$ 17,3 bilhões em 2013, o sétimo maior estoque de IBD no mundo.

Luxemburgo é uma das mais importantes praças financeiras do mundo. Suas altas cifras de investimento no Brasil estão relacionadas a esse fato. Registre-se que Luxemburgo não é considerado paraíso fiscal pelos critérios brasileiros desde 2011. No Brasil, de acordo com a Receita Federal, é classificado como paraíso fiscal todo país que tributa a renda das empresas com alíquota inferior a 20% ou que não fornece informações sobre os sócios de empresas lá sediadas nem dos beneficiários econômicos das estruturas de investimento. Embora os impostos incidentes sobre o lucro das companhias sejam menores que 20% em Luxemburgo, os investidores não são anônimos.

Várias empresas estrangeiras concretizam investimentos no Brasil por meio de bancos luxemburgueses, como é o caso das chinesas. Um dos maiores investimentos realizado pelos chineses no Brasil - a compra de 40% do capital da petrolífera REPSOL pela chinesa SINOPEC, por US\$ 7,109 bilhões - entrou no país por Luxemburgo.

A empresa de siderurgia ARCELOR-MITTAL, controlada pelo indiano Lakshmi Mittal, é umas das poucas empresas de Luxemburgo presentes no Brasil. Contudo, é ínfimo, hoje, o capital luxemburguês ainda presente no conglomerado, cerca de 4%.

Investimentos Diretos Luxemburgo-Brasil (em US\$ milhões)								
	Estoque ²		Fluxo					
	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Origem: Luxemburgo	15.112 (10º)	14.794 (12º)	8.819	1.867	5.965 (3º)	5.067 (3º)	6.659 (3º)	6.599 (3º)
Origem: Brasil	14.719	17.350 (7º)	1.342	185	156	1.083 (6º)	1.901 (5º)	254 (9º)

² **Estoque** é o valor de mercado das empresas estrangeiras, instaladas em determinado país, na data de referência. O **fluxo** são as transferências efetivas de capital, em um dado intervalo de tempo (geralmente anual).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

963	Sob o comando de Siegfried, conde de Ardennes, Luxemburgo torna-se um Estado soberano
1354	O condado de Luxemburgo torna-se ducado
1437	A dinastia dos Condes de Luxemburgo passa aos Habsburgos da Espanha
1715	Os principados do Norte passam ao poder dos Habsburgos da Áustria
1815	A partir do Congresso de Viena, Luxemburgo transforma-se em Grão-Ducado atribuído ao Rei da Holanda, Guilherme de Nassau, passando a integrar a Confederação Germânica
1831	A parte sul do território passa para a Bélgica e o restante fica na posse do Rei da Holanda, embora integrado à Confederação Germânica
1839	Tratado de Londres confirma o estatuto de independência do Luxemburgo, conferido pelo Congresso de Viena
1867	Após dissolução da Confederação Germânica, Luxemburgo alcança a soberania, sob o estatuto de neutralidade
1868	Constituição define o país como monarquia constitucional parlamentarista
1914 a 1918	Na I Guerra Mundial, a Alemanha ocupa o Grão-Ducado, violando o status de neutralidade do país
1921	Luxemburgo estabelece União Econômica com a Bélgica e adere à Liga das Nações
1940 a 1944	Durante a II Guerra Mundial, é novamente ocupado por tropas alemãs e a família real, que apoiara os Aliados, exila-se na Inglaterra
1945	Luxemburgo é membro fundador da ONU
1946	Luxemburgo, Bélgica e Países Baixos formam União Aduaneira, o Benelux
1948	O Grão-Ducado abandona a neutralidade, unindo-se à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)
1964	O Grão-Duque Jean d'Aviano substitui a Grã-Duquesa Charlotte, que reinava desde 1919 - A poderosa indústria siderúrgica faz do país um centro de

	imigração
1974-75	Crise siderúrgica. É superada devido à grande praça financeira do país
1992	País ratifica o Tratado de Maastricht, que prevê a aceleração da integração econômica, monetária e política da União Europeia
2000	Ascensão do Grão-Duque Henri como Chefe de Estado do Luxemburgo
2007	O Grão-Ducado é classificado pelo Institute for Management Development (IMD) como a quarta economia mais competitiva do mundo

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1942	Visita ao Brasil do Grão-Duque Herdeiro Jean, como convidado oficial do Governo brasileiro
1955	Acordo por troca de notas para criação de uma Comissão Mista Brasil-União Econômica Belgo-Luxemburguesa de Desenvolvimento Econômico
1956	Visita oficial do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira a Luxemburgo
1965	Visita oficial do Grão-Duque Jean e da Grã-Duquesa Charlotte ao Brasil
1985	O então Secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros, para o Comércio Exterior e para a Cooperação, Robert Goebbel, chefiou a Missão Especial luxemburguesa às cerimônias de posse do Presidente José Sarney
1990	O Vice-Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, do Comércio Exterior e da Cooperação, Jacques F. Poos, chefiou a Missão especial luxemburguesa às cerimônias de posse do Presidente Fernando Collor de Mello
1992	O Primeiro-Ministro Jacques Santer chefiou a Delegação luxemburguesa à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro
2001	Visita ao Brasil da Vice-Primeira-Ministra e Ministra dos Negócios Estrangeiros e do Comércio Exterior, Lydie Polfer, em novembro
2007	Visita do Vice-Primeiro-Ministro e Chanceler Jean Asselborn ao Brasil
2007	Visita do Grão-Duque Henry e da Grã-Duquesa Maria Teresa
2012	Visita do Grão-Duque Henry ao Brasil, por ocasião da Rio+20
2013	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Europeus, Jean Asselborn, ao Brasil
2014	Visita ao Brasil do Grão-Duque herdeiro, Guillaume de Luxemburgo, acompanhado da Princesa Stéphanie de Lannoy e do Ministro das Finanças, Pierre Gramegna
2015	Encontro da Presidenta Dilma Rousseff com o Primeiro-Ministro Xavier Bettel em Bruxelas, à margem de reunião da CELAC

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Data da promulgação
Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Grão-Ducado de Luxemburgo	22/06/2012	Em tramitação no Congresso Nacional	
Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital	08/11/1978	23/07/1980	20/08/1980
Convenção sobre Seguros Sociais	16/09/1965	01/08/1967	11/07/1967
Acordo sobre Passaportes	24/08/1957	24/09/1957	29/11/1957

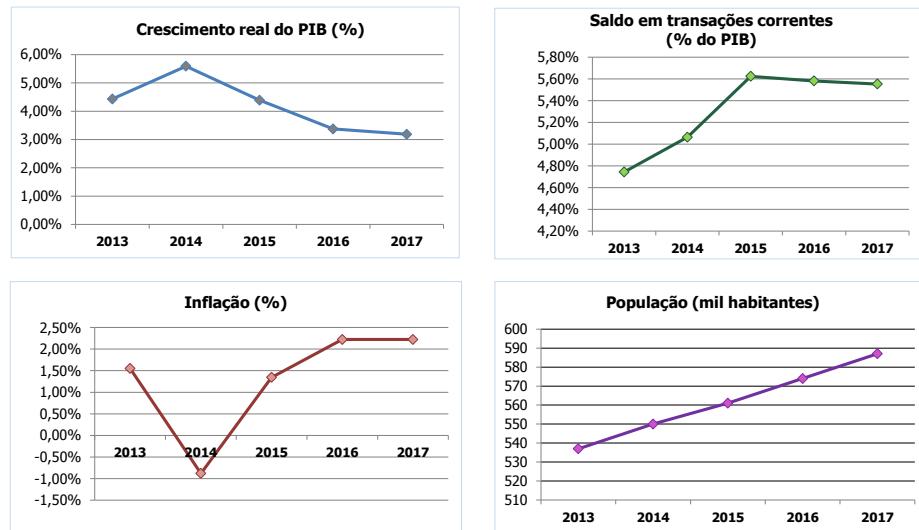
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais indicadores socioeconômicos de Luxemburgo

Indicador	2013	2014	2015⁽¹⁾	2016⁽¹⁾	2017⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	4,43%	5,59%	4,39%	3,37%	3,19%
PIB nominal (US\$ bilhões)	61,51	65,68	57,93	61,26	65,17
PIB nominal "per capita" (US\$)	114.551	119.488	103.187	106.729	111.063
PIB PPP (US\$ bilhões)	50,01	53,67	56,58	59,18	62,13
PIB PPP "per capita" (US\$)	93.128	97.639	100.779	103.112	105.885
População (mil habitantes)	537	550	561	574	587
Desemprego (%)	6,88%	7,15%	6,89%	6,78%	6,67%
Inflação (%) ⁽²⁾	1,55%	-0,88%	1,34%	2,22%	2,22%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	4,74%	5,06%	5,62%	5,58%	5,55%
Câmbio (€ / US\$) ⁽²⁾	0,75	0,75	0,90	0,92	0,87

Origem do PIB (2014 Estimativa)
Agricultura
Indústria
Serviços

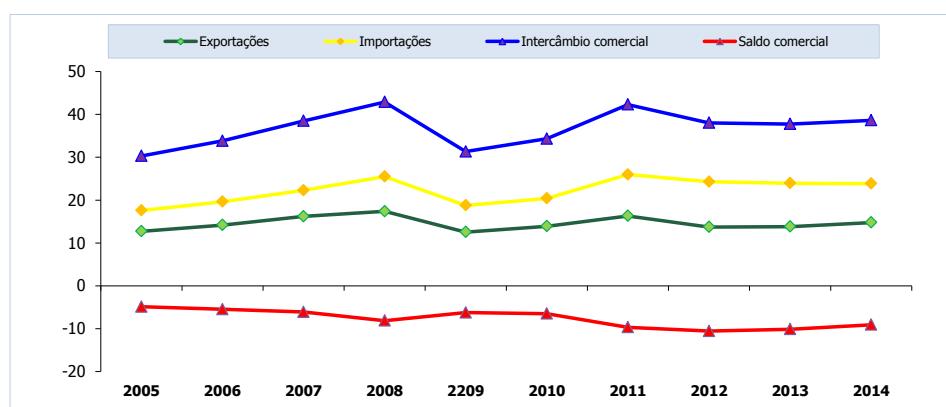
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 4th Quarter 2015.
 (1) Estimativas FMI e EIU.
 (2) Média de fim de período.



Evolução do comércio exterior de Luxemburgo
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Saldo comercial
2005	12,72	4,5%	17,59	4,9%	30,30	4,7%	-4,87
2006	14,18	11,5%	19,64	11,7%	33,82	11,6%	-5,46
2007	16,20	14,2%	22,29	13,5%	38,49	13,8%	-6,09
2008	17,38	7,3%	25,49	14,4%	42,87	11,4%	-8,11
2009	12,54	-27,8%	18,77	-26,4%	31,31	-27,0%	-6,23
2010	13,91	10,9%	20,40	8,7%	34,31	9,6%	-6,49
2011	16,31	17,2%	25,97	27,3%	42,28	23,2%	-9,66
2012	13,73	-15,8%	24,29	-6,5%	38,01	-10,1%	-10,56
2013	13,83	0,7%	23,93	-1,4%	37,76	-0,7%	-10,11
2014	14,77	6,8%	23,85	-0,4%	38,62	2,3%	-9,08
2015(jan-set)	12,49	-11,3%	17,30	-11,8%	29,67	-11,9%	-4,81
Var. % 2005-2014	16,1%	--	35,6%	--	27,4%	--	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

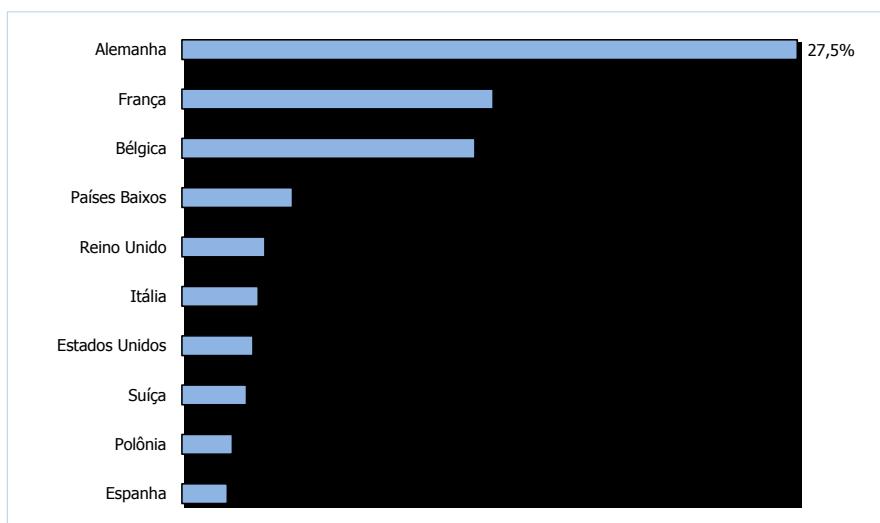


Direção das exportações de Luxemburgo
US\$ milhões

Paises	2 0 1 4	Part.% no total
Alemanha	4.065	27,5%
França	2.055	13,9%
Bélgica	1.935	13,1%
Países Baixos	730,3	4,9%
Reino Unido	548,4	3,7%
Itália	504,4	3,4%
Estados Unidos	469,5	3,2%
Suíça	426,2	2,9%
Polônia	334,0	2,3%
Espanha	300,1	2,0%
...		
Brasil (31ª posição)	45,2	0,3%
Subtotal	11.412	77,3%
Outros países	3.355	22,7%
Total	14.768	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

10 principais destinos das exportações

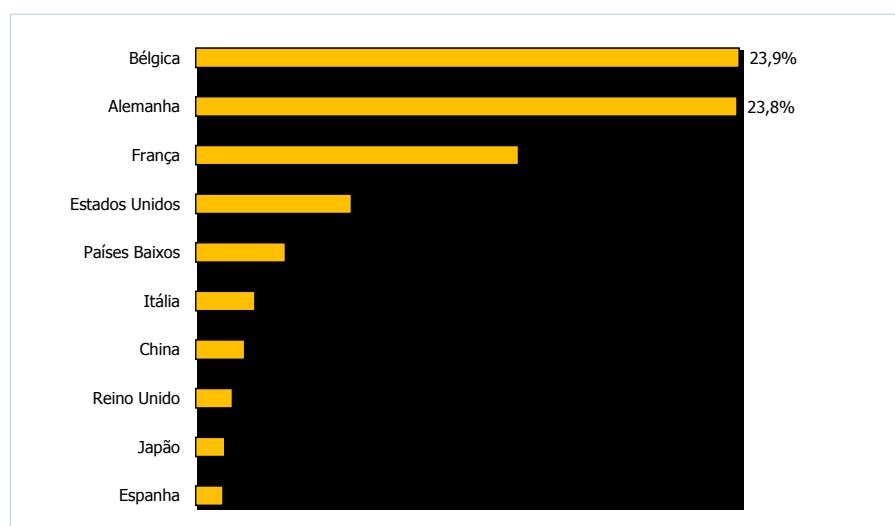


Origem das importações de Luxemburgo
US\$ milhões

Países	2014	Part.% no total
Bélgica	5.708	23,9%
Alemanha	5.685	23,8%
França	3.392	14,2%
Estados Unidos	1.636	6,9%
Países Baixos	943,0	4,0%
Itália	621,7	2,6%
China	514,3	2,2%
Reino Unido	387,7	1,6%
Japão	305,7	1,3%
Espanha	287,5	1,2%
...		
Brasil (44ª posição)	18,9	0,1%
Subtotal	19.500	81,8%
Outros países	4.346	18,2%
Total	23.847	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

10 principais origens das importações

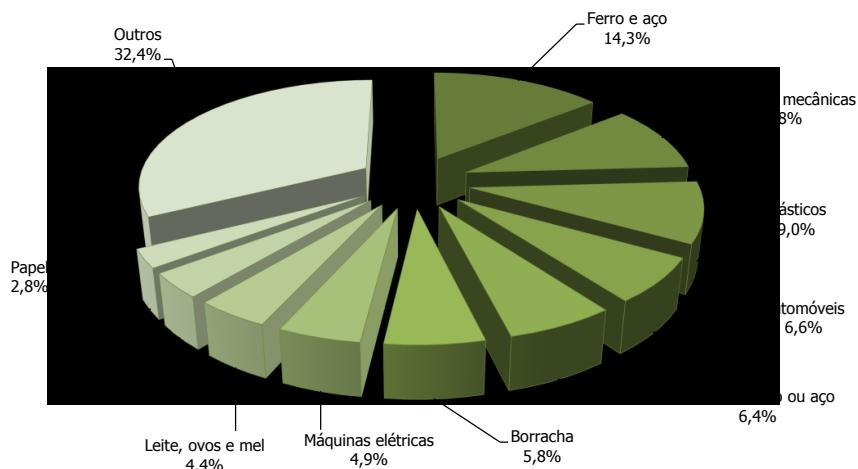


Composição das exportações de Luxemburgo
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2014	Part.% no total
Ferro e aço	2.105	14,3%
Máquinas mecânicas	1.452	9,8%
Plásticos	1.329	9,0%
Automóveis	978,7	6,6%
Obras de ferro ou aço	945,1	6,4%
Borracha	862,1	5,8%
Máquinas elétricas	720,4	4,9%
Leite, ovos e mel	643,7	4,4%
Alumínio	537,1	3,6%
Papel	407,2	2,8%
Subtotal	9.980	67,6%
Outros	4.788	32,4%
Total	14.768	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

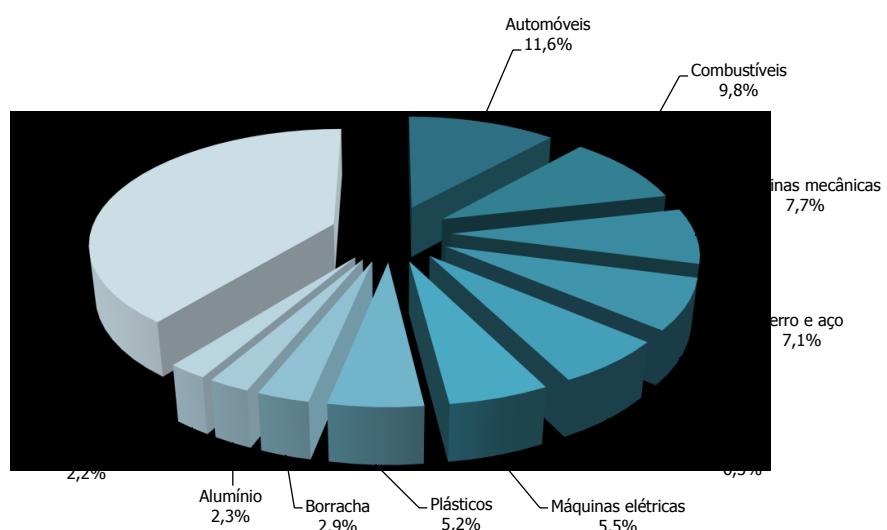


Composição das importações de Luxemburgo
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 4	Part.% no total
Automóveis	2.772	11,6%
Combustíveis	2.339	9,8%
Máquinas mecânicas	1.841	7,7%
Ferro e aço	1.682	7,1%
Aviões	1.503	6,3%
Máquinas elétricas	1.319	5,5%
Plásticos	1.237	5,2%
Borracha	687,5	2,9%
Alumínio	545,9	2,3%
Leite, ovos e mel	519,3	2,2%
Subtotal	14.446	60,6%
Outros	9.401	39,4%
Total	23.847	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

10 principais grupos de produtos importados



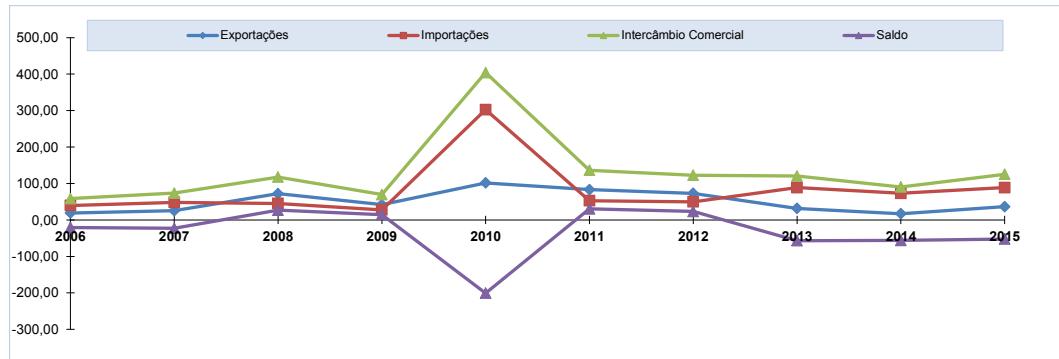
Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Luxemburgo
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Saldo
2006	19,05	-63,9%	0,01%	39,62	-4,1%	0,04%	58,67	-37,7%	0,03%	-20,58
2007	25,49	33,8%	0,02%	48,26	21,8%	0,04%	73,75	25,7%	0,03%	-22,78
2008	72,26	183,5%	0,04%	45,37	-6,0%	0,03%	117,63	59,5%	0,04%	26,90
2009	42,00	-41,9%	0,03%	27,55	-39,3%	0,02%	69,55	-40,9%	0,02%	14,46
2010	101,63	142,0%	0,05%	302,42	997,7%	0,17%	404,05	480,9%	0,11%	-200,79
2011	83,34	-18,0%	0,03%	52,92	-82,5%	0,02%	136,26	-66,3%	0,03%	30,43
2012	72,99	-12,4%	0,03%	49,68	-6,1%	0,02%	122,66	-10,0%	0,03%	23,31
2013	31,78	-56,5%	0,01%	88,71	78,6%	0,04%	120,49	-1,8%	0,03%	-56,93
2014	17,14	-46,1%	0,01%	73,28	-17,4%	0,03%	90,42	-25,0%	0,02%	-56,14
2015	36,38	112,3%	0,02%	88,77	21,1%	0,05%	125,15	38,4%	0,03%	-52,39
2016 (janeiro)	0,91	-14,7%	0,01%	90,01	(+)	0,87%	90,92	(+)	0,42%	-89,09
Var. % 2006-2015	91,0%	--		124,0%	--		113,3%	--		n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Fevereiro de 2016.

(+) Variação superior a 1.000%.

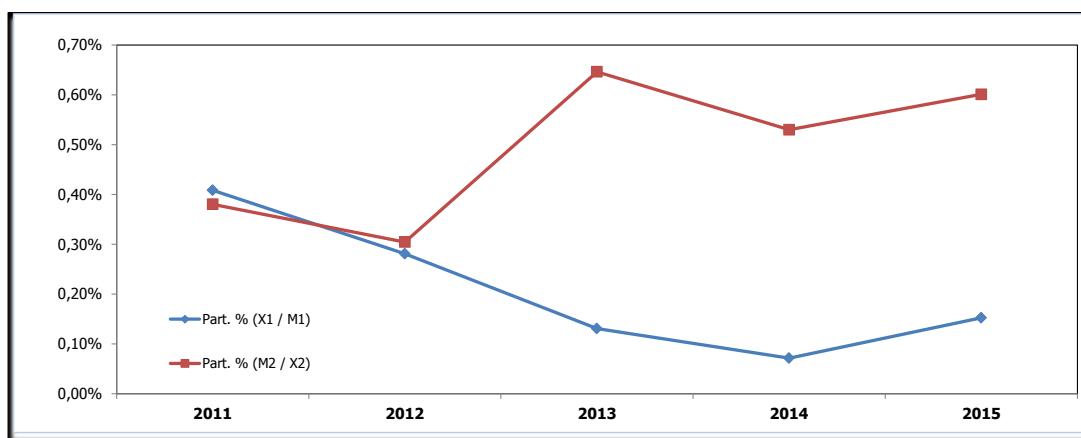
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no comércio de Luxemburgo
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011-2015
Exportações do Brasil para Luxemburgo (X1)	83,3	73,0	31,8	17,1	36,4	-56,3%
Importações totais de Luxemburgo (M1)	20.400	25.972	24.285	23.934	23.847	16,9%
Part. % (X1 / M1)	0,41%	0,28%	0,13%	0,07%	0,15%	-62,7%
Imports do Brasil originárias de Luxemburgo (M2)	52,9	49,7	88,7	73,3	88,8	67,8%
Exportações totais de Luxemburgo (X2)	13.911	16.308	13.727	13.826	14.768	6,2%
Part. % (M2 / X2)	0,38%	0,30%	0,65%	0,53%	0,60%	58,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações de Luxemburgo e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

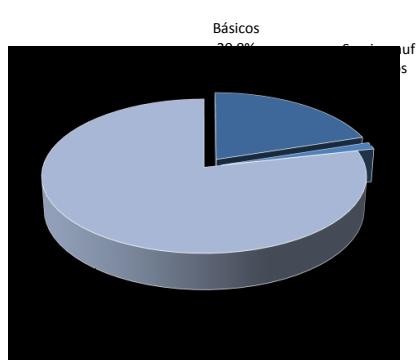


Exportações e importações brasileiras por fator agregado

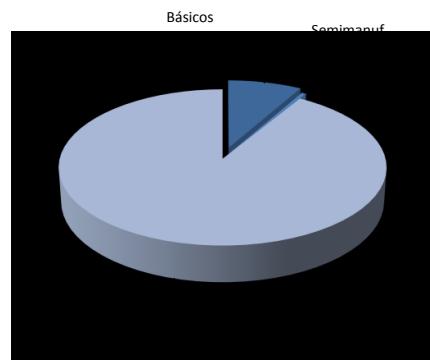
Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾

2014

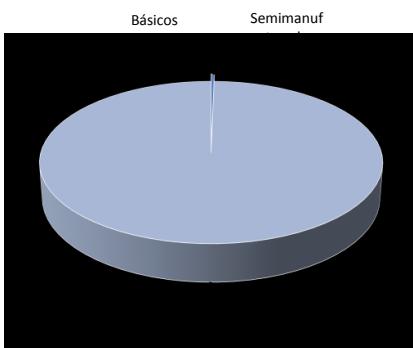


2015

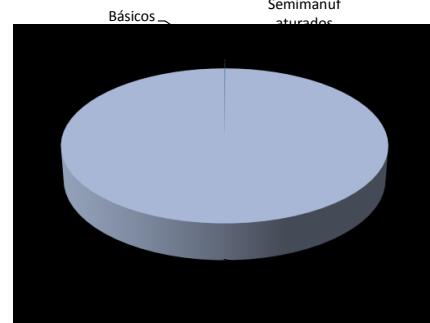


Importações Brasileiras

2014



2015



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Fevereiro de 2016.

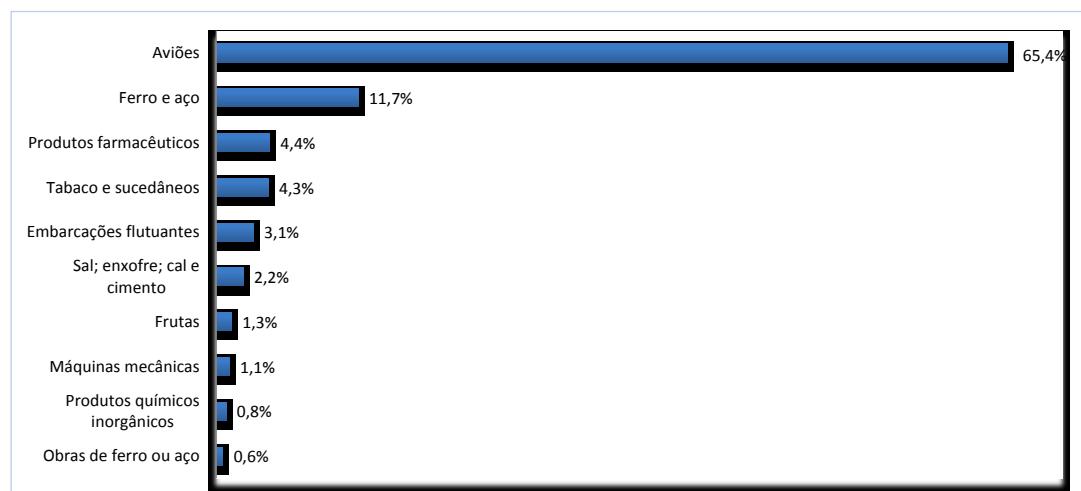
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para Luxemburgo
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Aviões	0,01	0,0%	0,00	0,0%	23,80	65,4%
Ferro e aço	4,70	14,8%	5,60	32,7%	4,27	11,7%
Produtos farmacêuticos	4,08	12,8%	4,14	24,2%	1,61	4,4%
Tabaco e sucedâneos	2,42	7,6%	2,13	12,4%	1,57	4,3%
Embarcações flutuantes	0,00	0,0%	0,00	0,0%	1,12	3,1%
Sal; enxofre; cal e cimento	0,00	0,0%	0,08	0,4%	0,82	2,2%
Frutas	0,40	1,3%	0,43	2,5%	0,46	1,3%
Máquinas mecânicas	0,24	0,8%	0,33	1,9%	0,39	1,1%
Produtos químicos inorgânicos	0,26	0,8%	0,23	1,3%	0,29	0,8%
Obras de ferro ou aço	0,02	0,1%	0,00	0,0%	0,20	0,6%
Subtotal	12,13	38,2%	12,94	75,5%	34,54	94,9%
Outros produtos	19,65	61,8%	4,20	24,5%	1,84	5,1%
Total	31,78	100,0%	17,14	100,0%	36,38	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

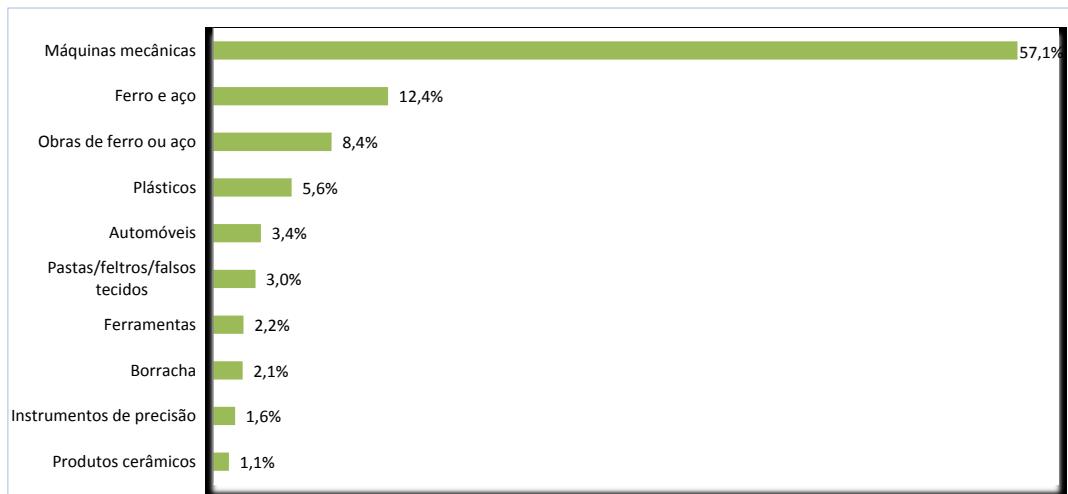


Composição das importações brasileiras originárias de Luxemburgo
US\$ milhões

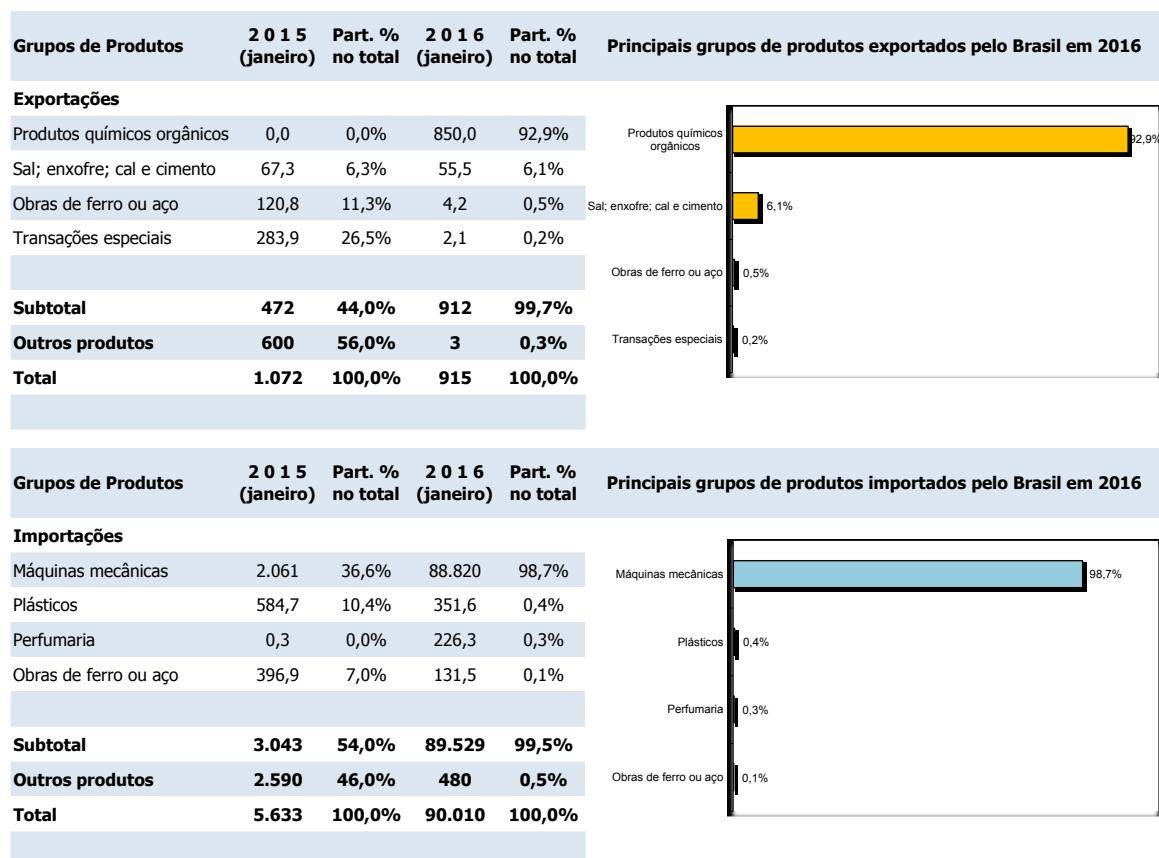
Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	8,67	9,8%	18,28	24,9%	50,66	57,1%
Ferro e aço	2,70	3,0%	11,84	16,2%	11,03	12,4%
Obras de ferro ou aço	35,63	40,2%	15,79	21,5%	7,47	8,4%
Plásticos	8,56	9,6%	6,16	8,4%	4,96	5,6%
Automóveis	2,60	2,9%	6,35	8,7%	3,02	3,4%
Pastas/feltros/falsos tecidos	2,34	2,6%	2,35	3,2%	2,68	3,0%
Ferramentas	2,32	2,6%	2,15	2,9%	1,93	2,2%
Borracha	4,47	5,0%	3,18	4,3%	1,87	2,1%
Instrumentos de precisão	1,97	2,2%	2,21	3,0%	1,39	1,6%
Produtos cerâmicos	0,00	0,0%	0,00	0,0%	1,00	1,1%
Subtotal	69,24	78,1%	68,30	93,2%	86,00	96,9%
Outros produtos	19,46	21,9%	4,99	6,8%	2,77	3,1%
Total	88,71	100,0%	73,28	100,0%	88,77	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Fevereiro de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Fevereiro de 2016.

Aviso nº 164 - C. Civil.

Em 5 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Exelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

Atenciosamente,

EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, substituta

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

2

RELATÓRIO N° , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem
Presidencial nº 43, de 2016 (Mensagem nº 165,
de 25/4/2016, na origem), que submete à
apreciação do Senado Federal, de conformidade
com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal,
e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei
nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do
Senhor MÁRCIO FLORENCIO NUNES
CAMBRAIA, Ministro de Primeira Classe do
Quadro Especial da Carreira de Diplomata do
Ministério das Relações Exteriores, para exercer
o cargo de Embaixador do Brasil na República
Tcheca.

RELATOR: Senador EDISON LOBÃO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre
a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Sr. MÁRCIO
FLORENCIO NUNES CAMBRAIA, Ministro de Primeira Classe do
Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações
Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República
Tcheca.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado
Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes
de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério
das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. MÁRCIO FLORENCIO NUNES CAMBRAIA é filho de Leibnitz Cambraia de Alvarenga e Regina de Castro Nunes Cambraia e nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 1º de agosto de 1949.

Bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1974. Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1976; ascendeu a Conselheiro em 1990; a Ministro de Segunda Classe, em 1996; e a Ministro de Primeira Classe, em 2008. Em 2014, passou para o Quadro Especial como Ministro de Primeira Classe. Ainda no âmbito do Instituto Rio Branco, pós graduou-se no Curso de Altos Estudos em 1993, quando defendeu a tese intitulada “Integração Brasil-Uruguai, uma experiência na fronteira”. Desde 1976, é Professor do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília, estando atualmente em licença.

Em sua profícua carreira, destaco aqui algumas das principais etapas. Entre 1988 e 1991, foi Primeiro-Secretário e Conselheiro na Embaixada em Montevidéu. De 1991 a 1994, foi Cônsul no Consulado no Chuy. Entre 1994 e 1998, chefiou a Divisão de Atos Internacionais. De 1998 a 2003, desempenhou as funções de Ministro-Conselheiro na Embaixada em Madri. De 2004 a 2005, ocupou o cargo de Coordenador-Geral de Ensino do Instituto Rio Branco. Entre 2007 e 2010, foi Assessor Especial da Presidência da República. E, desde 2010, é Cônsul-Geral em nosso Consulado-Geral em Roma.

O diplomata recebeu, em 1995, a Ordem do Mérito da Itália, grau de Comendador; em 1996, a Ordem do Mérito Militar do Brasil; em 1996, a Legião de Honra da França, grau de Oficial; em 1997, a Ordem do Mérito do Uruguai, grau de Oficial; em 2011, a Ordem do Mérito Aeronáutico do Brasil, grau de Grande Oficial; e, em 2014, a Medalha do Pacificador do Brasil.

O diplomata é também autor das seguintes obras publicadas: Princípios Básicos de Teorias de Mudança Política (Revista Brasileira de Estudos Políticos - 1982); Eleições Indiretas nos EUA: o aparente paradoxo (Revista Liberdade e Cidadania - 2009); Sistema Político Inglês: Tradição e bom senso (Revista Liberdade e Cidadania - 2009); e Os Jogos do Poder –

Como Entender e Analisar a Realidade Política de um Mundo em Transformação (Edições Técnicas - Editora do Senado Federal - 2015).

Além do *curriculum vitae* do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a República Tcheca, suas políticas externas e seus relacionamentos com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

A República Tcheca tem área de 78.867 km², onde vivem 10,7 milhões de habitantes. Seu produto interno bruto (PIB), calculado em termos de paridade de poder de compra, em 2015, foi de 314,585 bilhões de dólares, o que lhe propicia PIB per capita de 29.925 dólares. Seu índice de desenvolvimento humano está em 0,87, o que coloca o país em 28º lugar no panorama mundial. A expectativa média de vida naquele país está 78,6 anos. Ainda no campo dos indicadores, estima-se que 500 brasileiros vivam naquele país.

O Brasil mantém relações ininterruptas com Praga desde a criação do Estado tchecoslovaco, em 1918. Em 1920, a Tchecoslováquia instala legação diplomática no Rio de Janeiro, gesto retribuído pelo Brasil, em 1921, em Praga. Em 1960, as missões diplomáticas foram elevadas ao nível de Embaixada.

Antes do chamado “divórcio de veludo”, entre a República Tcheca e a República Eslovaca, o Primeiro-Ministro tchecoslovaco, Lubomir Strougal, visitou o Brasil, em 1988. Em 1993, o Brasil reconheceu a República Tcheca como país independente após o divórcio de veludo.

A República Tcheca tem demonstrado renovado interesse em estreitar laços com o Brasil, o qual deriva de uma nova percepção do papel e peso do País no cenário internacional. Na recém-publicada Base Conceitual da Política Externa da República Tcheca, o Brasil é mencionado no item dedicado às relações com economias emergentes, citado juntamente com a Índia em parágrafo específico que destaca o significativo potencial e a crescente influência dos dois países na política mundial,

sublinhando as áreas militar e de segurança como oportunidades para o desenvolvimento de

relações mútuas. Mais do que apenas aprofundar o relacionamento comercial como parte de estratégia de diversificação dos mercados exportadores, interessa aos tchecos e ao Brasil uma parceria multifacetada e um diálogo político de maior densidade.

Entre 2000 e 2013, o intercâmbio comercial saltou de US\$ 79 milhões para US\$ 657 milhões, mas recuou para US\$ 458 milhões em 2015. São grandes as possibilidades de expansão das exportações brasileiras, muito aquém de seu potencial, tendo em conta o desenvolvimento da economia tcheca e sua vocação de *hub* para toda a região da Europa Central. A Comissão Mista de Cooperação Econômico-Comercial, instituída em acordo assinado em 2008, reuniu-se pela primeira vez em Praga, em maio de 2010, chefiada pelo Secretário-Executivo do MDIC, Ivan Ramalho.

A cooperação bilateral em defesa constitui a face mais evidente da cooperação bilateral. Em setembro de 2010, o então Ministro da Defesa, Nelson Jobim, esteve na República Tcheca para visitar fábricas locais, em particular a Aero Vodochody, uma das mais importantes indústrias aeronáuticas da Europa central. Em 13/4/2011, a Embraer e a Aero Vodochody firmaram acordo para viabilizar a participação da empresa tcheca no projeto do cargueiro KC-390. A companhia encarregou-se da produção da fuselagem traseira, portas, a rampa de carga e os *slats* da aeronave. De acordo com os entendimentos entre Embraer e Aero Vodochody, há a expectativa de que a República Tcheca adquira duas unidades do KC-390 para sua Força Aérea.

De acordo com os dados estatísticos fornecidos pelo MDIC/SECEX-Aliceweb, de 2006 a 2015, o comércio bilateral entre o Brasil e a República Tcheca cresceu 60,2% evoluindo de US\$ 286,5 milhões, para US\$ 458,8 milhões, respectivamente. De 2014 para 2015, o intercâmbio registrou, todavia, uma queda de 24,9%. Ao longo do período, o saldo comercial foi, tradicionalmente, desfavorável ao lado brasileiro, uma vez que as exportações representam, aproximadamente, apenas 10%

da corrente de comércio entre os dois países. No último triênio os déficits brasileiros foram de: US\$ 536,9 milhões (2013); US\$ 499,4 milhões (2014); e US\$ 406,6 milhões (2015). Em 2015 o déficit registrou diminuição de 18,6%, em comparação ao ano de 2014. Em nível regional, o déficit brasileiro com a

República Tcheca, em 2015, manteve-se como o sétimo maior saldo negativo do Brasil com os países da União Europeia. A República Tcheca manteve-se como o 17º parceiro comercial do Brasil entre os países da União Europeia em 2015, (participação de 0,65% no total do Bloco), e o 69º parceiro comercial em nível mundial (participação de 0,13% no total), perdendo duas posições em relação ao ano de 2014.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Relatório de gestão
República Tcheca
Embaixador George Monteiro Prata

INTRODUÇÃO

A República Tcheca, com menos de 80 mil km², 11 milhões de habitantes e um PIB nominal de cerca de USD 210 bilhões (USD 310 bilhões PPP), se reconhece como nação relativamente pequena da Europa Central.

2. A geografia, aliada à história, é chave para se entender o país. Assim, a insistência tcheca em se ver na Europa Central, e não no Leste Europeu – conceito que remete ao passado comunista - explica um dos principais vetores da política externa de Praga, alicerçada na plena inserção na União Europeia e no firme comprometimento com a Aliança Atlântica.

3. Também em função de sua geografia e história, o país experimentou de perto muitas das crises que periodicamente assolaram o continente. Influenciaram fortemente a identidade da República Tcheca as guerras de religião no século XVII, que levaram à perda da independência do Reino da Boêmia e sua incorporação ao Império Habsburgo; a Primeira Guerra Mundial, cujo resultado possibilitou o nascimento da Tchecoslováquia; e a ascensão do Nazismo e a Segunda Grande Guerra, quando o país foi primeiramente incorporado à Alemanha como resultado do Pacto de Munique para, posteriormente, passar a integrar a órbita soviética no mundo bipolar que se impôs no pós-guerra.

4. A queda do Muro de Berlim foi o mais recente momento histórico a lhe trazer relevantes consequências. A partir daí o país testemunhou o retorno da democracia e do estado de direito; sua separação pacífica, em 1993, da Eslováquia com o consequente surgimento da República Tcheca; a afiliação à OTAN, em 1999; e, finalmente, a adesão à União Europeia, em 2004. República parlamentarista, a RT passou, ainda, a partir de janeiro de 2013, a ter um presidente diretamente eleito, o que veio adicionar complexidade ao seu cenário político nem sempre estável e passou, em alguns momentos, a criar dificuldades em termos de sua ação externa.

5. A longa perda de autonomia gerou na sociedade tcheca a necessidade atávica de firmar sua nacionalidade e de alardear sua independência. Aos interesses políticos e econômicos que a empurram hoje para o conjunto europeu e norte-atlântico, se contrapõe a aspiração de se mostrar diferenciada e soberana. Da mesma forma, o país valoriza, para além do que seria natural, ações diplomáticas que reconheçam e valorizem sua identidade. Também como herança de sua conturbada história, a República Tcheca acabou por adquirir uma homogeneidade cultural e linguística que não a caracterizava no passado. Se hoje essa homogeneidade assegura alto grau de coesão interna, ao mesmo tempo deixou o país menos preparado para lidar com as forças globalizantes e os desafios do mundo moderno, cujo exemplo mais recente é a crise migratória que afeta a Europa.

6. Do ponto de vista econômico, a RT se distingue por atividade de forte base industrial e exportadora. A ocupação é tradicional e, ainda no século XIX, conferiu à Boêmia posição central na economia industrial do Império Austro-Húngaro. Posteriormente, nos tempos de planejamento centralizado do COMECON, legou ao país papel de destaque na produção de maquinaria pesada e de material de transportes. Depois do êxito da sua política de transição para o capitalismo, a economia enfrentou redução do crescimento em 2009 para voltar gradativamente a acelerar-se, tendo em 2015 apresentado uns dos mais altos índices de crescimento na UE. A dependência do setor externo gera certa fragilidade ao deixar o país mais exposto a eventuais crises externas. Ao mesmo tempo, leva a República Tcheca a ser firme defensora da liberalização do comércio internacional e a faz buscar novas parcerias econômicas e comerciais. A diplomacia comercial tem destaque na sua política externa.

7. É nesse contexto que desenvolvi minha atuação à frente da Embaixada do Brasil em Praga, a qual tenho chefiado desde abril de 2011. Quando aqui cheguei, o Brasil passava por momento de consolidação da relevância de sua presença no mundo e atraía os holofotes da comunidade internacional. Nossa taxa de crescimento causava admiração e curiosidade. A República Tcheca não foi exceção no que diz respeito à vontade de aprofundar laços políticos com o Brasil, de melhor conhecer o nosso país, e de conosco incrementar o relacionamento comercial e econômico. Essa disposição tcheca me ofereceu especial oportunidade para estabelecer diálogo frutífero com autoridades e diferentes segmentos da sociedade local e para desenvolver trabalho intenso de promoção e defesa de nossos interesses.

RELACIONAMENTO BILATERAL

8. A República Tcheca reconhece a mudança nas relações internacionais de poder e o surgimento de uma ordem mundial multipolar. O Brasil é visto como país emergente de crescente importância, a despeito das dificuldades momentâneas que ora enfrenta. O tamanho de nossa economia e de nossa população também nos confere destaque como imenso mercado em potencial.

Esses dois fatores são determinantes, pela ótica tcheca, para o relacionamento bilateral. Recentes sinais do continuado interesse no relacionamento bilateral foram o pronto oferecimento de datas para eventual encontro do Primeiro-Ministro Bohuslav Sobotka e do Presidente Milos Zeman com o Senhor Vice-Presidente da República, em visita que acabou por não se confirmar, além do pedido do país para se tornar Observador Associado na CPLP. Ademais do campo diplomático, também é amplo o interesse pelo Brasil nas esferas política, empresarial, acadêmica e cultural.

9. Aproveitei esse cenário favorável para estabelecer diálogo estreito com diferentes setores da sociedade tcheca. Nesse sentido, mantive contato frequente com autoridades e figuras de expressão da RT. Efetuei número expressivo de visitas oficiais e de cortesia, e aproveitei o fato de estar bem instalada a Residência da Embaixada para lá convidar inúmeras personalidades do país. Entre elas, cito o Presidente Milos Zeman, que aceitou convite meu para almoço quando estava em campanha eleitoral, o então Chanceler Karel Schwarzenberg e o ex-Chanceler Cyril Svoboda, que compareceram a jantar por mim oferecido. A Deputada Radka Maxová, Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-República Tcheca, foi presença constante nos eventos da Residência e o Deputado Jan Hamásek, Presidente do Parlamento, será figura central de almoço de trabalho em maio próximo.

10. Frequentaram igualmente a Residência da Embaixada figuras importantes da sociedade local como o empresário e ativista político Karel Janecek, a Reitora da Universidade de Economia de Praga, Hana Machková, o analista político e escritor Jiri Pehe, a atriz Bara Kodetová, o violinista Pavel Sporcl e o Conde Jan Podstazky-Lichtenstein. Em diversas oportunidades me fiz acompanhar por diplomatas tchecos e colegas Chefes de Missões Diplomáticas acreditadas em Praga, os quais muito me ajudaram ao compartilharem seus conhecimentos e experiência, e junto a quem defendi nossas posições e divulguei imagem positiva do Brasil.

11. Ainda para promover o nosso país e nossas convicções, proferi numerosas palestras em instituições, universidades, escolas e associações de classe. Fiz, igualmente, apresentações junto a ONGs e grupos de interesse. A relevância do Brasil, seu crescimento econômico e sua diversidade étnica e cultural me permitiram abordar temas tão dispare como política externa e interna, economia, BRICS, meio ambiente, cultura afro-brasileira, direitos da mulher e Jogos olímpicos. Aceitei, entre outros, convites para

falar do nosso país em eventos na Chancelaria, na Câmara de Comércio Tcheca, nas Universidades Carolina e de Economia de Praga, e em eventos organizados pelo Fórum 2000 e pela Prague Society. Registro ter sido por três vezes convidado a participar de painéis em encontros internacionais organizados pela Academia Diplomática do Palácio Cernin, a fim de apresentar nossa posição sobre questões tão variadas como a crise econômica europeia, o terrorismo e a imigração, fato que bem demonstra a disposição da diplomacia tcheca em ouvir a voz do Brasil.

VISITAS DE ALTO NÍVEL

12. Em vista desse interesse pelo Brasil, contatos meus na Chancelaria têm frequentemente expressado certa frustração com o pequeno número de contatos bilaterais de alto nível realizadas durante minha gestão. O tema se reveste de alguma sensibilidade em função da já comentada histórica necessidade de a RT afirmar sua soberania e valorizar sua identidade. Diplomatas tchecos estão sempre atentos ao tema e esperam ser Praga incluída no roteiro de visitas de autoridades estrangeiras à região. Tenho respondido mencionando as visitas que se registraram desde minha chegada aqui entre as quais merecem menção a visita do Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Juniti Saito, em 2011, e as numerosas visitas de delegações parlamentares, as quais permitiram valiosa troca de informações e conhecimento da realidade local.

13. Assinalo especialmente a realização, em 2013, de missão multipartidária chefiada pelo falecido Senador Luiz Henrique da Silveira, na condição de Presidente da Comissão Parlamentar de Amizade Brasil-República Tcheca e integrada pelos Senadores Aloysio Nunes, hoje Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no Senado Federal, e pelos Senadores Jarbas Vasconcellos, Ana Amélia, Jorge Viana e Lídice da Mata. Merece igualmente destaque a visita, em 2015, do Deputado Eduardo Barbosa, então Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara de Deputados, para participar de fórum internacional no Castelo da Praga sobre antisemitismo, racismo e xenofobia, o que possibilitou ao Brasil ser o único país não europeu presente ao evento.

14. Pelo lado tcheco registro a visita ao Brasil do Ministro do Meio-Ambiente Tomás Chalupa, por ocasião da Conferência Rio+20 em 2012; a visita, em novembro de 2013, do Presidente do Senado, Milan Stech; a visita, em abril de 2015, do Ministro da Defesa Martin Stropnický, para participar da feira LAAD; e a visita, em novembro de 2015, do então Vice-Ministro das Relações Exteriores, Petr Drulák, para manter conversações com o Sr. Secretário-Geral. Tanto o Primeiro-Ministro Sobotka quanto o Presidente Milos Zeman manifestaram firme intenção de viajarem ao Brasil em 2015, o que não se

concretizou por dificuldades com o oferecimento de datas por parte do lado brasileiro. Ainda no corrente ano há expectativa de que o Presidente Zeman e o Presidente do Parlamento Jan Hamácek realizem visitas por ocasião da abertura dos Jogos Olímpicos.

TEMAS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

15. A corrente bilateral de comércio, após atingir um pico de USD 800 milhões em 2012, vem caindo desde então para chegar ao patamar de USD 540 milhões em 2015. O Brasil exporta principalmente carne e derivados, produtos farmacêuticos, bebidas e sucos, café, maquinaria, ração, frutas, tabaco, polpa de madeira, e celulose e importa maquinaria, equipamentos elétricos, veículos pesados, borracha e derivados, vidro e derivados, artigos de ferro e aço, plásticos, material aeronáutico, ótico, fotográfico, cinematográfico, e de precisão.

16. Depois de alguma hesitação, a República Tcheca acabou por aderir à candidatura brasileira à Secretaria-Geral da OMC, bem como apoia firmemente a retomada das negociações para acordo comercial MERCOSUL-EU, claros sinais políticos da sua atenção para o imenso potencial do mercado brasileiro. Com frequência, os dirigentes tchecos em visita ao Brasil se fazem acompanhar por importantes delegações empresariais. Ao mesmo tempo em que tenho procurado estimular esse interesse, enfatizo junto às autoridades locais a mensagem de que o crescimento do comércio bilateral deve se dar de forma razoavelmente equilibrada de maneira a beneficiar ambos os países.

17. A tarefa de estimular o aumento das exportações brasileiras tem como principais desafios o fato de muitos dos maiores importadores dos nossos produtos estarem baseados na Alemanha ou nos Países Baixos e o relativo desinteresse do exportador brasileiro pelo mercado local. Tenho, por um lado, assinalado junto aos importadores locais a diversidade e a qualidade da produção brasileira, principalmente em meus contatos com câmaras de comércio e associações de classe. De outro, mantive trabalho constante de divulgação das oportunidades oferecidas pelo mercado local junto a exportadores brasileiros, dei apoio a delegações empresariais em visita a Praga, e organizei vários encontros para promoção do turismo, principalmente em torno da realização da Copa do Mundo de Futebol e dos Jogos Olímpicos.

18. Registro, com satisfação, ter obtido autorização para aumentar as até então acanhadas instalações físicas do Setor Comercial da Embaixada. O espaço ampliado veio a propiciar fossem empresários brasileiros e tchecos recebidos com mais dignidade

e conforto, além de possibilitar a realização de pequenos eventos de promoção comercial.

19. Dediquei, igualmente, particular atenção à promoção do avião de transporte KC-390, cuja produção conta com a parceria de empresa tcheca. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, embora tenha sido assinada em 2010 carta de intenções relativa à compra da aeronave brasileira, as autoridades do Ministério da Defesa tcheco têm manifestado reticência quanto à efetivação do negócio. Entre as ações por mim realizadas menciono a manutenção de diversas reuniões com altas autoridades daquele Ministério, bem como ter levantado o tema em encontros com autoridades do Ministério da Indústria e Comércio e das Relações Exteriores. Promovi, igualmente, almoço de trabalho na Residência para apresentar à representante da EMBRAER autoridades do Parlamento e do Ministério das Relações Exteriores e participei de seminário organizado pela empresa brasileira para aumentar sua base de fornecedores tchecos.

20. Ao mesmo tempo, mantive a empresa brasileira informada do contexto político, econômico e sociocultural do país, a fim de provê-la com elementos que a ajudem em suas negociações. Sugerí a atuação da EMBRAER também nos países do V4, em vista da coordenação dos países membros na área de segurança, recomendação que tive a satisfação de ver acolhida com a realização de visitas de representantes da empresa a Varsóvia e Bratislava. Assinalei, ainda, a importância atribuída por diferentes interlocutores tchecos à abertura de representação da empresa em Praga, iniciativa que julgo deva ser estudada com atenção.

21. Questão de relevo para a República Tcheca é a retomada das reuniões da Comissão Mista de Cooperação Industrial e Comercial, instituída em 2008 e cuja primeira e única edição realizou-se em Praga, em 2010. Tenho transmitido às autoridades brasileiras a ênfase atribuída pela RT a nova realização do encontro, juntamente com minha avaliação de que o mesmo poderia se constituir em foro privilegiado para a discussão de temas de nosso interesse, como as negociações MERCOSUL-EU e o aumento das nossas exportações, inclusive no que se refere à venda do KC-380. Segundo acordado, a Comissão é chefiada pelos Vice-Ministros da Indústria e Comércio dos dois países e deveria realizar-se anualmente. Caberia agora ao Brasil organizar o próximo evento.

COOPERAÇÃO TÉCNICA e EDUCACIONAL

22. Ciência, pesquisa e inovação têm longa tradição na República Tcheca. Exemplo mais exitoso da cooperação bilateral na área tecnológica é a participação da companhia

Aero Vodohody na fabricação da aeronave KC-390, produzida pela EMBRAER. Como se sabe, em abril de 2011, no contexto da feira LAAD, as duas empresas firmaram parceria no projeto de construção da aeronave KC-390, ficando a empresa tcheca responsável pelo fornecimento de partes das portas, asa e fuselagem. O projeto é modelo para as oportunidades a serem exploradas, tendo em conta a ampla gama de complementaridade existente entre nossos países. Além de contato frequente com a empresa tcheca para me assegurar do bom andamento do projeto, tenho feito divulgação do nosso interesse em estabelecer novas parcerias em entidades como a Academia de Ciências, o Ministério da Indústria e Comércio e setores do empresariado.

23. No campo da cooperação educacional também é amplo o interesse tcheco. Em vista da assinatura de acordo no âmbito do programa Ciência sem Fronteiras, participei de reunião no Ministério da Educação, Juventude e Esportes a fim de prestar esclarecimentos sobre o funcionamento do programa e elencar nossas prioridades. Recomendei, igualmente fosse feito convite a representante do CNPq para que fossem discutidas, em Praga, fórmulas para o melhor aproveitamento do Programa, sugestão que foi acolhida. Em vista da falta de recursos por parte do lado brasileiro ter impedido a plena efetivação aqui do Ciência sem Fronteiras, iniciei novas discussões com aquele Ministério para futura assinatura de acordo educacional de caráter mais geral.

24. Em resposta ao interesse tcheco em promover a cooperação educacional e tendo em mente a dificuldade de implementação do Ciência sem Fronteiras, registro a criação, por sugestão minha, do Instituto Tcheco-Brasileiro de Cooperação Acadêmica, entidade privada que promove programa de intercâmbio durante as férias de verão. Com o apoio institucional da Embaixada, o Instituto já organizou, desde 2012, a participação de mais de 80 universitários brasileiros em atividades de pesquisa em instituições científicas da República Tcheca. Ademais de conectar o Brasil e a RT através do intercâmbio acadêmico de excelência, o Instituto procura promover parcerias para projetos a serem desenvolvidos conjuntamente por universidades e centros de pesquisa.

COOPERAÇÃO NA ÁREA DE DEFESA

25. O Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa, documento que deverá balizar os entendimentos bilaterais no setor, recebeu recentemente anuênciam do Congresso para que o Executivo o ratifique. O decreto se sua promulgação aguarda transcurso dos prazos legais para sua promulgação. Tenho procurado estimular o bom entendimento político que dá base à profícua colaboração entre o Brasil e a República Tcheca na área de Defesa. A cooperação recebeu novo impulso com a abertura, em 2014, de Adidância

Militar não residente em Praga. A República Tcheca, por sua vez, abriu em agosto último, em Brasília, sua primeira Adidância na América Latina.

26. Entre os temas mais importantes do setor, ressalto a discussão sobre a cooperação aeronáutica para a capacitação de pilotos, como o treinamento conjunto para operação dos helicópteros Mi, dos aviões CASA e dos jatos Gripen, em centro de simulação na RT. Está igualmente em andamento negociação para eventual desenvolvimento de cooperação para modernização e intercâmbio de peças para aeronaves de transporte EADS CASA. No campo de projetos de cooperação industrial, ressalto as conversações em curso para eventual aquisição de aeronaves KC-390 pelas Forças Armadas tchecas.

27. A negociação se afigura tarefa complexa, em vista de informes, nunca confirmados em meus contatos oficiais, a respeito da preferência do Estado-Maior das Forças Armadas pelas aeronaves CASA C295. De acordo com fontes do MD tcheco, o principal argumento em favor dos aviões espanhóis seria o menor custo de operação e logística, uma vez que as Forças Armadas locais já possuem equipamentos do mesmo modelo. O Ministro da Defesa estaria, no entanto, resistente em relação à aquisição dos CASA adicionais, e teria sugerido que as Forças Armadas investissem na compra de aeronaves Hercules C130, de maior capacidade, que poderiam transportar veículos blindados leves - categoria na qual também se enquadram os KC-390.

28. Ademais do apoio institucional que tenho dado às ações de promoção da aeronave brasileira, tenho procurado colocar a discussão sobre o KC-390 no marco mais amplo do comércio bilateral e dos interesses exportadores da República Tcheca. Nesse contexto, assinala-se que, quando do anúncio do interesse do Presidente Milos Zeman em visitar o Brasil no final de 2015, foi expressa a intenção de serem efetuados investimentos diretos no nosso país, sobretudo na área de material militar e de defesa, com vistas à montagem de equipamentos para exportação para o mercado latino americano e asiático, em função das restrições, por deliberação da EU, de exportação de material militar produzido na República Tcheca a determinados países.

PROMOÇÃO CULTURAL

29. A imagem positiva de nosso país dá margem a grande interesse pelo Brasil também na área cultural. Em vista da falta de patrocinadores e a fim de dar maior rendimento aos recursos decrescentes destinados ao setor, tenho procurado centrar as atividades da Embaixada em áreas onde nossa atuação tradicionalmente se desenvolve

em parceria com Embaixadas Latino-americanas ou com a Embaixada de Portugal. Exemplos dessa colaboração são o prêmio Hyeronimitae Pragenses de tradução do português para o tcheco, o Prêmio Ibero-americano para trabalhos de estudantes universitários, a exibição bimestral de filmes brasileiros no Instituto Camões, a Bienal de Arte Latino-Americana, e a Noite Latino-Americana na Universidade de Economia de Praga.

30. Com o intuito de mostrar de forma mais ampla as diferentes facetas da nossa cultura procurei também diversificar os locais de sua divulgação. Entre as exitosas iniciativas na área cultural destaco a organização dos Dias do Brasil na Valáquia, quando pela primeira vez se fez ampla promoção da cultura, música e do esporte brasileiros no interior da República Tcheca. Entre os eventos mais marcantes da promoção esteve a elaboração, por parte de centenas de alunos de escolas primárias locais, de trabalhos sobre a cultura, a história e a geografia do Brasil.

31. Registro, por sua grande repercussão e pelo relevo da entidade parceira, a organização da primeira mostra de artista brasileira no Museu de Arte Moderna da National Gallery de Praga, instituição cultural de maior prestígio na República Tcheca. Merece menção, igualmente, pelo interesse despertado, a promoção de concurso de redação sobre o Rio de Janeiro e os Jogos Olímpicos na escola T. G. Masaryk, em Praga.

ATUAÇÃO CONSULAR

32. A comunidade brasileira residente na RT é pequena, pacífica e laboriosa. Calcula-se que não deve ser superior a cerca de 600 pessoas. Para efeitos de avaliação de sua magnitude, assinalo que 142 brasileiros cadastraram-se para votar nas últimas eleições presidenciais de 2014, dos quais apenas 87 compareceram. Objetivando melhor aquilatar o tamanho da comunidade, determinei a atualização da "mailing list" da Embaixada, bem como envidei esforços para estimular a inscrição de brasileiros no Setor Consular, a fim de que possam eles ser contatados quando necessário.

33. Presentemente 180 brasileiros estão matriculados no Setor Consular, os quais recebem periodicamente variadas informações de seu interesse. O já extremamente reduzido número de queixas quanto ao atendimento consular verificado quando aqui cheguei foi zerado nos últimos anos, conforme pode atestar a Ouvidoria Consular, graças ao trabalho de treinamento e de conscientização que promovi junto aos dedicados funcionários do Setor. Os dois únicos cidadãos de nosso país que cumprem pena no

sistema penitenciário tcheco são visitados periodicamente e recebem a assistência necessária. Seus familiares recebem informações sobre sua saúde física e mental e atualização sobre as condições de encarceramento.

34. Mantive as portas da Embaixada abertas para nossos concidadãos e instalei o Conselho de Cidadãos, a fim de estimular a troca de ideias sobre ações em benefício da comunidade. A tarefa exigiu esforço especial em vista do reduzido número de brasileiros interessados em dele participar. Entre os principais feitos do Conselho assinalo a elaboração de guia para os brasileiros aqui residentes, com informações úteis sobre diferentes aspectos da vida na República Tcheca que vão desde o atendimento médico até peculiaridades do sistema de transporte público. Registro que a despeito de meus esforços, as reuniões do Conselho de Cidadãos têm nos últimos anos sido pouco frequentes, o que, no meu entender, demonstra principalmente a falta de problemas a serem debatidos em conjunto com a Embaixada.

CONCLUSÕES e AGRADECIMENTOS

35. Há cinco anos tenho a honra e o privilégio de chefiar a Missão Diplomática Brasileira em Praga. O desafio de representar o nosso país na República Tcheca traz-me imensa satisfação por constatar que o Brasil é aqui tido em alta conta e que são inúmeras as possibilidades de iniciativas para se estreitar o relacionamento bilateral. É igualmente imenso o potencial para se manter profícuo e fluido o diálogo entre os dois países, em suas mais diversas áreas. Não tenho dúvidas de que o meu sucessor na chefia do Posto encontrará terreno fértil para exercer suas atividades. Permito-me sugerir, em especial, atenção para a realização de visita a Praga de autoridade brasileira de alto nível, bem como para a retomada dos encontros da Comissão Mista de Cooperação Industrial e Comercial.

36. Em minha gestão levei em conta a rapidez e as facilidades de circulação de informações no mundo de hoje. Assim, procurei privilegiar a interpretação e a análise dos diferentes aspectos da realidade tcheca. Ademais, concentrei-me em promover e participar de atividades fora da Embaixada por entender ser insubstituível o exercício do contato direto com as autoridades e a sociedade local. Não poderia executar este trabalho, no entanto, sem o inestimável apoio e a lealdade da equipe da Embaixada.



SENADO FEDERAL
MENSAGEM Nº 43 de 2016
(Nº 165/2016, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MÁRCIO FLORENCIO NUNES CAMBRAIA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Tcheca.

Os méritos do Senhor Márcio Florencio Nunes Cambraia que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de abril de 2016.

DILMA ROUSSEFF
Presidente da República Federativa do Brasil

EM nº 00095/2016 MRE

Brasília, 11 de Abril de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **MÁRCIO FLORENCIO NUNES CAMBRAIA**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Tcheca.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum II vitae* de **MÁRCIO FLORENCIO NUNES CAMBRAIA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Lecker Vieira

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL MÁRCIO FLORENCIO NUNES CAMBRAIA

CPF.: 244.931.206-49

ID.: 1884 MRE

1949 Filho de Leibnitz Cambraia de Alvarenga e Regina de Castro Nunes Cambraia, nasce em 1º de agosto, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Dados Acadêmicos:

1974 Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais
 1980 CAD-IRBr
 1993 CAE - IRBr, Integração Brasil - Uruguai, uma experiência na fronteira.

Cargos:

1976 Terceiro-Secretário
 1978 Segundo-Secretário, por merecimento
 1982 Primeiro-Secretário, por merecimento
 1990 Conselheiro, por merecimento
 1996 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
 2008 Ministro de Primeira Classe, por merecimento
 2014 Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial

Funções:

1976- Professor do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília (atualmente em licença)
 1976 Divisão da Europa II, Assistente
 1976-79 Divisão de Produtos de Base, Assistente
 1980-85 Divisão da Europa I, Assistente
 1985-88 Embaixada em Londres, Primeiro-Secretário
 1988-91 Embaixada em Montevidéu, Primeiro-Secretário e Conselheiro
 1991-94 Consulado no Chuy, Cônsul
 1994-98 Divisão de Atos Internacionais, Chefe
 1998-2003 Embaixada em Madri, Ministro-Conselheiro
 2004-05 Instituto Rio Branco, Coordenador-Geral de Ensino
 2007-10 Presidência da República, Assessor Especial
 2010- Consulado-Geral em Roma, Cônsul-Geral

Condecorações:

1995 Ordem do Mérito, Itália, Comendador
 1996 Ordem do Mérito Militar, Brasil
 1996 Legião de Honra, França, Oficial
 1997 Ordem do Mérito, Uruguai, Oficial
 2011 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial
 2014 Medalha do Pacificador, Brasil

Publicações:

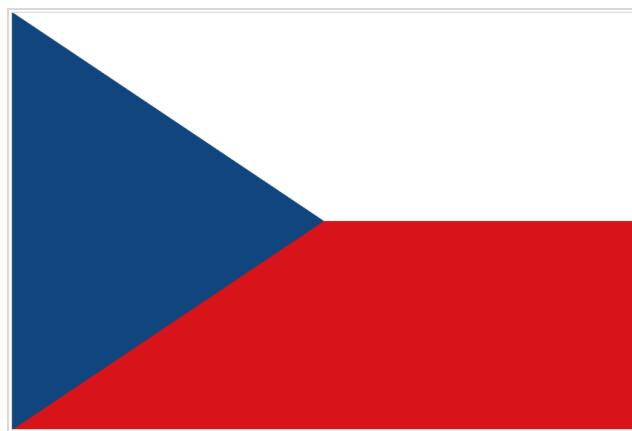
- 1982 Princípios Básicos de Teorias de Mudança Política, Revista Brasileira de Estudos Políticos
- 2009 Eleições Indiretas nos EUA: o aparente paradoxo, Revista Liberdade e Cidadania
- 2009 Sistema Político Inglês. Tradição e bom senso, Revista Liberdade e Cidadania
- 2015 Os Jogos do Poder - Como Entender e Analisar a Realidade Política de um Mundo em Transformação. Edições Técnicas - Editora do Senado Federal

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento da Europa
Divisão da Europa II

REPÚBLICA TCHECA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Fevereiro de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE A REPÚBLICA TCHECA	
NOME OFICIAL	República Tcheca
CAPITAL	Praga
ÁREA	78.867 km ²
POPULAÇÃO	10.7 milhões de habitantes (PNUD)
IDIOMA OFICIAL	Tcheco (95,4%)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Ateísmo (34,2%); catolicismo romano (10,3%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral: Câmara dos Deputados (200 membros) e Senado (81 membros)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Miloš Zeman (desde 2013)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Bohuslav Sobotka (desde 2014)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Lubomír Zaorálek (desde 2014)
PIB NOMINAL (2015 est.)	US\$ 205.658 bilhões
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA -PPP – 2015 est.)	US\$ 314.585 bilhões
PIB PER CAPITA (2015 est.)	US\$ 19.563
PIB PER CAPITA PPP (2015 est.)	US\$ 29.925
VARIAÇÃO DO PIB	3,91% (2015 est.), 1,98% (2014), -0,53% (2013), -0,9% (2012); 1,97 (2011)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH 2015)	0,87 (28.º lugar)(PNUD)
EXPECTATIVA DE VIDA	78,6 anos (PNUD)
ALFABETIZAÇÃO	99,8% (UNESCO)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2015 est.)	6,2%
UNIDADE MONETÁRIA	Coroa tcheca
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Jiri Havlik
COMUNIDADE BRASILEIRA	500 pessoas

Fonte: Fundo Monetário Internacional, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões. Fonte: MDIC)								
BRASIL → RP. TCHECA	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Intercâmbio	445,7	373,8	520,3	611,1	596,3	657,7	468,1	458,7
Exportações	67,2	43,2	47,9	63,3	54,3	60,4	49,0	26,0
Importações	378,4	330,6	472,4	547,7	541,9	597,3	419,0	432,7
Saldo	-311,1	-287,4	-424,4	-484,3	-487,6	-536,8	-370,0	-406,6

Informação elaborada em 24 de fevereiro de 2016, por Miguel de Paiva Lacerda. Revisada por Maurício da Costa Carvalho Bernardes.

PERFIS BIOGRÁFICOS

MILOŠ ZEMAN Presidente



Nasceu em 28/9/1944, em Kolin, então Protetorado da Boêmia e Morávia (sob ocupação nazista). Graduou-se pela Universidade de Economia de Praga, em 1969. Em 1968, filiou-se ao Partido Comunista da Tchecoslováquia, do qual seria expulso dois anos mais tarde em razão de desacordos dentro do Partido quanto à invasão do país pelas tropas do Pacto de Varsóvia durante a "Primavera de Praga". Trabalhou por quase uma década em uma empresa organizadora de eventos esportivos.

Em 1990, passou a integrar o Fórum Cívico, que pretendia unificar as forças de oposição na parte tcheca do país. No mesmo ano, tornou-se membro da Câmara das Nações (câmara alta) da Assembleia Federal da Tchecoslováquia. Em 1992, findo o regime comunista, tornou-se membro da Câmara do Povo (câmara baixa) pelo Partido Social-Democrata Tcheco (ČSSD), cuja presidência assumiu em 1993.

Após o "Divórcio de Veludo" (1993), tornou-se Presidente da Câmara dos Deputados da República Tcheca, em 1996. Em 1998, sagrou-se vencedor das eleições legislativas, e tornou-se Primeiro-Ministro à frente de um governo minoritário, que se sustentaria até 2001. Naquele ano, foi substituído na liderança do ČSSD por Vladimír Špidla. Decidiu retirar-se da política e desfiliar-se do partido.

Em fevereiro de 2012, anunciou a intenção de voltar à política, concorrendo à Presidência da República pelo Partido dos Direitos Cívicos (Zemanovic; centro-esquerda). No segundo turno, derrotou o então Chanceler Karel Schwarzenber. Assumiu a Presidência em março de 2013.

BOHUSLAV SOBOTKA
Primeiro-Ministro



Nasceu em 23/10/1971, em Telnice, então Tchecoslováquia. Graduado em Direito pela Universidade de Masaryk, em Brno, em 1995.

É membro do Partido Social-Democrata Tcheco (CSSD) desde 1989. Em 1996, foi eleito para a Câmara dos Deputados, e reeleito nas eleições de 1998, 2002, 2006, 2010 e 2013. Em 1998, elegeu-se também vereador na cidade de Slavkov u Brna. Entre 2001 e 2002, presidiu a bancada de deputados do Partido Social-Democrata Tcheco e a Comissão Temporária para a Reforma das Pensões. Entre 2002 e 2006, foi Ministro das Finanças e Vice-Primeiro-Ministro da Economia nos governos dirigidos pela Social-Democracia (gestões de Vladimír Spilidla e de Stanislav Gross). Acumulou também a função de presidente do Fundo Nacional de Propriedade nesse período. Em 2005, assumiu a vice-presidência do CSSD, chegando à presidência do partido em 2010, após a renúncia de Jiri Paroubek, que deixou o cargo em função de resultado eleitoral considerado decepcionante no pleito de 2010.

Vencedor das eleições de outubro de 2013, foi designado Primeiro-Ministro em 17/1/2014.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil mantém relações ininterruptas com Praga desde a criação do Estado tchecoslovaco, em 1918. Em 1920, a Tchecoslováquia instala legação diplomática no Rio de Janeiro, gesto retribuído pelo Brasil, em 1921, em Praga. Em 1960, as missões diplomáticas foram elevadas ao nível de Embaixada.

Antes do chamado "divórcio de veludo", entre a República Tcheca e a República Eslovaca, o Primeiro-Ministro tchecoslovaco, Lubomir Strougal, visitou o Brasil, em 1988. Em 1993, o Brasil reconheceu a República Tcheca como país independente após o divórcio de veludo.

A agenda bilateral começou a adensar-se com o fim do regime comunista, sobretudo a partir da visita do Presidente Fernando Collor de Mello a Praga (1990). Em 1994, o Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso visitou Praga, tendo sido

recebido pelo Presidente Václav Havel e pelo então Primeiro-Ministro Václav Klaus. Na oportunidade, foi feito convite ao Chefe de Estado tcheco para visitar oficialmente o Brasil, o que viria a ocorrer em 1996. Klaus visitou o Brasil como Chefe de Governo em 1994. Em 2006, Jiri Paroubek tornou-se o segundo Primeiro-Ministro tcheco a visitar o Brasil.

O diálogo bilateral recebeu novo impulso com a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Praga (2008). Na presença dos Presidentes Lula e Klaus, foi assinado o novo Acordo de Cooperação Econômica e Industrial (em vigor desde 2009). O Presidente Klaus retribuiu a visita em 2009, em viagem que propiciou aproximação entre os setores empresariais dos dois países e revelou oportunidades para investimentos tchecos no Brasil.

A República Tcheca tem demonstrado renovado interesse em estreitar laços com o Brasil, o qual deriva de uma nova percepção do papel e peso do País no cenário internacional. Na recém-publicada Base Conceitual da Política Externa da República Tcheca, o Brasil é mencionado no item dedicado às relações com economias emergentes, citado juntamente com a Índia em parágrafo específico que destaca o significativo potencial e a crescente influência dos dois países na política mundial, sublinhando as áreas militar e de segurança como oportunidades para o desenvolvimento de relações mútuas. Mais do que apenas aprofundar o relacionamento comercial como parte de estratégia de diversificação dos mercados exportadores, interessa aos tchecos e ao Brasil uma parceria multifacetada e um diálogo político de maior densidade.

Entre 2000 e 2013, o intercâmbio comercial saltou de US\$ 79 milhões para US\$ 657 milhões, mas recuou para US\$ 458 milhões em 2015. São grandes as possibilidades de expansão das exportações brasileiras, muito aquém de seu potencial, tendo em conta o desenvolvimento da economia tcheca e sua vocação de hub para toda a região da Europa Central. A Comissão Mista de Cooperação Econômico-Comercial, instituída em acordo assinado em 2008, reuniu-se pela primeira vez em Praga, em maio de 2010, chefiada pelo Secretário-Executivo do MDIC, Ivan Ramalho.

A cooperação bilateral em defesa constitui a face mais evidente da cooperação bilateral. Em setembro de 2010, o então Ministro da Defesa, Nelson Jobim, esteve na República Tcheca para visitar fábricas locais, em particular a Aero Vodochody, uma das mais importantes indústrias aeronáuticas da Europa central.

Em 13/4/2011, a Embraer e a Aero Vodochody firmaram acordo para viabilizar a participação da empresa tcheca no projeto do cargueiro KC-390. A companhia encarregou-se da produção da fuselagem traseira, portas, a rampa de carga e os slats da aeronave. De acordo com os entendimentos entre Embraer e Aero Vodochody, há a expectativa de que a República Tcheca adquirira duas unidades do KC-390 para sua Força Aérea.

A escolha, pela Força Aérea Brasileira, do Gripen NG da Saab no âmbito do Programa FX-2, oferece possibilidades de cooperação com a República Tcheca no

longo prazo, porquanto as forças daquele país utilizam os caças JAS-39 Gripen há uma década.

No que tange à cooperação educacional, no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras, 17 estudantes já foram enviados a instituições de ensino na República Tcheca na modalidade de pós-graduação – seis à Academia de Ciências da República Tcheca (Praga), três ao Instituto de Tecnologia Química (Praga), dois à Universidade Carlos (Praga), dois à Universidade Palacky (Olomuc), dois à Universidade do Sul da Boêmia (Ceske Budejovice), um ao Instituto de Química Macromolecular (Praga), um ao Museu da Morávia (Brno) e um à Universidade Mazarykova (Brno).

O Grupo Parlamentar Brasil-República Tcheca foi criado pela Resolução da Câmara dos Deputados nº 73, de 1994, em substituição ao Grupo Brasil-Tchecoslováquia (que existia desde 1990), e instituído em 1998 pela Resolução nº 32.

Em setembro de 2013, delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), visitou a República Tcheca, a convite do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-República Tcheca. Participaram da missão, entre outros, o então Presidente do Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-República Tcheca, o falecido Senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB/SC), além dos Senadores Jorge Viana (PT/AC), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), Lídice da Mata (PSB/BA), e Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE). O Presidente do Senado da República Tcheca, Milan Stech, realizou visita ao Brasil, em novembro de 2013.

Na ocasião, a delegação brasileira manteve encontros na Câmara dos Deputados, no Senado, no Ministério dos Negócios Estrangeiros e no Ministério da Indústria e Comércio, além de outras autoridades e representantes do empresariado local. Trataram, entre outros, de maneiras de intensificar o comércio e o turismo bilaterais, das possibilidades de cooperação e as oportunidades de negócios em áreas como a espacial, de defesa, automobilística e produção de cristais.

Assuntos consulares

A seção consular da Embaixada brasileira em Praga presta assistência à comunidade brasileira residente no país, estimada em cerca de 500 pessoas.

Atualmente, residem no Brasil cerca de meio milhão de tchecos e descendentes no Brasil, a maioria na Região Sul, e alguns no Centro-Oeste. Entre os primeiros imigrantes, aqui chegados em 1823, estava o carpinteiro de Jan Nepomuk Kubíček, um dos bisavós maternos do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Além da seção consular da Embaixada em Brasília, a República Tcheca têm um Consulado-Geral em São Paulo e nove consulados honorários no Brasil – no Rio de Janeiro (RJ), em Vitória (ES), em Porto Alegre (RS), Belo Horizonte (MG), Foz do Iguaçu (PR) e Blumenau (SC), Recife (PE), Fortaleza (CE), Salvador (BA).

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registros de concessão de créditos oficiais do Governo brasileiro a tomador soberano na República Tcheca.

POLÍTICA INTERNA

O sistema parlamentar tcheco comporta uma multiplicidade de partidos políticos, desde o tradicional Partido Comunista até agremiações de extrema direita nacionalista. Os principais partidos, não obstante, são o Partido Social-Democrata Tcheco (ČSSD) atualmente no poder, o conservador Partido Cívico Democrata (ODS), no Governo de 2006 até 2013, o europeísta Tradição Responsabilidade Prosperidade 09 (TOP 09), o católico e conservador União Cristã e Democrática-Partido Popular Tchecoslovaco (KDU-ČSL).

A Chefia de Estado é exercida pelo Presidente da República, eleito por voto direto para mandato de cinco anos. A Chefia de Governo é exercida pelo Primeiro-Ministro, escolhido pelo Parlamento.

Embora constitucionalmente uma República Parlamentar clássica, a República Tcheca tem testemunhado processo de redefinição da divisão de competências entre Chefes de Estado e de Governo. A hipertrofia do cargo de Presidente, já ensaiada no exercício de Václav Havel e alimentada pela fragilidade dos sucessivos gabinetes, foi levada adiante pelo Presidente Václav Klaus. Por personalidade e circunstância, Klaus jamais se contentou em ser um mero figurante de projetos do Governo, opinando sobre os mais diversos temas e valendo-se da ameaça de veto para influenciar decisões do gabinete. Ironicamente, a nova força do Chefe de Estado esteve entre as principais justificativas para a adoção de eleições diretas ao cargo, medida deplorada por Klaus. Dando prosseguimento à reescrita do papel presidencial, Miloš Zeman tem dado mostras de ser ainda mais participativo nos assuntos do Governo.

O novo Governo centro-esquerdisto do Primeiro-Ministro Bohuslav Sobotka assumiu o poder, em 29/1/2014, com as promessas de incentivar a atividade econômica, combater a corrupção, aumentar a eficiência do Estado (meta de déficit fiscal de 3%; remanejamento do orçamento; combate à evasão fiscal; de nova Lei do Serviço Público e do Serviço Exterior) e adotar "políticas de responsabilidade social": aumento de pensões, do salário mínimo e dos abatimentos tributários para famílias com mais de uma criança além da redução de imposto de valor agregado (IVA) para bens essenciais. Nesse sentido, planeja rejeitar algumas reformas controvertidas levadas a cabo pelos últimos Governos, principalmente na área da saúde e serviços sociais (abolição das taxas de internação, aprovadas durante a gestão de centro-direita).

O Primeiro-Ministro Sobotka, apesar de ser percebido, inicialmente por alguns setores, como uma liderança fraca até mesmo dentro própria Social Democracia, venceu todos os desafios a sua autoridade. Conseguiu ainda manter

sua coalizão unida na maioria das vezes, recebendo o voto fiel também dos congressistas Democratas Cristãos, conhecidos por terem derrubado governos anteriores ao retirar o apoio reduzido, porém decisivo, de sua bancada.

Poder Legislativo

O parlamento é bicameral, com uma Câmara dos Deputados e um Senado. Após a divisão da antiga Tchecoslováquia, os poderes e responsabilidades do agora extinto parlamento federal foram transferidos para o Conselho Nacional Tcheco, que passou a chamar-se Câmara dos Deputados. Os 200 deputados são eleitos a cada quatro anos em eleições proporcionais, com cláusula de barreira de 5% dos votos. Há 14 distritos eleitorais que coincidem com as regiões administrativas do país. O primeiro Senado foi eleito em 1996. Seus 81 membros têm mandato de seis anos, sendo um terço renovados a cada dois anos.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa tcheca tem como diretriz básica a plena integração na Europa ocidental, radicada na crença de que o país pertence ao "Ocidente", apesar da "separação" durante os 41 anos de regime comunista. Nesse contexto, foi fundamental para o país integrar-se à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e à União Europeia, respectivamente, em 1999 e 2004.

Uma das prioridades tchecas consiste no fortalecimento da região centro-europeia. Nesse contexto, o país investe alto capital político no Grupo de Visegrád, no âmbito do qual é vocal defensor da Parceria para o Leste da União Europeia.

As relações com os Estados Unidos adquirem caráter estratégico, particularmente na área de segurança, e têm-se estreitado constantemente, em particular desde que República Tcheca contou com apoio direto dos EUA para ingressar na OTAN. A visão do Governo tcheco é a de que a segurança europeia – e, em certa medida, a mundial – deve necessariamente passar pela OTAN. As relações com a Rússia, outrora o principal aliado, têm sofrido sérios abalos desde a entrada da República Tcheca naquela organização.

Se bem o governo Sobotka logrou construir um discurso unísono no que se refere ao compromisso europeu, resta o desafio de coordenar a posição com o Castelo de Praga com respeito à questão russa. O Presidente Zeman já manifestou posição contrária a sanções e Sobotka tem adotado postura oscilante com relação a Moscou. Por um lado, procura não destoar do consenso europeu, prioridade número um de sua política externa, por outro, sente-se pressionado pelos interesses econômico-comerciais que o setor privado tem nas relações com a Rússia.

Nesse contexto, a diplomacia tcheca tem tentado abrir novos mercados para sua economia, sobretudo na Ásia, em empreitada de êxito ainda incerto, mas que significou principalmente a aproximação de Praga a Pequim e a clara mudança de

tom com relação à questão dos direitos humanos, um dos tradicionais pilares de sua política internacional.

A diplomacia tcheca tem buscado expandir o horizonte das relações diplomáticas do país em direção a grandes países emergentes, como Brasil, China e Índia, particularmente no campo econômico-comercial.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

I – Panorama econômico

A economia reagiu bem à adoção de medidas contracíclicas, em resposta aos efeitos recessivos da crise financeira internacional de 2009. Assim, após crescer 2,3% em 2010, a economia tcheca expandiu-se em 1,9% em 2011. A discreta recessão observada em 2012, quando a economia decresceu em 0,9% e em 2013 (-0,5%) pode ser vista como atípica, tendo em vista que, desde então, o país reforçou sua perspectiva econômica e vem sendo caracterizado pela conformação de um ambiente cada vez mais favorável ao crescimento. Por conseguinte, o país conseguiu reverter as expectativas recessivas e, assim, cresceu 2,0% em 2014, em parte estimulado pela desvalorização da coroa tcheca, promovida pelo Banco Nacional Tcheco, em fins de 2013 e, também, pelo aquecimento da demanda agregada. O desempenho do setor de manufaturas também figurou como vetor expansionista. A última avaliação do Fundo Monetário Internacional (FMI) mostrou que o país alcançou significativo crescimento de 3,9% em 2015, o que elevou o PIB nominal tcheco ao patamar de US\$ 182,46 bilhões. Por conseguinte, relativizado pela população, o PIB per capita somou US\$ 17,330 mil. O crescimento em apreço encontrou amparo na expansão da demanda e dos gastos governamentais.

Em visão prospectiva, a avaliação do FMI sugere que o país deverá continuar mantendo taxas positivas de expansão. Assim, o crescimento projetado para 2016 é de 2,5% ao passo que, para o ano vindouro, de 2017, o incremento do PIB poderá ser de 2,6%. A avaliação geral, na opinião de alguns analistas locais, é de que a economia está fundamentada em sólidos postulados. Nessas condições, o desempenho favorável da economia tem, obviamente, reflexos positivos no mercado de trabalho - o índice de desemprego é o segundo mais baixo da Europa. Na mesma linha, a política monetária expansionista, a aceleração da demanda externa, os baixos preços do petróleo, o aumento dos investimentos do governo e a manutenção do índice geral de preços abaixo da meta anual de 2%, contribuem para aumentar o otimismo a respeito do comportamento geral da economia tcheca, desde que as variantes internacionais se mantenham relativamente estáveis.

República Tcheca - Evolução do Produto Interno Bruto (PIB)							
Discriminação	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	2 0 1 4	2 0 1 5	2 0 1 6	2 0 1 7
Variação real	1,97%	-0,90%	-0,53%	1,98%	3,91%	2,55%	2,61%
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC, com base em dados do FMI, World Economic Outlook Database, outubro de 2015.							

II – Comércio exterior total

O país tem vocação exportadora e, nos últimos anos, as vendas tchecas de mercadorias assinalaram bom desempenho. Assim, as exportações do país cresceram 122% entre 2005 e 2014, evoluindo de US\$ 78,2 bilhões, para alcançar US\$ 174,3 bilhões. No acumulado de janeiro a setembro de 2015, as vendas externas limitaram-se, porém, a US\$ 117,1 bilhões, o que significou decréscimo de 11,0% sobre a base análoga do ano anterior. Foram os seguintes os principais destinos para as vendas externas globais da República Tcheca, em 2014: Alemanha (32,0% de participação); Eslováquia (8,4%); Polônia (6,0%); Reino Unido (5,1%); França (5,1%); Áustria (4,3%); Itália (3,6%). No seu conjunto, a União Europeia absorveu aproximadamente 80% do total das exportações tchecas em 2014. O Brasil ocupou posição discreta e, assim, foi o 42º mercado de destino para a oferta exportável do país, com participação de 0,2%. Com referência à estrutura da oferta, foram os seguintes os principais grupos de produtos da exportação global da República Tcheca, em 2014: máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (participação de 19,4% do total); veículos e autopeças (19,0%); instrumentos elétricos ou eletrônicos (16,7%); obras de ferro ou aço (4,1%); plásticos e manufaturas de plástico (3,7%); combustíveis e lubrificantes (2,7%); móveis e mobiliário médico cirúrgico (2,5%).

República Tcheca - evolução do comércio exterior total - valores em US\$ bilhões				
Discriminação	Exportações	Importações	Intercâmbio comercial	Saldo comercial
2 0 0 5	78,21	76,53	154,74	1,68
2 0 0 6	95,14	93,43	188,57	1,71
2 0 0 7	120,90	116,82	237,72	4,08
2 0 0 8	146,09	141,83	287,92	4,25
2 0 0 9	112,88	104,85	217,73	8,03
2 0 1 0	132,14	125,69	257,83	6,45
2 0 1 1	162,39	150,81	313,21	11,58
2 0 1 2	156,42	139,73	296,15	16,70
2 0 1 3	161,52	142,53	304,05	19,00
2 0 1 4	174,28	153,23	327,50	21,05
2015 (jan-set)	117,09	102,91	220,00	14,18
Elaborado pelo MRE / DPR / DIC, com base em dados da UNCTAD / ITC / COMTRADE / Trademap, fevereiro de 2016.				

Ao longo dos dez anos compreendidos entre 2005 e 2014, as importações tchecas cresceram 100,2% passando de US\$ 76,5 bilhões, no primeiro ano da série histórica em apreço, para o nível de US\$ 153,2 bilhões em 2014. No acumulado de janeiro a setembro de 2015, atingiram US\$ 102,9 bilhões, o que implicou

decréscimo de 10,1% sobre a mesma base temporal de 2014. Ainda com relação a 2014, foram os seguintes os principais países supridores da demanda externa tcheca: Alemanha (26,2% de participação); China (11,4%); Polônia (7,7%); Eslováquia (5,3%); Itália (4,1%); Rússia (4,1%); Países Baixos (3,4%). A União Europeia supriu aproximadamente 60% do total das aquisições. O Brasil, com 0,2% de participação, foi o 40º fornecedor à República Tcheca. Os principais grupos de produtos da importação global desse país, em 2014, foram: máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (17,6% do total); instrumentos elétricos ou eletrônicos (16,4%); veículos e autopeças (9,2%); combustíveis e lubrificantes (8,1%); manufaturas de plástico (5,6%); ferro fundido, ferro ou aço (3,8%); produtos farmacêuticos (3,0%).

A balança comercial da República Tcheca é tradicionalmente superavitária, refletindo a competitividade das exportações locais. Por conseguinte, o superávit tcheco mostrou clara tendência de expansão nos últimos anos. Assim sendo, após atingir US\$ 19,0 bilhões em 2013, o superávit do país em transações comerciais de bens chegou ao nível de US\$ 21,1 bilhões em 2014. Porém, entre janeiro e setembro de 2015, o superávit comercial tcheco somou US\$ 14,2 bilhões, com perda de 16% se comparado à cifra da mesma base do ano anterior.

III – Comércio exterior bilateral

De acordo com os dados estatísticos fornecidos pelo MDIC/SECEX-Aliceweb, de 2006 a 2015, o comércio bilateral entre o Brasil e a República Tcheca cresceu 60,2% evoluindo de US\$ 286,5 milhões, para US\$ 458,8 milhões, respectivamente. De 2014 para 2015, o intercâmbio registrou, todavia, uma queda de 24,9%. Ao longo do período, o saldo comercial foi, tradicionalmente, desfavorável ao lado brasileiro, uma vez que as exportações representam, aproximadamente, apenas 10% da corrente de comércio entre os dois países. No último triênio os déficits brasileiros foram de: US\$ 536,9 milhões (2013); US\$ 499,4 milhões (2014); e US\$ 406,6 milhões (2015). Em 2015 o déficit registrou diminuição de 18,6%, em comparação ao ano de 2014. Em nível regional, o déficit brasileiro com a República Tcheca, em 2015, manteve-se como o sétimo maior saldo negativo do Brasil com os países da União Europeia. A República Tcheca manteve-se como o 17º parceiro comercial do Brasil entre os países da União Europeia em 2015, (participação de 0,65% no total do Bloco), e o 69º parceiro comercial em nível mundial (participação de 0,13% no total), perdendo duas posições em relação ao ano de 2014.

As exportações brasileiras para a República Tcheca decresceram 46,8% nos últimos dez anos, passando de US\$ 49,0 milhões, em 2006, para US\$ 26,1 milhões, em 2015. As exportações, em 2015, registraram nova diminuição de 53,2% em relação ao ano anterior. Essa forte retração deu-se pela descontinuidade nas vendas de aviões e helicópteros. Nesse mesmo ano, a República Tcheca foi o 26º parceiro para as exportações brasileiras destinadas aos países da União Europeia

(participação de 0,08% do total para o Bloco), queda de quatro posições em relação ao ano anterior. Em nível global, foi o 123º mercado de destino para os produtos brasileiros. Os principais grupos de produtos exportados pelo Brasil para o mercado tcheco em 2015 foram: i) fumo não manufaturado (valor de US\$ 5,6 milhões, equivalentes a 21,5% do total); ii) aparelhos secadores de madeiras, pastas de papel, etc. (US\$ 1,7 milhão; 6,7%); iii) máquinas tipo 'bulldozers' e 'angledozers', de lagartas (US\$ 1,6 milhão; 6,0%); iv) madeiras compensadas (US\$ 1,4 milhão; 5,5% do total); e v) calçados (valor de US\$ 1,0 milhão; 3,8% do montante total da exportação). A pauta é caracterizada pela forte presença de produtos manufaturados (participação de 67,2%). Segundo o MDIC, no ano passado 206 empresas brasileiras registraram exportações para esse mercado.

No período compreendido entre 2006 e 2015, as importações brasileiras originárias da República Tcheca cresceram 82,2% evoluindo de US\$ 237,5 milhões, para US\$ 432,7 milhões, respectivamente. De 2014 para 2015, todavia, decresceram 22,0%. Essa retração foi provocada basicamente pela diminuição nas compras de aparelhos e dispositivos para tratamento de matérias por meio de operações que impliquem mudança de temperatura (-99,9%). Em 2015, o país manteve-se como o 15º fornecedor do Brasil entre os membros da União Europeia (participação de 1,18% no total do Bloco). Em nível global, foi o 55º supridor do mercado brasileiro. Os principais grupos de produtos adquiridos pelo Brasil, do mercado tcheco em 2015 foram: i) partes para aviões e helicópteros (US\$ 42,6 milhões, equivalentes a 9,8% do total); ii) aparelhos receptores de radiodifusão (US\$ 14,5 milhões; 3,4%); iii) veículos e carros blindados (US\$ 11,5 milhões; 2,7%); iv) bombas injetoras de combustível (US\$ 10,3 milhões; 2,4%), e v) acessórios para tratores e automóveis (US\$ 9,4 milhões; 2,2% do total). A pauta é caracterizada pela quase totalidade de produtos manufaturados (99,2%). Os dados do MDIC mostram que 1.844 empresas brasileiras efetivaram compras do mercado tcheco no ano de 2015.

Anos	Evolução do intercâmbio comercial com a República Tcheca - US\$ milhões, fob									
	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	49,0	-14,7%	0,04%	237,5	10,0%	0,26%	286,5	4,8%	0,13%	-188,5
2007	60,4	23,3%	0,04%	274,7	15,7%	0,23%	335,0	17,0%	0,12%	-214,3
2008	67,3	11,4%	0,03%	378,4	37,8%	0,22%	445,7	33,0%	0,13%	-311,1
2009	43,2	-35,8%	0,03%	330,7	-12,6%	0,26%	373,9	-16,1%	0,13%	-287,5
2010	48,0	11,0%	0,02%	472,4	42,9%	0,26%	520,4	39,2%	0,14%	-424,5
2011	63,4	32,1%	0,02%	547,8	16,0%	0,24%	611,2	17,4%	0,13%	-484,4
2012	54,3	-14,3%	0,02%	542,0	-1,1%	0,24%	596,3	-2,4%	0,13%	-487,7
2013	60,4	11,3%	0,02%	597,3	10,2%	0,25%	657,8	10,3%	0,14%	-536,9
2014	55,7	-7,9%	0,02%	555,1	-7,1%	0,24%	610,7	-7,2%	0,13%	-499,4
2015	26,1	-53,2%	0,01%	432,7	-22,0%	0,25%	458,8	-24,9%	0,13%	-406,6
Var. % 2006-2015	-46,8%		--	82,2%		--	60,2%		--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

IV – Cruzamento estatístico entre as pautas de exportações e importações

No campo da identificação de prováveis nichos de mercado, a elaboração do cruzamento estatístico entre a pauta exportadora brasileira e importadora da República Tcheca em 2014, viabilizou a identificação de potenciais oportunidades para as exportações de vários segmentos do setor produtivo brasileiro. Por conseguinte, com base na nomenclatura do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH-6), os produtos brasileiros com maior potencial de inserção no mercado local, em princípio, foram os seguintes: i) automóveis e autopeças; ii) tratores; iii) medicamentos; iv) minérios de ferro; v) torneiras para canalizações; vi) polipropileno; vii) pneumáticos, para automóveis, de passageiros; viii) partes de motores e geradores elétricos; ix) preparações alimentícias; x) polietileno.

Cruzamento entre a oferta exportadora do Brasil e a de manda importadora da Rep. Tcheca - 2014 - US\$ mil, fob						
Ranking	SH	Descrição dos produtos(*)	Exportações brasileiras para a Rep. Tcheca	Importações totais da Rep. Tcheca	Exportações totais do Brasil	Potencial indicativo de comércio
Total geral			55.676	153.225.461	225.098.405	153.169.785 0,04%
1º	870322	Automóveis e autopeças	369	9.547.761	7.145.941	4.428.592 0,0%
2º	870120	Tratores	0	900.675	1.020.384	888.360 0,0%
3º	300490	Medicamentos	0	2.938.244	711.175	711.175 0,0%
4º	260111	Minérios de ferro	0	597.357	19.982.660	597.357 0,0%
5º	848180	Torneiras para canalizações	175	527.236	577.708	527.061 0,03%
6º	390210	Polipropileno	0	454.423	450.671	450.671 0,0%
7º	401110	Pneus para automóveis	0	721.940	387.563	387.563 0,0%
8º	850300	Partes para motores e geradores elétricos	0	387.282	385.444	385.444 0,0%
9º	210690	Preparações alimentícias diversas	14	350.022	375.091	350.006 0,0%
10º	390110	Polietileno	0	254.962	614.551	254.962 0,0%

Elaborado pelo MNE/DP/Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TIC/TradeMap.

(*) Exclusivo petróleo e derivados, por naúdes específicas.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1918	Independência da Tchecoslováquia
1939	Invasão da Tchecoslováquia pela Alemanha de Hitler
1945	Levante de Praga e libertação da Tchecoslováquia
1948	Partido Comunista assume o poder com Klement Gottwald
1968	Invasão da Tchecoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia/ encerra Primavera de Praga, movimento de reformas liberalizantes
1989	Revolução de Veludo encerra período comunista. Vaclav Havel eleito Presidente.
1993	“Divórcio de veludo” separa República Tcheca e Eslováquia. Vaclav Havel eleito Presidente. Václav Klaus (ODS) assume como Primeiro-Ministro
1996	Klaus reconduzido ao posto de Primeiro-Ministro após primeiras eleições pós-“divórcio de veludo”
1998	Após eleições antecipadas, Milos Zeman torna-se o primeiro Primeiro-Ministro social-democrata
1999	República Tcheca torna-se membro pleno da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)
2002	Sociais-democratas vencem novamente as eleições, com Vladimir Spidla à testa do governo
2003	Václav Klaus eleito Presidente
2004	República Tcheca torna-se membro da União Europeia
2004	Renúncia de Vladimir Spidla. Assume Stanislav Gross
2005	Com menos de um ano de governo, Stanislav Gross renuncia. Jiri Paroubek assume como Primeiro-Ministro
2006	Mirek Topolanek vence eleições de junho
2007	República Tcheca adere ao Espaço Schengen
2008	Václav Klaus reeleito Presidente
2009	República Tcheca ocupa a Presidência da União Europeia
2009	Primeiro-Ministro Mirek Topolánek renuncia após voto de desconfiança
2009	Jan Fischer assume como Primeiro-Ministro
2010	Primeiro-Ministro Petr Necas forma governo após eleições gerais de maio
2013	Milos Zeman assume como primeiro Presidente eleito pelo voto direto
2013	Petr Necas renuncia.
2014	Bohuslav Sobotka assume como Primeiro-Ministro após eleições gerais de outubro 2013

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1918	Brasil e Tchecoslováquia estabelecem relações diplomáticas
1920	Tchecoslováquia instala legação diplomática no Rio de Janeiro
1921	Brasil abre legação diplomática em Praga
1960	Missões diplomáticas elevadas ao nível de Embaixada
1988	Visita do Primeiro-Ministro tchecoslovaco Lubomir Strougal ao Brasil
1989	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Roberto Costa de Abreu Sodré, a Praga
1990	Visita do Presidente Fernando Collor de Mello a Praga
1994	Brasil reconhece a República Tcheca após “divórcio de veludo”
1996	Fernando Henrique Cardoso visita a República Tcheca na condição de Presidente eleito; Visita do Primeiro-Ministro Vaclav Klaus ao Brasil
2002	Visita do Presidente Vaclav Havel ao Brasil
2006	Visita a Praga do Presidente do Senado, Rames Tebet
2008	Visita do Primeiro-Ministro Jiri Paroubek ao Brasil
2009	Visita do Presidente Luis Inácio Lula da Silva a Praga
2013	Visita de delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal à República Tcheca
2013	Visita do Presidente do Senado tcheco Milan Štěch ao Brasil

ATOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Vigência	Publicação No Dou
Acordo entre a República do Brasil e a República Tcheca sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira.	01/11/2012	Tramitação no Congresso Nacional	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca sobre Cooperação em Matéria de	13/09/2010	Tramitação Congresso Nacional	

Defesa			
Acordo entre o Brasil e a República Tcheca sobre Cooperação Econômica e Industrial	12/04/2008	20/10/2009	19/02/2010
Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos	29/04/2004	03/10/2005	23/09/2005
Acordo sobre o Exercício de Emprego por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.	13/06/1997	03/10/1999	14/10/1999
Acordo sobre Comércio e Cooperação Econômica.	25/04/1994	21/10/1995	24/10/1995
Acordo, por Troca de Notas, para Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviços.	15/07/1991	15/07/1991	09/08/1991
Acordo de Cooperação Cultural	07/04/1989	26/01/1990	19/03/1990
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda.	26/08/1986	14/11/1990	26/02/1991
Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica.	02/07/1985	26/01/1990	13/03/1990

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

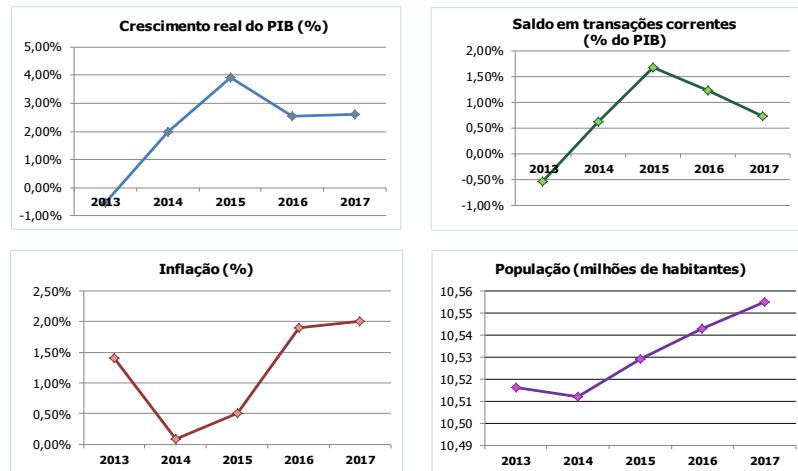
Principais indicadores socioeconômicos da República Tcheca

Indicador	2013	2014	2015⁽¹⁾	2016⁽¹⁾	2017⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	-0,53%	1,98%	3,91%	2,55%	2,61%
PIB nominal (US\$ bilhões)	208,33	205,27	182,46	189,98	196,99
PIB nominal "per capita" (US\$)	19.810	19.526	17.330	18	18.663
PIB PPP (US\$ bilhões)	304,73	315,86	331,44	343,93	359,05
PIB PPP "per capita" (US\$)	28.977	30.047	31.480	32.622	34.018
População (milhões de habitantes)	10,52	10,51	10,53	10,54	10,56
Desemprego (%)	6,95%	6,11%	5,22%	4,87%	4,50%
Inflação (%) ⁽²⁾	1,40%	0,08%	0,50%	1,90%	2,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-0,53%	0,62%	1,68%	1,23%	0,73%
Dívida externa (US\$ bilhões)	137,34	129,70	108,27	105,71	113,66
Câmbio (Kč / US\$) ⁽²⁾	19,89	22,83	25,31	24,61	22,57
Origem do PIB (2015 Estimativa)					
Agricultura				2,7%	
Indústria				38,2%	
Serviços				59,2%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report December 2015.

(1) Estimativas FMI e EIU.

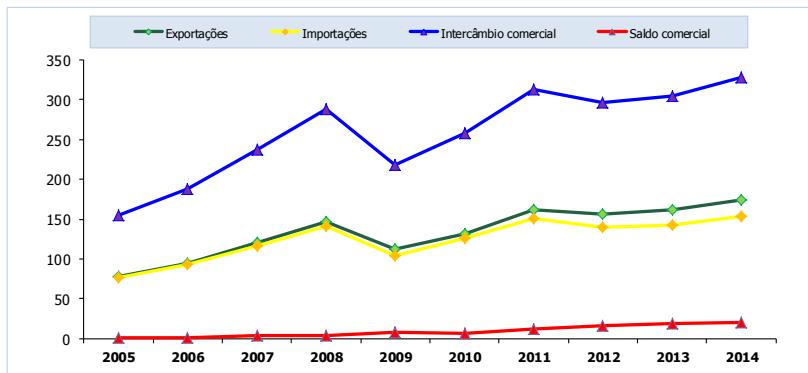
(2) Média de fim de período.



Evolução do comércio exterior da República Tcheca
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial			Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	78,2	18,9%	76,5	14,7%	154,7	16,8%	1,68	
2006	95,1	21,6%	93,4	22,1%	188,6	21,9%	1,71	
2007	120,9	27,1%	116,8	25,0%	237,7	26,1%	4,1	
2008	146,1	20,8%	141,8	21,4%	287,9	21,1%	4,3	
2009	112,9	-22,7%	104,9	-26,1%	217,7	-24,4%	8,0	
2010	132,1	17,1%	125,7	19,9%	257,8	18,4%	6,4	
2011	162,4	22,9%	150,8	20,0%	313,2	21,5%	11,6	
2012	156,4	-3,7%	139,7	-7,4%	296,2	-5,4%	16,7	
2013	161,5	3,3%	142,5	2,0%	304,1	2,7%	19,0	
2014	174,3	7,9%	153,2	7,5%	327,5	7,7%	21,1	
2015(jan-set)	117,1	-11,0%	102,9	-10,1%	219,9	-10,6%	14,2	
Var. % 2005-2014	122,8%	--	100,2%	--	111,7%	--	n.c.	

*Elaborado pelo MRE/OPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

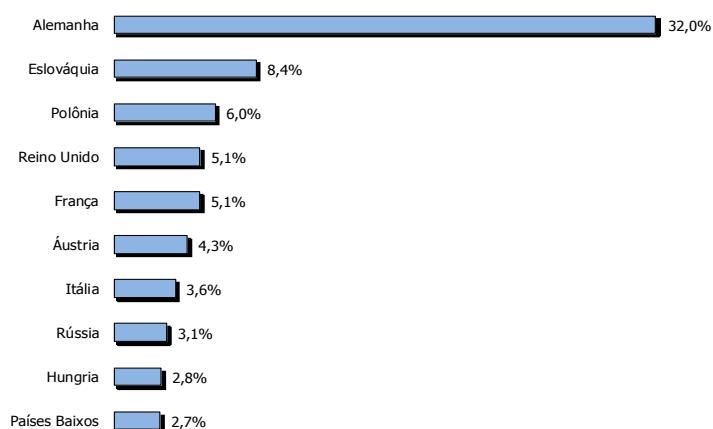


Direção das exportações da República Tcheca
US\$ bilhões

Países	2014	Part.% no total
Alemanha	55,78	32,0%
Eslováquia	14,64	8,4%
Polônia	10,42	6,0%
Reino Unido	8,87	5,1%
França	8,83	5,1%
Áustria	7,55	4,3%
Itália	6,32	3,6%
Rússia	5,45	3,1%
Hungria	4,87	2,8%
Países Baixos	4,77	2,7%
...		
Brasil (42ª posição)	0,39	0,2%
Subtotal	127,88	73,4%
Outros países	46,40	26,6%
Total	174,28	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

10 principais destinos das exportações

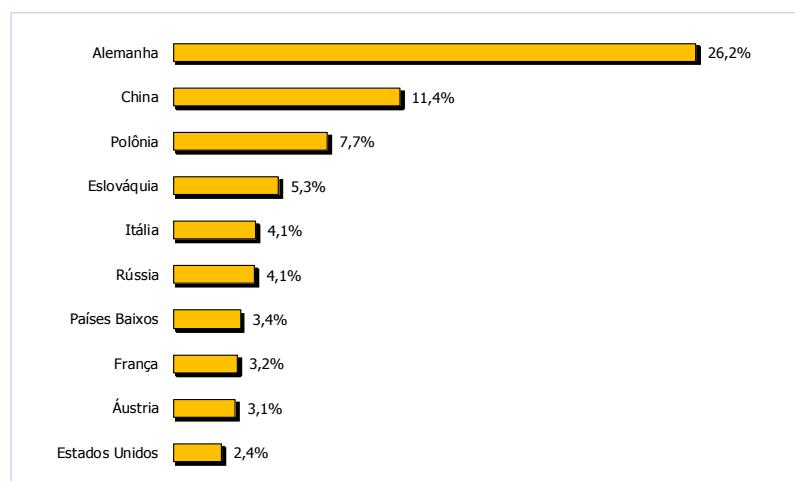


Origem das importações da República Tcheca
US\$ bilhões

Países	2 0 1 4	Part.% no total
Alemanha	40,16	26,2%
China	17,43	11,4%
Polônia	11,87	7,7%
Eslováquia	8,12	5,3%
Itália	6,33	4,1%
Rússia	6,25	4,1%
Países Baixos	5,18	3,4%
França	4,92	3,2%
Áustria	4,79	3,1%
Estados Unidos	3,73	2,4%
...		
Brasil (40ª posição)	0,30	0,2%
Subtotal	109,07	71,2%
Outros países	44,15	28,8%
Total	153,23	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

10 principais origens das importações

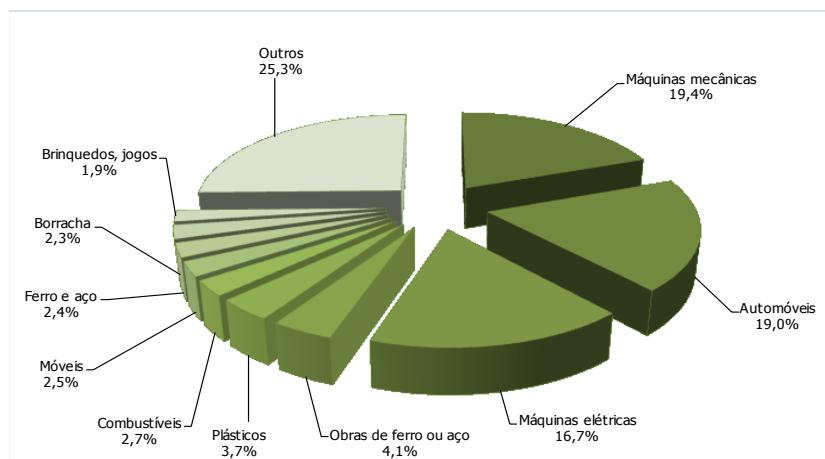


Composição das exportações da República Tcheca
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 4	Part.% no total
Máquinas mecânicas	33,72	19,4%
Automóveis	33,15	19,0%
Máquinas elétricas	29,15	16,7%
Obras de ferro ou aço	7,08	4,1%
Plásticos	6,39	3,7%
Combustíveis	4,62	2,7%
Móveis	4,35	2,5%
Ferro e aço	4,17	2,4%
Borracha	4,10	2,3%
Brinquedos, jogos	3,40	1,9%
Subtotal	130,13	74,7%
Outros	44,15	25,3%
Total	174,28	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

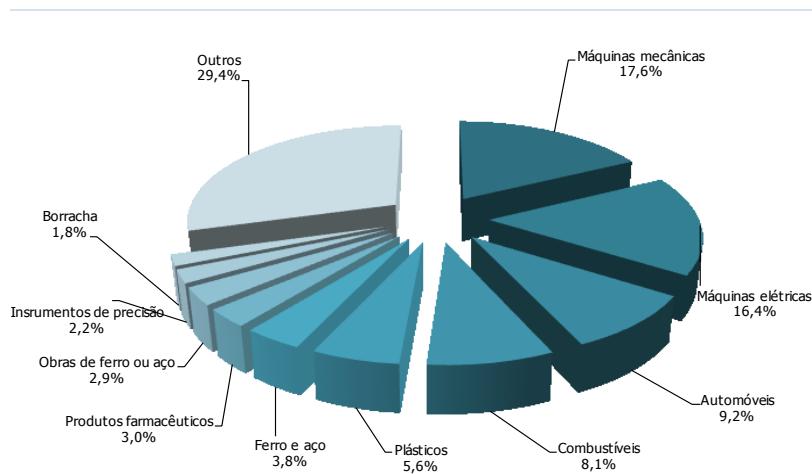


Composição das importações da República Tcheca
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2014	Part.% no total
Máquinas mecânicas	26,97	17,6%
Máquinas elétricas	25,16	16,4%
Automóveis	14,11	9,2%
Combustíveis	12,34	8,1%
Plásticos	8,60	5,6%
Ferro e aço	5,81	3,8%
Produtos farmacêuticos	4,52	3,0%
Obras de ferro ou aço	4,44	2,9%
Instrumentos de precisão	3,37	2,2%
Borracha	2,77	1,8%
Subtotal	108,11	70,6%
Outros	45,12	29,4%
Total	153,23	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

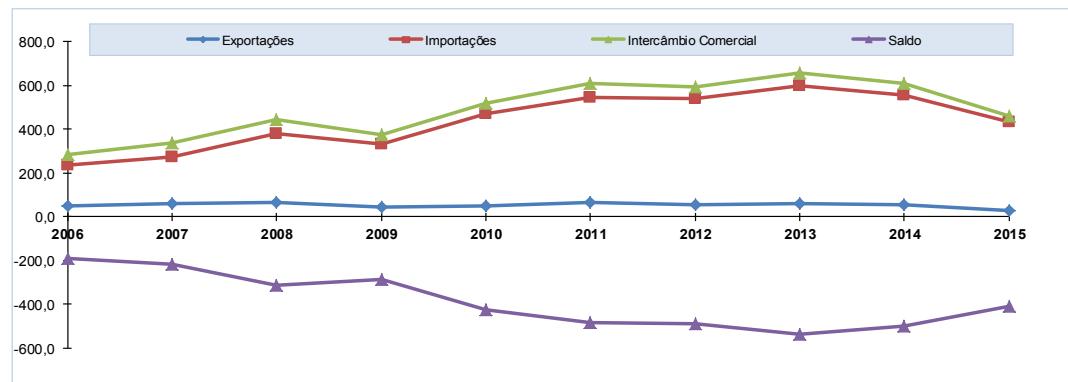
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - República Tcheca
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial				Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil		
2006	49,0	-14,7%	0,04%	237,5	10,0%	0,26%	286,5	4,8%	0,13%	-188,5	
2007	60,4	23,3%	0,04%	274,7	15,7%	0,23%	335,0	17,0%	0,12%	-214,3	
2008	67,3	11,4%	0,03%	378,4	37,8%	0,22%	445,7	33,0%	0,13%	-311,1	
2009	43,2	-35,8%	0,03%	330,7	-12,6%	0,26%	373,9	-16,1%	0,13%	-287,5	
2010	48,0	11,0%	0,02%	472,4	42,9%	0,26%	520,4	39,2%	0,14%	-424,5	
2011	63,4	32,1%	0,02%	547,8	16,0%	0,24%	611,2	17,4%	0,13%	-484,4	
2012	54,3	-14,3%	0,02%	542,0	-1,1%	0,24%	596,3	-2,4%	0,13%	-487,7	
2013	60,4	11,3%	0,02%	597,3	10,2%	0,25%	657,8	10,3%	0,14%	-536,9	
2014	55,7	-7,9%	0,02%	555,1	-7,1%	0,24%	610,7	-7,2%	0,13%	-499,4	
2015	26,1	-53,2%	0,01%	432,7	-22,0%	0,25%	458,8	-24,9%	0,13%	-406,6	
2016 (janeiro)	0,9	-67,2%	0,01%	28,8	-34,1%	0,28%	29,7	-35,9%	0,14%	-27,9	
Var. % 2006-2015	-46,8%	--	--	82,2%	--	--	60,2%	--	--	n.c.	

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Fevereiro de 2016.
 (n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*



Aviso nº 200 - C. Civil.

Em 25 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MÁRCIO FLORENCIO NUNES CAMBRAIA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Tcheca.

Atenciosamente,

EVA MARIA CELIA DAL CHIAVON
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, substituta

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

3



SENADOR SÉRGIO PETECÃO

PARECER N° , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 44, de 2016 (Mensagem nº 166/2016, na Casa de origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Gabonesa.*

Relator: Senador **SÉRGIO PETECÃO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores em razão de preceito regimental, o indicado nasceu em 15 de junho de 1949. Graduado em Direito pela Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro, ingressou na carreira diplomática em 1984 e defendeu tese no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco em 1999, intitulada “Acordos de Extradição: Construção, Atualidade e Projeção do Relacionamento Bilateral

Senado Federal, Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. 21, Brasília - DF - Tel (61) 3303-6706 - Fax (61) 3303-6714
sergiopetecao@senador.gov.br



SENADOR SÉRGIO PETECÃO

Brasileiro”. Tornou-se Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 2004, e Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial em 2009.

Entre as funções desempenhadas no exterior, destacam-se as de Conselheiro na Embaixada em Ottawa, entre 1997 e 2001 e na Haia, entre 2001 e 2003, Embaixador em Dar-Es-Salaam, entre 2005 e 2009, Embaixador em Bridgetown, entre 2009 e 2014, e Embaixador em Nicósia, desde 2014.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a República Gabonesa e cumpriu o disposto no parágrafo único do art. 1º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão, que determina ao Itamaraty que apresente a *relação dos tratados e acordos assinados com o respectivo Estado*. Ademais, o documento dá notícia sobre dados básicos sobre o país; suas políticas interna e externa; economia, comércio e investimentos; e relações bilaterais com o Brasil.

A República Gabonesa é uma democracia com sistema híbrido presidencialista e parlamentarista. O idioma oficial é o francês. Há, porém, várias línguas locais. Conta com população de 1,7 milhão de habitantes, havendo 30 brasileiros ali residindo.

Segundo o relatório do MRE, “a economia do Gabão recuperou-se rapidamente dos efeitos recessivos da crise financeira internacional de 2008. Nessas condições, após lograr crescimento de 6,3% em 2010, o Gabão reforçou sua perspectiva econômica e atingiu expansão de 7,1% no ano de 2011. Embora em ritmo levemente inferior, a economia continuou mostrando sinais de resistência no biênio seguinte, tendo em vista que registrou crescimento médio em torno de 5% ao ano; caindo, porém, para 4,3% em 2014. Embora em base mais modesta, a economia prosseguiu exibindo comportamento positivo em 2015, tendo em vista que registrou crescimento de 3,5% no ano em questão. Em termos nominais, o Produto Interno Bruto (PIB) do Gabão atingiu o patamar de US\$ 13,8 bilhões, e o PIB per capita somou US\$ 8.581. Ainda que positivos, os últimos indicadores mostram a situação de vulnerabilidade do Gabão frente à atual volatilidade das cotações internacionais de produtos da cadeia petrolífera. Esse quadro é agravado na medida em que a produção de petróleo, atualmente em torno de 240 mil barris diários, vem diminuindo”. Outras importantes fontes de riqueza são as madeiras e os minerais (manganês, minério de ferro).



SENADOR SÉRGIO PETECÃO

Brasil e Gabão estabeleceram relações diplomáticas no final da década de 1960. A Embaixada do Brasil em Libreville foi criada em 1974, dois anos após a visita do Chanceler Mário Gibson Barboza ao país (1972), em seu péríodo africano. A Embaixada do Gabão em Brasília, por sua vez, é a única repartição diplomática gabonesa na América Latina. Em seus anos iniciais, assinala o documento do Itamaraty, o relacionamento bilateral foi amplamente impulsionado pelas vendas de petróleo do Gabão ao Brasil, no contexto do choque do petróleo dos anos 1970. Esse ímpeto inicial foi, no entanto, bastante reduzido durante a crise da dívida nos anos 1980 e no período de estagnação da balança comercial brasileira nos anos 1990. No plano da cooperação técnica, foi instituída, em 1982, a Comissão Mista Brasil-Gabão, que se reuniu pela segunda e última vez em Libreville, em 1988. O ex-Presidente Omar Bongo visitou o Brasil três vezes: em 1975, em 1992 (por ocasião da Rio-92) e em 2002.

Na visita realizada em 2002, veio com a intenção principal de tratar sobre a jazida de minério de ferro de Belinga, o maior depósito ainda não explorado do mundo. O Presidente Lula realizou, em 2004, a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao Gabão. Após quase uma década de relações rarefeitas após a visita do Presidente Lula, os contatos bilaterais de alto nível foram reestabelecidos com o encontro mantido em maio de 2013 entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Ali Bongo Ondimba em Adis Abeba, durante as comemorações do Jubileu de Ouro da União Africana. Na ocasião, foi anunciada a aprovação, pelo Senado brasileiro, do acordo de liquidação antecipada da dívida soberana gabonesa com o Brasil (com deságio de aproximadamente 15% do valor total de US\$ 25,7 milhões), condição para a retomada das operações de crédito entre as duas nações.

No que se refere ao comércio bilateral, com base nos dados estatísticos fornecidos pelo MDIC, entre 2006 e 2015, o comércio bilateral entre o Brasil e o Gabão cresceu 35,3%, passando, portanto, de US\$ 27 milhões para US\$ 36,5 milhões. Em 2015, o intercâmbio registrou retração de 26,3% em comparação com 2014. Ao longo do período analisado, o saldo comercial sempre foi favorável ao Brasil, uma vez que as importações originárias desse mercado têm pouca expressividade no total.

Os principais produtos exportados pelo Brasil para o Gabão, em 2015, foram: carnes de frango, automóveis, carnes de bovino, carnes de suíno, corvinas. O MDIC informa, ainda, que 104 empresas brasileiras efetivaram exportações para o Gabão em 2015. Os principais produtos importados pelo



SENADOR SÉRGIO PETECÃO

Brasil, do Gabão, em 2015, foram: filtro para entrada de ar, automotivos, tubos plásticos, condutores elétricos. Apenas três empresas brasileiras registraram importações originárias do Gabão em 2015, segundo o MDIC.

Destacam-se, ademais, investimentos brasileiros no Gabão nas áreas de mineração, petróleo e construção civil. As relações bilaterais também são marcadas por acordos de cooperação para facilitação de investimentos, educação, proteção ao meio ambiente e defesa. Não há acordos bilaterais de cooperação jurídica vigentes entre Brasil e Gabão, o que não impede a tramitação de cartas rogatórias e de pedidos de cooperação jurídica em geral, com base em compromisso de reciprocidade ou com fundamento em acordos multilaterais de que ambos os países sejam parte.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

EMBAIXADA DO BRASIL EM LIBREVILLE
EMBAIXADOR BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO
RELATÓRIO SIMPLIFICADO DE GESTÃO
PERÍODO 2012-2016

INTRODUÇÃO

Brasil e Gabão estabeleceram relações diplomáticas no final da década de 1960. A Embaixada do Brasil em Libreville, a única de país latino-americano nesta capital, foi criada em 1974, dois anos após a visita do Chanceler Mário Gibson Barboza ao país (1972), em seu "périplo africano". A Embaixada do Gabão em Brasília, por sua vez, é a única repartição diplomática gabonesa na América Latina. Em seus anos iniciais, o relacionamento bilateral foi amplamente impulsionado pelas vendas de petróleo do Gabão ao Brasil, no contexto do choque do petróleo dos anos 1970 (o Banco do Brasil chegou a abrir agência em Libreville nessa década). Esse ímpeto inicial foi, no entanto, bastante reduzido durante a crise da dívida nos anos 1980 e no período de estagnação da balança comercial brasileira nos anos 1990. No plano da cooperação técnica, foi instituída, em 1982, a Comissão Mista Brasil-Gabão, que se reuniu pela segunda e última vez em Libreville, em 1988.

O ex-Presidente Omar Bongo visitou o Brasil três vezes: em 1975, em 1992 (por ocasião da Rio-92) e em 2002. Na última delas, veio com a intenção principal de tratar sobre a jazida de minério de ferro de Belinga, o maior depósito ainda não explorado do mundo. O Presidente Lula realizou, em 2004, a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao Gabão, mesmo ano em que a VALE S.A. iniciou operações no país por meio de uma filial, fazendo estudos em jazidas de manganês e em Belinga. Nos três anos de negociações que se sucederam, o Governo gabonês decidiu conceder integralmente a exploração da mina a uma companhia estatal de engenharia chinesa, que seria, a princípio, apenas sócia da VALE na construção da infraestrutura da mina. No contexto da perda do contrato, a VALE encerrou suas operações no Gabão em 2007.

Após quase uma década de relações rarefeitas (e especialmente

após a concessão de Belinga aos chineses), os contatos bilaterais de alto nível foram reestabelecidos com o encontro mantido mês de maio 2013 entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Ali Bongo Ondimba em Adis Abeba, durante as comemorações do Jubileu de Ouro da União Africana. Na ocasião, foi anunciada a aprovação, pelo Senado brasileiro, do acordo de liquidação antecipada da dívida soberana gabonesa com o Brasil (com deságio de aproximadamente 15% do valor total de USD 25,7 milhões), pré-condição para a retomada das operações de crédito entre as duas nações.

Com o acordo, o montante total de cerca de USD 24 milhões depositado pelo Gabão em favor do Brasil em conta do Banco do Brasil de Nova York desde 2007 (época da assinatura da Ata de Entendimento do Clube de Paris de 18/07/2007) ficou liberado para ser internalizado e o Estado gabonês autorizado a novamente receber financiamentos por meio do PROEX e outras linhas de crédito brasileiras. Desde então, sucessivas missões governamentais têm se dirigido ao Brasil com a intenção de adquirir equipamentos brasileiros. Da mesma maneira, interlocutores governamentais gaboneses têm aprofundado discussões com possíveis investidores brasileiros nas áreas de mineração e construção civil. O contrato de Belinga com os chineses, a seu turno, acabou suspenso em dezembro de 2011, em função de desavenças contratuais e atrasos graves na realização de estudos prévios. Atualmente, o Estado gabonês reavalia o modelo de exploração de Belinga e demonstrou renovado interesse em contar com a experiência de empresas brasileiras no projeto.

O novo ímpeto econômico da relação também tem dimensões políticas, confirmadas pelo apoio do Gabão à candidatura brasileira à Direção-Geral da OMC, à Direção-Geral da FAO e à candidatura de São Paulo à Expo 2020.

O Gabão deu, ademais, sinais de que "vê com bons olhos" a candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Efetivamente, em janeiro de 2016, fui recebido, juntamente com os meus homólogos japonês, alemão e francês, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Emmanuel Issoze Ngondet, em audiência a respeito do processo de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Na ocasião, o Chanceler gabonês afirmou que seu país deseja uma reforma profunda do CSNU para que este se torne mais

democrático e representativo do atual sistema internacional e que vê o Brasil como um candidato natural a ocupar um lugar permanente no Conselho. Segundo Issoze Ngondet, "o mundo mudou, não é o mesmo que o de 70 anos atrás. Daí a necessidade de que o Conselho seja ampliado por meio da incorporação de novos membros permanentes e não-permanentes. O Gabão e a África no seu todo consideram uma injustiça a composição atual do Conselho e desejam 2 postos permanentes e 2 ou 3 não-permanentes".

O Presidente Ali Bongo Ondimba visitou o Brasil em junho de 2012, por ocasião da Conferência Rio+20. Em 2014, por ocasião da Copa do Mundo, veio novamente ao país, oportunidade em que manteve breve encontro com a então Presidenta Dilma Rousseff. O Presidente gabonês já manifestou, em diversas ocasiões, interesse de realizar visita oficial ao Brasil.

Essa visita vem sendo discutida de maneira mais decidida desde o encontro entre o Vice-Presidente Michel Temer e o Chanceler Emmanuel Issozé Ngondet realizado no aeroporto de Libreville em julho de 2012 e preparada por diversos agentes da Presidência gabonesa, que têm mantido contatos com empresas brasileiras de diversos setores, algumas das quais visitadas pelo próprio Presidente Ali Bongo durante sua estadia no país em junho de 2012, à margem de sua participação na Conferência Rio+20, e durante a Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Ela poderia dar novo ímpeto às relações bilaterais, que conheceram um processo de relativa desaceleração na última década, sobretudo em função da perda de concorrência, por parte da Vale, do projeto de exploração da jazida de ferro de Belinga. No bojo dessa visita, eventualmente em concomitância com a realização de uma nova COMISTA, poderia ser discutida, entre outras, a questão da cooperação agrícola bilateral (cultivos da mandioca, cana-de-açúcar etc), atualmente em ponto morto.

COMÉRCIO BILATERAL

As trocas comerciais entre o Brasil e o Gabão mantiveram, em 2015, a tendência apresentada nos últimos dez anos, de uma corrente de comércio composta praticamente apenas de

exportações brasileiras. Estas chegaram, no último ano, a um total de cerca de USD 36,5 milhões, contra USD 49,5 milhões em 2014 e USD 47,7 milhões em 2013. As importações provenientes do Gabão totalizaram, por sua vez, pouco mais de USD 30 mil no mesmo período.

A queda das exportações brasileiras em 2015 foi consequência da crise econômica gabonesa que atingiu fortemente a demanda interna e o consumo de bens importados. Seguindo a tendência histórica, a pauta exportadora brasileira para o Gabão ficou concentrada principalmente em carnes e gêneros alimentícios, havendo ocorrido uma queda considerável nas vendas de carne bovina e de frangos congelados inteiros, não compensadas, desta vez, como ocorreu em 2014 e 2013, por vendas ocasionais de outros produtos que não constam tradicionalmente na pauta bilateral (exportações de ônibus pela empresa Marcopolo).

Se as exportações brasileiras para o Gabão não representaram mais que 0,01% do total das exportações nacionais em 2015, elas tiveram uma participação importante no total das importações gabonesas. O Brasil é tradicionalmente um dos principais fornecedores de produtos agrícolas para o Gabão, tendo se colocado, na pauta importadora total local, na 16^a posição em 2012, 16^a em 2013, 17^a em 2014 e 15^a em 2015.

Cabe ressaltar, ademais, que os números oficiais das exportações brasileiras são enganosos, pois muitos dos nossos produtos entram no Gabão via terceiros países, sobretudo a França (os principais supermercados do país são de capital francês, como Casino, Carrefour etc), não sendo, portanto, contabilizados como exportações brasileiras, mas como francesas.

Entre os principais desafios para uma expansão da presença da carne e dos demais produtos brasileiros no setor varejista gabonês, encontram-se (i) a carência de linhas de transporte marítimo regular entre o Brasil e a África Central, (ii) os custos aduaneiros e fiscais impostos pelo governo gabonês (que se projetam na predominância do setor informal), (iii) as dimensões reduzidas do mercado doméstico, (iv) a pouca conectividade terrestre com os países vizinhos (o que permitiria ganhos de escala às exportações brasileiras) e (v) a concorrência com produtores franceses (principalmente), dotados de vantagens logísticas, de escala e contratos de

exclusividade.

O mercado doméstico, apesar de relativamente pequeno (a população gabonesa é estimada em 1,6 milhão de pessoas), tem um bom potencial de consumo, mas o seu acesso por via direta é relativamente difícil para os exportadores brasileiros que tendem a ser nele ultrapassados por concorrentes globalmente menos competitivos, como os franceses, os sul-africanos e os cameruneses.

Em suma, ponderando-se os desafios e as oportunidades de expansão, percebe-se que há espaço para uma expansão da presença de produtos brasileiros no Gabão, sobretudo carne, mas igualmente para bens industriais e equipamentos em geral.

De fato, em abril de 2013, agentes da consultoria aérea gabonesa GALAS, munidos de carta de mandato do Ministro dos Transportes do Gabão, manifestaram à Embaixada em Libreville interesse na aquisição de aeronaves E190 e E195 da Embraer para a frota de uma futura companhia aérea nacional gabonesa, que está em fase de planejamento. Em maio desse mesmo ano, a empresa brasileira, por meio de seu escritório comercial na França, ofereceu ao Estado gabonês duas aeronaves com prazo de entrega garantido para o fim de 2013, além de financiamento integral da aquisição pelo Deutsche Bank. A proposta foi apresentada pela equipe da Embraer, com auxílio da Embaixada em Libreville, aos então Ministro dos Transportes, Magloire Ngambia, e Primeiro Ministro, Raymond Ndong Sima, bem como ao Chanceler Emmanuel Issozé Ngondet, ao Assessor Diplomático da Presidência da República, Jean-Yves Teale, e a um número de outros tomadores de decisão gaboneses. A empresa brasileira ofereceu igualmente ao Gabão a possibilidade de cooperação na criação de um centro de manutenção de aeronaves e de treinamento, no modelo de suas operações com a Kenya Airways na África Oriental. Até agora, porém, nenhuma decisão foi tomada em nível presidencial sobre a aquisição das aeronaves e a efetiva criação da companhia aérea.

Ainda no que diz respeito à aviação, fui procurado, em outubro de 2015, pelo Sr. Caetano Spuldaro Neto, Executivo da Área Internacional da Embraer Defesa e Segurança, o qual afirmou ter tido conhecimento que o Governo do Gabão desejava

adquirir uma aeronave de transporte tático militar usada de um país europeu. Como a Embraer agora possui em seu portfólio o KC-390, que é o mais novo e moderno avião de transporte tático militar do mercado, mostrou interesse em mostrá-lo para as autoridades gabonesas. Paralelamente, a Embraer deverá realizar evento de demonstração da aeronave A29 Super Tucano, em Libreville, entre 20 e 21 de junho de 2016.

Em janeiro de 2014, numa operação comercial que contou com o apoio direto da Embaixada, a Sogatra comprou 149 ônibus brasileiros, venda que atingiu o valor de aproximadamente US\$ 15 milhões. Todas as unidades (59 com mecânica Mercedes-Benz e os demais com mecânica Volkswagen) já encontram-se rodando em Libreville, onde têm contribuído sobremaneira para a melhora do transporte público local, até então inexistente e dependente de precários táxis privados, via de regra superlotados e de péssima manutenção técnica. Em função do enorme sucesso dos ônibus brasileiros, a Sogatra comprou, ainda em 2014, outras 60 unidades para servir especificamente a região da orla marítima da capital gabonesa. São ônibus mais luxuosos e equipados de ar condicionado para ligar o centro ao aeroporto, passando de avenida de "Bord de Mer" onde estão os principais hotéis da cidade. Existem negociações em curso, ademais, para a compra de outros 100 ônibus brasileiros tendo em vista que o Gabão sediará, em 2017, a próxima Copa Africana de Nações (CAN) de Futebol.

Considero que a venda dos ônibus brasileiros e o acordo entre a Marcopolo e a Sogatra para a manutenção dos veículos e a formação de obra local podem ser apontados como um exemplo concreto das boas relações bilaterais e da possibilidade de serem efetivados esquemas de cooperação Sul-Sul para ambos países. Outra forma de cooperação encontra-se em fase final de estudo: a eventual abertura, em Libreville, pela Marcopolo, de um depósito de peças e acessórios necessários para a manutenção desses ônibus no Gabão e de outros vendidos pela empresa brasileira aos demais países da região (recentemente a Marcopolo teria fechado contrato para a venda de 100 ônibus para a Guiné Equatorial e estaria negociando igualmente com os Governos dos Camarões e do Congo Brazzaville).

Além disso, em meio à crise da coleta de lixo que mobilizou a população e a imprensa local em 2012, a empresa responsável

pela coleta de lixo em Libreville (SOVOG) foi estatizada (em outubro de 2012), quando 70% de seu capital foi adquirido pelo Estado. A nova companhia, denominada CLEAN Africa, montou plano de investimentos de urgência e realizou, durante a primeira semana de agosto de 2013, missão de prospecção de negócios ao Brasil, na qual manteve encontros com fornecedores de veículos de coleta de lixo em Goiânia (Planalto Indústria Mecânica) e em Araucária/PR (DAMAEQ Indústria). Até agora nenhuma compra foi efetivada, mas as negociações continuam em aberto.

À luz, portanto, do bom potencial existente aqui para o incremento das exportações brasileiras solicitei, em janeiro de 2013, autorização para contratar um funcionário local a fim de melhorar o atendimento aos exportadores brasileiros. Nesse sentido, foi selecionada uma funcionária de nacionalidade gabonesa, com domínio fluente do idioma português, para dar início às atividades sistemáticas de promoção comercial. O objetivo foi instalar uma espécie de embrião de Setor Comercial (SECOM) na Embaixada, o qual teria, como foco inicial, o setor varejista formal, dominado por um número pequeno de grupos sediados em Libreville, mas também, no futuro, a aproximação entre organizações como as câmaras de comércio locais e suas contrapartes no Brasil.

Esses objetivos iniciais foram atingidos, mas caberia ir além. Nesse sentido, aconselho o novo Chefe do Posto a reforçar esse setor para torná-lo mais ágil e capaz de difundir melhor, no mercado local, informações sobre produtores brasileiros. Essa seria uma ótima via para transformar vendas pontuais em permanentes, criando novos nichos para a produção brasileira no Gabão.

INVESTIMENTOS BRASILEIROS

a)Vale do Rio Doce:

A exploração da jazida de Belinga, o maior depósito de ferro ainda não explorado do mundo, é considerada central na estratégia de diversificação econômica do Gabão. Descoberta em 1985, estima-se que a jazida detenha mais um bilhão de toneladas de minério de ferro. O projeto, incluindo sua parte de mineração, de infraestrutura energética e de

transportes, tinha custos estimados em cerca de US\$ 4 bilhões em 2006 e seria dividido entre a brasileira VALE e a chinesa CMEC (China Machinery and Engineering Corporation), que atuariam como um consórcio. Em 2007, no entanto, o Governo gabonês decidiu dar a concessão (de 25 anos) integralmente à companhia chinesa, apesar dos investimentos em prospecção já realizados pela VALE. O projeto, que compreende uma mina com produção estimada em 20 a 30 milhões de toneladas/ano, uma usina hidroelétrica, uma ferrovia e um porto em águas profundas, foi suspenso em dezembro de 2011 (porém não rescindido ou anulado), já na gestão de Ali Bongo Ondimba. Alegando falta de cumprimento das obrigações contratuais (inexistência de estudos básicos, como os geológicos e de viabilidade do projeto), o Governo gabonês conduziu a parte chinesa (que havia prometido início da produção antes de 2010) a uma renegociação contratual. Tal revisão, ainda em curso, prevê uma nova formatação do projeto, inclusive com a entrada de outros operadores do setor minerador, a fim de explorar minerais que não o ferro, também presentes na jazida. No momento atual, a consultoria do setor de mineração SRK Consulting encontra-se em plenos trabalhos de reavaliação do projeto com vistas à reabertura de concorrência internacional.

A conjuntura econômica internacional desfavorável e problemas internos da Vale parecem, contudo, ter afastado a empresa do projeto
Belinga.

b) Petrobrás:

A Petrobrás abriu escritório no Gabão em agosto de 2014, com objetivo de manter acompanhamento mais próximo das atividades nos blocos Mbeli Marin e Ntsina Marin, localizados na costa gabonesa e nos quais a PO&G-BV (joint venture controlada pelas empresas Petrobrás e Banco BTG Pactual S.A., com atuação no segmento de exploração e produção de petróleo no continente africano) detém 50% de participação - os demais 50% são detidos pela empresa anglo-sul-africana Ophir Energy -, assim como de facilitar sua interface junto às autoridades locais e a outras empresas do setor de petróleo instaladas no Gabão.

A falta de sucesso na prospecção de petróleo nos dois blocos acima mencionados e problemas internos da Petrobras a levaram

a fechar seu escritório em Libreville em dezembro de 2015.

c) Queiroz Galvão:

Desde o anúncio da possibilidade de retomada da cooperação econômica bilateral por meio de financiamentos oficiais brasileiros (maio de 2013), abriram-se oportunidades para projetos de empresas brasileiras no Gabão, sobretudo na área de construção civil. Na esteira dessa nova perspectiva, a Queiroz Galvão abriu escritório em Libreville com o objetivo de prospectar oportunidades de negócio no país, que estava, naquele momento, conhecendo uma conjuntura de forte crescimento econômico.

A reversão desse quadro a partir da queda dos preços do petróleo impediu, contudo, a empresa de concretizar qualquer projeto junto ao governo local, o que a levou a fechar seu escritório em dezembro de 2015.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

A cooperação educacional ocupa importante posição nas relações bilaterais e é baseada em três programas: PEC-G – Programa de Estudantes-Convênio de Graduação; PEC-PG – Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação e; PEPME – Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros, que existem desde 1983. Nos últimos quinze anos, o Brasil formou 130 alunos gaboneses nas suas universidades sob o PEC-G e forneceu bolsas para 60 gaboneses participarem do PEPME.

O Governo local tem louvado essa cooperação, cabendo enfatizar que a grande maioria dos gaboneses formados no Brasil desempenha funções de relevância na esfera pública e privada, abrindo importantes canais de contato que facilitam a promoção dos nossos interesses no Gabão.

Outro ponto importante a ser destacado diz respeito à malograda experiência de abertura de um leitorado de português junto à Universidade Omar Bongo de Libreville. Em 2006, o Governo gabonês havia solicitado a sua abertura à luz do crescente interesse pelo aprendizado do português por estudantes gaboneses, como também por alunos originários da relativamente importante comunidade lusófona (sobretudo de

São Tomé e Príncipe e Angola) vivendo no país. A demanda gabonesa foi examinada e aceita pelas autoridades brasileiras e o leitorado foi aberto em 2010, com a vinda da Professora Tânia Dias Jordão, da UFMG. As atividades da professora no Departamento de Estudos Ibéricos e Latino-Americanos da referida universidade envolviam a docência de disciplinas de língua portuguesa, literatura e cultura brasileiras. Era (e continua sendo) grande o interesse local pela língua portuguesa decorrente da especial atenção que o Brasil desperta no continente africano. Existe, ademais, no Gabão, disposição de construir vínculos culturais externos ao mundo francófono e de estreitar laços com os países emergentes.

A experiência, apesar de feliz na sua concepção, somente funcionou durante dois anos e não teve condições de ser renovada em virtude de problemas internos gaboneses derivados dos movimentos de greve que paralisaram a Universidade Omar Bongo durante praticamente todo o ano de 2011 e parte de 2012. Outros pontos negativos que pesaram na decisão de fechar o leitorado foram a dificuldade de interlocução da professora com a direção de seu departamento, com a reitoria e com a administração da universidade. Além desses obstáculos, os constantes atrasos no pagamento dos salários da Sra Jordão por parte da Universidade gabonesa a obrigavam a sérios constrangimentos de ordem material, em virtude do alto custo de vida em Libreville (a terceira capital mais cara da África e a décima-segunda do mundo).

SUGESTÕES PARA O NOVO CHEFE DE MISSÃO

a) Plano macro:

Numa perspectiva mais macro, a prioridade absoluta para o novo Chefe de Missão deve ser a de trabalhar em perfeita sintonia com a Chancelaria local para que se concretiza a realização, em Brasília, de uma Comissão Mista bilateral. O Governo gabonês tem reiteradas vezes qualificado a COMISTA como um instrumento fundamental para adensar a interlocução bilateral tanto a nível técnico quanto político. Além disso, ela teria o papel de preparar o encontro presidencial que vem sendo discutido desde meados de 2012, quando da passagem do então Senhor Vice-Presidente da República, Michel Temer, por

Libreville.

Na visão gabonesa, a qual endosso plenamente, o evento poderia igualmente ser acompanhado da realização de uma reunião do Mecanismo de Consultas Políticas (estabelecido por meio de acordo assinado em 2004 e cuja última reunião foi realizada em Libreville, em maio de 2010). Um encontro de consultas políticas poderia ser altamente proveitoso para uma melhor compreensão, pela Parte gabonesa, das reais possibilidades do Brasil, até para se evitar uma tramitação "inútil" de pedidos. A oportunidade serviria, ainda, para que as autoridades gabonesas pudessem explicar as suas estratégias de industrialização e de resgate do setor agrícola, bem como as suas expectativas em relação ao Brasil. A ocasião seria propícia também para a realização, à margem da Comissão Mista, de visitas técnicas dos diferentes órgãos da Administração Pública gabonesa aos seus congêneres brasileiros, a fim de avaliar as possibilidades futuras de cooperação técnica.

Em suma, a COMISTA poderia ser o "locus" ideal para a discussão e definição de uma política de médio e longo prazos para a relação bilateral.

Hoje, apesar de serem grandes as expectativas gabonesas em relação ao Brasil no que tange a investimentos e cooperação técnica, as autoridades locais queixam-se de que não têm "clareza" sobre os reais interesses, possibilidades e limites da parte brasileira.

O fato é que as nossas "oscilações" e "inconstâncias" causam um elevado grau de "desconcerto" nos nossos interlocutores locais. Como exemplos concretos desse "desapontamento" local quanto ao estado atual das relações bilaterais podem ser citadas as negativas brasileiras aos pedidos gaboneses de cooperação no setor agrícola (denegações é bem verdade justificadas pelas restrições orçamentárias que afetaram, nos últimos anos, a Administração Pública brasileira, assim como pelas deficiências formais e conceituais na formulação das propostas gabonesas).

Outra "frustração" diz respeito aos sucessivos problemas de

agenda que impediram, até agora, a realização de uma visita oficial do Chanceler Emmanuel Issozé Ngondet ao Brasil, como solicitado pela Parte gabonesa. Esse seria o primeiro passo para a almejada visita oficial do Presidente gabonês ao Brasil, fundamental para a redinamização das relações bilaterais.

Nessa Reunião da Comissão Mista bilateral (solicitada originalmente pela Parte gabonesa no primeiro trimestre de 2014) poderiam ser tratados os seguintes projetos de acordos de cooperação que encontram-se atualmente em estado de inação:

1) Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimento:

Em julho de 2013 foi mencionada pelas duas Partes (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil - MDIC e Ministério da Indústria e das Minas do Gabão) a possibilidade de adoção bilateral do novo modelo de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimento (ACFI) aprovado pela Câmara de Comércio Exterior (CAMEX). O acordo proveria incentivo à entrada de empresas brasileiras no Gabão, estímulo adicional àquele oferecido pela reestruturação da dívida gabonesa, que abriu a possibilidade de se considerar a cooperação por meio de financiamentos oficiais brasileiros. Na ocasião, a Parte gabonesa reagiu positivamente à sugestão brasileira de negociação do ACFI. Paralelamente, poderia ser negociado um acordo de proteção de investimentos.

2) Formação de Diplomatas pelo IRBr:

Antigo pleito do Ministério dos Negócios Estrangeiros gabonês, cujos quadros contam com bom número de diplomatas formados no Brasil principalmente nos anos 1980, um projeto de Memorando de Entendimento foi proposto pela Parte brasileira em 13 março de 2013, após visita de delegação da Chancelaria gabonesa ao Instituto Rio Branco. A parte gabonesa ofereceu contraproposta com revisões ao texto em 30 de abril de 2013, a qual ainda se encontra em análise pela Parte brasileira. Espera-se que, com a assinatura de um Memorando de Entendimento, a Parte gabonesa possa voltar a apresentar, no futuro próximo, candidaturas aos Cursos de Formação de Diplomatas do Instituto Rio Branco.

3) Pequenas e Médias Empresas e Indústrias:

Durante as gestões relativas à candidatura brasileira à Direção-Geral da OMC junto ao Ministério do Comércio gabonês responsável também pela promoção das pequenas e médias empresas e indústrias - PMEs, (eleição ocorrida em maio de 2013), foi ventilada a possibilidade de uma reformulação e retomada do Protocolo de Cooperação para a Promoção de Pequenas e Médias Empresas e Pequenas e Médias Indústrias assinado em 2002, quando da visita do Presidente Omar Bongo ao Brasil. Foi manifestado, ademais, por Libreville, interesse pelas atividades do SEBRAE.

No dia 5 de agosto de 2013, a Chancelaria gabonesa encaminhou dois projetos de acordo, o primeiro sobre uma possível parceria entre a PROMOGABON ("Agence de Promotion de la Petite et Moyenne Entreprise") e o SEBRAE brasileiro e o segundo um "Protocole de Coopération en Matière de Promotion des Petites et Moyennes Entreprises, de l'Artisanat et de l'Economie Sociale" que serviria para reativar e ampliar em sua abrangência o Protocolo de 2002.

Ambos os textos encontram-se ainda em análise pela Parte brasileira.

Apesar de não ter ocorrido novo desdobramento quanto a esses eventuais acordos, o Embaixador do Gabão no Brasil, Jacques Michel Moudoute-Bell, tem afirmado que há muito interesse do Gabão na assinatura desses instrumentos e que seria útil organizar uma troca de visitas entre ministros que se ocupam desses temas.

4) Meio ambiente: Sensoriamento Remoto de Florestas Tropicais, Parques nacionais e tartarugas marinhas

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), no âmbito de seu projeto "CBERS para a África", que propicia a distribuição gratuita de imagens dos Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres (CBERS) a países africanos, firmou dois acordos tripartites no Gabão com a Agência Gabonesa de Estudos e Observações Espaciais (AGEOS), um deles com a participação do Instituto de Pesquisa para o

Desenvolvimento (IRD) da França e outro com a participação do Centro Chinês para Dados e Aplicações de Satélites de Recursos Terrestres (CRESDA). O acordo Brasil-Gabão-França foi firmado em 1º de julho de 2010 e o Brasil-Gabão-China em 08 de novembro de 2011.

Desde outubro de 2009, a "Agence Nationale des Parcs Nationaux" (ANPN) e o Grupo de Entidades pela Proteção das Tartarugas Marinhas no Gabão ("Partenariat pour les Tortues Marines du Gabon") vêm solicitando apoio brasileiro a suas atividades. Em 2010, foram realizadas missões de prospecção de projetos no Gabão e no Brasil, com a participação do Projeto TAMAR e da ABC, que resultaram na sugestão de organização de curso de observadores de bordo marítimos pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Em função de restrições orçamentárias de ambas as partes, desencontros de datas e rearticulação de equipes, as missões não tiveram êxito em organizar um projeto de cooperação.

Em agosto de 2013, entretanto, o Secretário Executivo da ANPN, Lee White, voltou a manifestar interesse pela cooperação com autoridades ambientais brasileiras nos domínios da (i) gestão de parques nacionais, (ii) gestão ambiental de projetos de exploração mineradora de grande escala, (iii) diretrivas e normas para a exploração petrolífera onshore e offshore, (iv) conservação de mamíferos marinhos e tartarugas, (v) troca de experiência na luta contra a caça ilegal e formação de guarda florestal, (vi) ecoturismo em zonas de florestas úmidas e tropicais e (vii) monitoramento do deflorestamento e atividades econômicas em parques e zonas protegidas. Por carta, o Secretário Executivo da ANPN prontificou-se a se deslocar ao Brasil para uma visita de trabalho. Desde então, não houve desdobramentos sobre projetos ambientais, apesar do interesse e do protagonismo internacional do Gabão sobre o tema.

Todas essas tratativas, interrompidas nos últimos anos, deveriam ser retomadas.

5) Agricultura

A agricultura foi içada, nos últimos anos, ao nível de prioridade de primeira ordem no Gabão, com vistas a diminuir

a dependência alimentar do país ao exterior, de onde provém cerca de 85% dos alimentos consumidos. Para tanto, o Governo gabonês, em linha com programa da União Africana (Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura na África), indicou que pretende aumentar de cerca de 1 para 10% de seu orçamento o valor dos investimentos no setor entre 2014 e 2020.

O Ministro da Agricultura do Gabão, com quem mantive audiência em fevereiro de 2013, manifestou alta expectativa em relação à cooperação brasileira, tendo considerado o Brasil como "o maior exemplo de êxito agrícola em regiões tropicais e equatoriais do mundo"). O seu passo seguinte foi apresentar-me, no mês de abril, projeto de acordo geral sobre o tema, o qual foi imediatamente enviada para as autoridades competentes brasileiras para análise. Esse projeto de acordo de cooperação no campo agrícola foi julgado, entretanto, inviável naquele momento em função das restrições orçamentárias vividas pela Agência Brasileira de Cooperação-ABC.

A esse respeito, recordo que, em abril de 2011, missão brasileira que viria ao Gabão para organizar projeto relativo à cooperação técnica no domínio da cultura da mandioca teve de ser cancelada em função do contingenciamento realizado pelo Ministério do Planejamento no orçamento da ABC. O projeto vinha sendo examinado desde manifestação de interesse da parte gabonesa em 2002, tendo sido assinado, por ocasião da visita do Presidente Lula à Libreville, em 28/07/2004, um "Memorando de Entendimento sobre a Cooperação Técnica no Domínio da Cultura da Mandioca".

A cooperação bilateral sobre a cultura da mandioca teve, contudo, vida curta, sendo rapidamente interrompida em virtude de o Gabão ter deixado de disponibilizar os recursos correspondentes à sua contrapartida no projeto. À luz do incumprimento gabonês, a EMBRAPA acabou por considerar, em 2009, perempta a proposta de 2004.

Por carta de 1º de abril de 2011, o então Ministro da Indústria gabonês, Magloire Ngambia, manifestou interesse em retomar os entendimentos sobre o projeto, mas as discussões foram encerradas de modo abrupto pelo contingenciamento de recursos da ABC e pela descoordenação de datas para

realização de missões técnicas entre as duas partes.

Em 17 de outubro de 2013, o Ministério dos Negócios Estrangeiros gabonês voltou a solicitar a avaliação brasileira sobre proposta de assinatura de três cartas de intenção na área agrícola (relativas aos domínios da segurança alimentar, cultura do café e do cacau e da mandioca). Em 11 de novembro de 2013, a Parte brasileira respondeu à demanda gabonesa, informando a prescindibilidade jurídica das cartas de intenção e a impossibilidade de negociação de novos projetos em virtude do pouco espaço existente no orçamento do ano de 2014.

Em suma, apesar do entusiasmo gabonês quanto à experiência brasileira no desenvolvimento da agricultura, não há até agora desdobramentos concretos sobre o assunto. Diante, portanto, dessa alta expectativa local quanto a formas de cooperação com o Brasil, seria oportuna uma oferta, pela parte brasileira, de receber visita de grupo técnico gabonês para tratar das possibilidades de cooperação nas áreas indicadas por Libreville.

6) Conselhos Econômicos e Sociais

Em dezembro de 2012, o Conselho Econômico e Social gabonês informou ter a intenção de promover cooperação mais estreita com sua instituição homóloga brasileira, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (COES), órgão de assessoramento imediato da Presidência da República. Em março de 2013, um projeto de protocolo de acordo entre ambas as instituições foi submetido à análise da parte brasileira. Evocava, entre seus objetivos, a cooperação técnica entre as duas instituições e o favorecimento da tomada de posição comum nas organizações internacionais nas quais ambos os Conselhos atuam, principalmente a AICESIS (Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares).

O texto proposto pela parte gabonesa ainda não teve resposta da parte brasileira.

7) Defesa

A cooperação com o Gabão na área de defesa já foi importante no passado (anos 70), mas hoje é bastante incipiente. Em janeiro de 2013, o Chefe do Estado-Maior Particular do Presidente do Gabão, Chefe da Casa Militar, Vice-Almirante Hervé Nambo Ndouany, reuniu-se, em Brasília, com o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General-de-Exército José Elito Carvalho Siqueira. Na ocasião, manifestou o interesse gabonês de contar com a cooperação do Brasil nas áreas de formação de unidades de forças especiais e inteligência. Também foi mencionado o estabelecimento de modalidades de cooperação institucional com o antigo Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Todas essas manifestações de interesse não culminaram, porém, em ações posteriores.

No âmbito da indústria nacional de defesa, o Governo gabonês tem mostrado interesse na aquisição de aeronave de transporte militar KC-390, assim como de outras aeronaves fabricadas pela Embraer, como o Super Tucano, mas não se concretizaram vendas até o momento. O Gabão tem em princípio interesse nessa aeronave devido ao crescimento da instabilidade política na África Central e ao desejo de conseguir maior autonomia das suas Forças Armadas em relação às forças militares francesas estacionadas no país e na região.

8) Consultas Políticas

Em 2004, durante a visita do ex-Presidente Lula ao Gabão, foi assinado um Acordo de Cooperação para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas. Em 2010 e 2011, os dois países mantiveram mandato simultâneo no Conselho de Segurança das Nações Unidas, ocasião em que uma reunião de consultas políticas foi realizada em Libreville (dia 19 de maio de 2010). Entre os temas da agenda, a situação de paz e segurança na região centro-africana e na África Ocidental (sobretudo Nigéria e República Democrática do Congo), a situação interna em ambos os países, o incremento da cooperação educacional, agropecuária, ambiental e do comércio bilateral.

O Gabão, como expressei à SERE em várias ocasiões ao longo desses mais de quatro anos à frente da Embaixada em

Libreville, tem a expectativa de contar com o Brasil como um de seus principais parceiros para o desenvolvimento, sendo a cooperação bilateral uma das dimensões relevantes dessa expectativa. O Brasil é visto como um modelo a ser seguido e como um parceiro de primeira grandeza na busca gabonesa de diversificação de parcerias no campo externo.

b) Plano micro:

Numa abordagem micro, o novo Embaixador deverá obrigatoriamente lutar para reforçar o quadro de funcionários do Posto, atualmente muito desfalcado, o que penaliza sobremaneira o bom desenvolvimento dos nossos trabalhos.

Desde março de 2014, encontro-me só, sem um segundo (ou terceiro) diplomata, e nem sequer conto com a ajuda de um Oficial de Chancelaria. Trabalhar sozinho, sem a ajuda de outro diplomata, e de um corpo de funcionários capaz, ágil e motivado, é muito difícil e contraprodutivo para os interesses brasileiros. Essa situação, num país onde a atividade protocolar de um Embaixador é muito intensa, prejudica o fluxo, a quantidade e até mesmo a qualidade das informações enviadas pelo Posto para a Secretaria de Estado. Retarda igualmente o tempo de resposta às solicitações vindas de Brasília.

Sofremos, desse modo, inúmeros problemas derivados, por exemplo, do acúmulo de trabalhos de tradução de todo tipo, como os pedidos de apoio do Governo gabonês às candidaturas de brasileiros a cargos em organizações internacionais; as respostas a solicitações de empresas brasileiras interessadas em exportar para o Gabão; e os serviços de contabilidade do Posto.

Esse último ponto é de extrema fragilidade, pois conto hoje com uma única pessoa na contabilidade e peço diariamente a ajuda de Deus para que não aconteça nada de grave e anormal nesse setor. Quando o responsável pela contabilidade sai de férias, ou fica doente, o Posto passa a viver clima de apreensão.

A questão, porém, não diz respeito apenas à quantidade de funcionários, mas sobretudo à sua qualidade. É fundamental

poder contar com funcionários capazes, trabalhadores e motivados, o que, infelizmente, não é a regra em países sabidamente "difíceis" e "complicados" como o Gabão.

Desse modo, aconselho ao novo Embaixador reforçar, tanto de modo quantitativo como qualitativo, a sua futura equipe.

Segundo um provérbio chinês, "A pobreza sufoca a ambição". Nessa linha de raciocínio, aventuro igualmente afirmar que "A pobreza de meios pauperiza a nossa política africana", criando um abismo entre o voluntarioso discurso retórico que afirma ser a África uma "prioridade absoluta da diplomacia brasileira" e a triste realidade material vivida atualmente pelo Itamaraty. Tal descompasso entre meios e fins, além de nos afastar da "justa medida" em termos de política externa africana, acabará, caso não revertida, nos condenando à insignificância nesta parte do mundo tão próxima do Brasil e dos
brasileiros.

Libreville, em 13/06/2016



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 44 de 2016

(Nº 166/2016, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Gabonesa.

Os méritos do Senhor Appio Claudio Muniz Acquarone Filho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de abril de 2016.

DILMA ROUSSEFF

Presidente da República Federativa do Brasil

EM nº 00098/2016 MRE

Brasília, 15 de Abril de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Gabonesa.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Lecker Vieira

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO**

CPF.: 267.320.507-10

ID.: 7606 MRE

1949 Filho de Appio Cláudio Muniz Acquarone e Neyde Moraes Acquarone, nasce em 15 de junho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

- 1974 Direito pela Universidade Cândido Mendes/RJ
 1984 CAD - IRBR
 1999 CAE - IRBR, Acordos de Extradicação: Construção, Atualidade e Projeção do Relacionamento Bilateral Brasileiro

Cargos:

- 1978 Terceiro-Secretário
 1980 Segundo-Secretário
 1988 Primeiro-Secretário, por merecimento
 1995 Conselheiro, por merecimento
 2004 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
 2009 Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial

Funções:

- 1979-80 Divisão de Europa II, assistente
 1980-81 Embaixada em Berlim, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
 1982-85 Embaixada no Cairo, Segundo-Secretário
 1985-87 Embaixada em La Paz, Segundo-Secretário
 1987 Divisão da Organização dos Estados Americanos, assistente
 1987-90 Departamento Consular e Jurídico, assessor
 1990 Divisão Jurídica, Chefe
 1991-94 Consulado-Geral em Buenos Aires, Cônsul-Adjunto
 1994-97 Departamento Consular e Jurídico, assessor
 1997-2001 Embaixada em Ottawa, Conselheiro
 1999-2000 XXVI e XXVII Reunião do Comitê de Rotulagem de Alimentos do Codex Alimentarius da FAO, Ottawa, Chefe de Delegação
 2001-03 Embaixada na Haia, Conselheiro
 2003-05 Coordenação-Geral de Privilégios e Imunidades, Coordenador-Geral
 2005-09 Embaixada em Dar-Es-Salaam, Embaixador
 2009-14 Embaixada em Bridgetown, Embaixador
 2014- Embaixada em Nicósia, Embaixador

Condecorações:

- 1985 Ordem da República, Egito, Oficial
1987 Ordem do Condor de los Andes, Bolívia, Oficial

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento d Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Subsecretaria-Geral Política III

Departamento da África

Divisão da África I

GABÃO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Fevereiro de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE O GABÃO

NOME OFICIAL:	República Gabonesa
CAPITAL:	Libreville
ÁREA:	267.677 km ²
POPULAÇÃO (2013):	1,7 milhão
IDIOMA OFICIAL:	Francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristianismo (73%); Islamismo (12%); crenças locais (10%); sem crenças (5%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral: Assembleia Nacional (120 membros) e Senado (102 membros)
CHEFE DE ESTADO:	Ali Bongo Ondimba (outubro de 2009)
CHEFE DE GOVERNO:	Daniel Ona Ondo (janeiro de 2014)
CHANCELER:	Emmanuel Issozé Ngondet (fevereiro de 2012)
PIB NOMINAL (est. 2015):	US\$ 13,8 bilhões
PIB PPP (est. 2014):	US\$ 34,4 bilhões
PIB PER CAPITA (2014):	US\$ 8.581
PIB PPP PER CAPITA (2014):	US\$ 21.394
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	3,5% (est. 2015); 4,3% (2014); 5,6% (2013)
IDH (2015)	0,684 (110º entre 187 países avaliados)
EXPECTATIVA DE VIDA:	64,4 anos
ALFABETIZAÇÃO	82,3%
DESEMPREGO (2014):	20,4%
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco CFA da África Central (XAF)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Jacques Michel Moudoute-Bell
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	30

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX

Informação elaborada em 18 de fevereiro de 2016 por Helges Samuel Bandeira. Revisada por Artur Saraiva de Oliveira.

Brasil – Gabão	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Intercâmbio	38.629	29.663	39.188	38.261	47.653	49.507	36.482
Exportações	38.608	29.662	39.179	38.135	47.638	49.503	36.479
Importações	21	2	9	126	16	4	3
Saldo	38.586	29.660	39.170	38.009	47.622	49.500	36.476

PERFIS BIOGRÁFICOS

Ali Bongo Ondimba **Presidente da República**



Nascido em 9 de fevereiro de 1959, é filho do Presidente Omar Bongo Ondimba, que governou o Gabão de 1967 até seu falecimento, em 2009. Formou-se em Direito pela Universidade de Paris. É casado e tem quatro filhos.

Entrou na vida política em 1981, quando se filiou ao Partido Democrático Gabonês (PDG). Seu primeiro cargo público foi o de Alto Representante Pessoal do Presidente da República (1987-1989), posteriormente, foi também Ministro dos Negócios Estrangeiros (1989-1991), Deputado da Assembleia Nacional (1991-1999) e Ministro da Defesa (1999-2009).

Após o falecimento de Omar Bongo, no dia 08 de junho de 2009, a Presidência passou a ser exercida, interinamente, pela Presidente do Senado, Rose Francine Rogombé, de acordo com normas constitucionais. Escolhido como candidato à sucessão pelo PDG, foi eleito Presidente nas eleições de agosto de 2009, com 41,7% dos votos – resultado rejeitado pela oposição –, e assumiu o cargo em 16 de outubro do mesmo ano.

O Presidente Ali Bongo Ondimba visitou o Brasil em junho de 2012, por ocasião da Conferência Rio+20. Em 2014, por ocasião da Copa do Mundo, veio novamente ao país, oportunidade em que manteve breve encontro com a Presidenta Dilma Rousseff.

Daniel Ona Ondo
Primeiro-Ministro



Nasceu em 10 de julho de 1945, em Oyem, no norte do Gabão. Estudou no Lycée Leon Mba, em Libreville, e na Universidade da Picardia, na França. É Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade de Paris I (Panthéon-Sorbonne). Foi professor adjunto das faculdades de Direito e de Ciências Econômicas antes de se tornar reitor na Universidade Omar Bongo, em Libreville. Começou sua carreira política em 1990, como conselheiro técnico do Ministro do Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Gabão.

Tornou-se Conselheiro do Presidente da República e foi eleito para a Assembleia Nacional em dezembro de 1996. Até 2005, cumpriu diversos cargos políticos no país: Ministro da Cultura e das Artes; do Esporte, do Lazer e da Juventude; das Telecomunicações; e da Educação Nacional. Em 2006, tornou-se Vice-Presidente da Assembleia Nacional, cargo para o qual foi reeleito em fevereiro de 2012. Foi apontado como Primeiro Ministro pelo Presidente Ali Bongo em 24 de janeiro de 2014. Ona Ondo é membro do Partido Democrático do Gabão (PDG), é casado e pai de sete filhos.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Gabão estabeleceram relações diplomáticas no final da década de 1960. A Embaixada do Brasil em Libreville foi criada em 1974, dois anos após a visita do Chanceler Mário Gibson Barboza ao país (1972), em seu périplo africano. A Embaixada do Gabão em Brasília, por sua vez, é a única repartição diplomática gabonesa na América Latina. Em seus anos iniciais, o relacionamento bilateral foi amplamente impulsionado pelas vendas de petróleo do Gabão ao Brasil, no contexto do choque do petróleo dos anos 1970. Esse ímpeto inicial foi, no entanto, bastante reduzido durante a crise da dívida nos anos 1980 e no período de estagnação da balança comercial brasileira nos anos 1990. No plano da cooperação técnica, foi instituída, em 1982, a Comissão Mista Brasil-Gabão, que se reuniu pela segunda e última vez em Libreville, em 1988.

O ex-Presidente Omar Bongo visitou o Brasil três vezes: em 1975, em 1992 (por ocasião da Rio-92) e em 2002. Na visita realizada em 2002, veio com a intenção principal de tratar sobre a jazida de minério de ferro de Belinga, o maior depósito ainda não explorado do mundo. O Presidente Lula realizou, em 2004, a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao Gabão.

Após quase uma década de relações rarefeitas após a visita do Presidente Lula, os contatos bilaterais de alto nível foram reestabelecidos com o encontro mantido em maio de 2013 entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Ali Bongo Ondimba em Adis Abeba, durante as comemorações do Jubileu de Ouro da União Africana. Na ocasião, foi anunciada a aprovação, pelo Senado brasileiro, do acordo de liquidação antecipada da dívida soberana gabonesa com o Brasil (com deságio de aproximadamente 15% do valor total de US\$ 25,7 milhões), condição para a retomada das operações de crédito entre as duas nações.

O novo ímpeto econômico da relação também tem dimensões políticas, confirmadas pelo apoio do Gabão à candidatura brasileira à Direção-Geral da OMC e à candidatura de São Paulo à Expo 2020.

Comércio bilateral

Com base nos dados estatísticos fornecidos pelo MDIC, entre 2006 e 2015, o comércio bilateral entre o Brasil e o Gabão cresceu 35,3%, passando, portanto, de US\$ 27 milhões para US\$ 36,5 milhões. Em 2015, o intercâmbio registrou retração de 26,3% em comparação com 2014. Ao longo do período analisado, o saldo comercial sempre foi favorável ao Brasil, uma vez que as importações originárias desse mercado têm pouca expressividade no total. Nos últimos três anos, os superávits em favor do lado brasileiro foram de US\$ 47,6 milhões (2013), US\$ 49,5 milhões (2014) e US\$ 36,5 milhões (2015).

As exportações brasileiras para o Gabão cresceram 35,3% entre 2006 e 2015, passando de US\$ 27,0 milhões, para US\$ 36,5 milhões. Em 2015, as

vendas diminuíram 26,3% em comparação ao ano anterior. Essa retração foi motivada principalmente pela diminuição nos embarques de carnes de frango (-38,5%). Os principais produtos exportados pelo Brasil para o Gabão, em 2015, foram: *i)* carnes de frango (US\$ 8,8 milhões; equivalentes a 24,2% do total); *ii)* automóveis (US\$ 7,3 milhões; 20,1%); *iii)* carnes de bovino (US\$ 5,1 milhões; 14,1%); *iv)* carnes de suíno (US\$ 2,9 milhões; 8,1%); *v)* corvinas (valor de US\$ 1,7 milhão; 4,6% do total). Os registros do MDIC mostram que os produtos básicos representaram 60% do total exportado em 2015, contra participação de 40% para os produtos manufaturados. O MDIC informa, ainda, que 104 empresas brasileiras efetivaram exportações para o Gabão em 2015.

Ainda segundo os dados do MDIC, nos últimos dez anos as modestas importações brasileiras originárias do Gabão cresceram 56,5% tendo aumentado, portanto, de US\$ 2 mil em 2006, para US\$ 3 mil em 2015. As aquisições originárias daquele país em 2015 não sofreram alterações em relação ao ano anterior. Os principais produtos adquiridos pelo Brasil, do Gabão, em 2015, foram: *i)* filtro para entrada de ar, automotivos (valor de US\$ 2,3 mil; equivalentes a 75,6% do total); *ii)* tubos plásticos (US\$ 600; 21,4%); *iii)* condutores elétricos (US\$ 85; equivalentes a 2,8% do total). Apenas três empresas brasileiras registraram importações originárias do Gabão em 2015, segundo o MDIC.

No campo da identificação de prováveis nichos de mercado, os produtos brasileiros com maior potencial de inserção no mercado local em 2014, em princípio, foram os seguintes: *i)* partes de máquinas de sondagem ou de perfuração de solos; *ii)* medicamentos; *iii)* carnes de frango; *iv)* barcos-faróis e outras embarcações; *v)* construções de ferro e aço; *vi)* aparelhos para filtrar e depurar líquidos; *vii)* torneiras e dispositivos para canalizações; *viii)*; tubos de revestimentos de poços de petróleo e gás; *ix)* arroz; *x)* veículos para transporte de mercadorias.

Investimentos

- Mineração

A exploração da jazida de Belinga, o maior depósito de ferro ainda não explorado do mundo, é considerada central na estratégia de diversificação econômica do Gabão. Descoberta em 1985, estima-se que a jazida detenha mais um bilhão de toneladas de minério de ferro - Carajás, com 3 bilhões de toneladas em sua configuração presente, é o maior depósito atualmente explorado no mundo. O projeto, incluindo sua parte de mineração, de infraestrutura energética e de transportes, tinha custos estimados em cerca de 4 bilhões de dólares em 2006 e seria dividido entre a brasileira VALE e a chinesa CMEC (*China Machinery and Engineering Corporation*), que atuariam como um consórcio. Em 2007, no entanto, o Governo gabonês decidiu dar a concessão (de 25 anos)

integralmente à companhia chinesa, apesar dos investimentos em prospecção já realizados pela VALE. O projeto, que compreende uma mina com produção estimada em 20 a 30 milhões de toneladas/ano, uma usina hidroelétrica, uma ferrovia e um porto em águas profundas, foi suspenso em dezembro de 2011 (porém não rescindido ou anulado), já na gestão de Ali Bongo Ondimba. Alegando falta de cumprimento das obrigações contratuais (inexistência de estudos básicos, como os geológicos e de viabilidade do projeto), o governo gabonês conduziu a parte chinesa (que havia prometido início da produção antes de 2010) a uma renegociação contratual. Tal revisão, ora em curso, prevê uma nova formatação do projeto, inclusive com a entrada de outros operadores do setor minerador, a fim de explorar minerais que não o ferro, também presentes na jazida. No momento atual, a consultoria do setor de mineração *SRK Consulting*, selecionada por licitação aberta em agosto, encontra-se em plenos trabalhos de reavaliação do projeto com vistas à reabertura de concorrência internacional.

- Petróleo

Do ponto de vista do envolvimento do setor privado brasileiro, a Petrobrás abriu escritório no Gabão em agosto de 2014, com objetivo de manter acompanhamento mais próximo das atividades nos blocos Mbeli Marin e Ntsina Marin, localizados na costa gabonesa e nos quais a PO&G-BV (*joint venture* controlada pelas empresas Petrobrás e Banco BTG Pactual S.A., com atuação no segmento de exploração e produção de petróleo no continente africano) detém 50% de participação - os demais 50% são detidos pela empresa anglo-sul-africana Ophir Energy -, assim como de facilitar sua interface junto às autoridades locais e a outras empresas do setor de petróleo instaladas no Gabão.

- Construção civil

O Gabão tem se mostrado atrativo às construtoras e conglomerados industriais brasileiros atuantes na área de infraestrutura, que têm sido contatados diretamente por agentes do Governo gabonês.

Compras governamentais

Desde o anúncio da possibilidade de retomada da cooperação por meio de financiamentos oficiais brasileiros, conforme anunciado pela Presidenta Dilma Rousseff ao Presidente Ali Bongo em maio de 2013, têm-se multiplicado as consultas e missões governamentais ao Brasil com foco na compra de equipamentos e veículos.

- Aviação

Em abril de 2013, agentes da consultoria aérea gabonesa GALAS, munidos de carta de mandato do Ministro dos Transportes do Gabão, manifestaram à Embaixada em Libreville interesse na aquisição de aeronaves E190 e E195 da Embraer para a frota de uma futura companhia aérea nacional gabonesa, que estaria em fase de planejamento.

Em maio, a empresa brasileira, por meio de seu escritório comercial na França, ofereceu ao Estado gabonês duas aeronaves com prazo de entrega garantido para o fim de 2013, além de financiamento integral da aquisição pelo Deutsche Bank.

A proposta foi apresentada pela equipe da Embraer, com auxílio da Embaixada em Libreville, ao Ministro dos Transportes, Magloire Ngambia, ao então Primeiro Ministro, Raymond Ndong Sima, ao Chanceler Emmanuel Issozé Ngondet, ao Assessor Diplomático da Presidência da República, Jean-Yves Teale, e a um número de outros tomadores de decisão gaboneses, porém uma decisão sobre a aquisição das aeronaves e a efetiva criação da companhia aérea (a ser possivelmente denominada “Open Airways”) não teria sido ainda tomada em nível presidencial. A empresa brasileira oferece ao Gabão a possibilidade de cooperação na criação de um centro de manutenção de aeronaves e de treinamento, no modelo de suas operações com a Kenya Airways na África Oriental.

- Transporte Coletivo

A Sogatra, empresa estatal gabonesa, já adquiriu cerca de 200 ônibus da Marcopolo, no âmbito do plano de criação de um efetivo sistema de transporte coletivo no Gabão, ainda restrito ao transporte por táxis e vans.

- Veículos de Coleta de Lixo

Em meio à crise da coleta de lixo que mobilizou a população e a imprensa em 2012, a empresa responsável pela coleta de lixo em Libreville (SOVOG) foi estatizada em outubro de 2012, quando 70% de seu capital foi adquirido pelo Estado.

A nova companhia, denominada CLEAN Africa, montou plano de investimentos de urgência e realizou, durante a primeira semana de agosto de 2013, missão de prospecção de negócios ao Brasil, na qual manteve encontros com fornecedores de veículos de coleta de lixo em Goiânia (Planalto Indústria Mecânica) e em Araucária/PR (DAMAEQ Indústria).

Cooperação bilateral

- Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimento (ACFI)

Em reunião realizada em julho de 2013 entre o Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ricardo Schaeffer, e o Ministro da Indústria e das Minas do Gabão, Régis Immongault, foi mencionada a possibilidade de adoção bilateral do novo modelo de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimento (ACFI) aprovado pela Câmara de Comércio Exterior (CAMEX).

O acordo proveria incentivo à entrada de empresas brasileiras no Gabão, estímulo adicional àquele oferecido pela reestruturação da dívida gabonesa, que abrirá a possibilidade de se considerar a cooperação por meio de financiamentos oficiais brasileiros. Na ocasião, o Ministro Immongault reagiu positivamente, destacando que levaria ao conhecimento de seu Ministro de Negócios Estrangeiros, Emmanuel Issozé Ngondet, a sugestão de negociação do ACFI. A possibilidade de um acordo de proteção de investimentos também já fora aventada em mais de uma ocasião pelo Ministro da Promoção dos Investimentos gabonês, Magloire Ngambia, pelo Assessor Diplomático da Presidência, Jean-Yves Teale, e pelo então Embaixador do Gabão no Brasil, Jérôme Angouo.

- Pequenas e Médias Empresas e Indústrias

Durante as gestões relativas à candidatura brasileira à Direção-Geral da OMC junto ao Ministério do Comércio gabonês – responsável também pela promoção das pequenas e médias empresas e indústrias (PMEs) –, foi ventilada a possibilidade de uma reformulação e retomada do Protocolo de Cooperação para a Promoção de Pequenas e Médias Empresas e Pequenas e Médias Indústrias assinado em 2002, quando da visita do Presidente Omar Bongo ao Brasil. Notou-se que o setor vinha passando por reformulação no Gabão, com a existência de uma nova agência responsável pela gestão do assunto, a PROMOGABON, bem como o interesse crescente da parte gabonesa pelas atividades do SEBRAE.

Em agosto de 2013, a Chancelaria gabonesa encaminhou dois projetos de acordo, o primeiro sobre uma possível parceria entre a PROMOGABON (“Agence de Promotion de la Petite et Moyenne Entreprise”) e o SEBRAE brasileiro e o segundo um “Protocole de coopération en matière de promotion des Petites et Moyennes Entreprises, de l’Artisanat et de l’Economie Sociale” que serviria para reativar e estender em sua abrangência o Protocolo de 2002.

- Sensoriamento Remoto de Florestas Tropicais

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), no âmbito de seu projeto “CBERS para a África” (CBERS4AFRICA) de distribuição gratuita de imagens dos Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres (CBERS) a países africanos, firmou dois acordos tripartites no Gabão com a Agência Gabonesa de Estudos e Observações Espaciais (AGEOS), um deles com a participação do Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD) da França e outro com a

participação do Centro Chinês para Dados e Aplicações de Satélites de Recursos Terrestres (CRESDA), sendo o acordo Brasil-Gabão-França de 1º de julho de 2010 e o Brasil-Gabão-China de 8 de novembro de 2011.

- Agricultura

A agricultura foi recentemente içada ao nível de prioridade no Gabão, com vistas a diminuir a dependência alimentar do país em relação ao exterior, de onde provêm 85% dos alimentos consumidos. Para tanto, o Governo gabonês, em linha com programa da União Africana (Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura na África), pretende aumentar de cerca de 1% para 10% de seu orçamento o valor dos investimentos no setor entre 2014 e 2020 (cerca de US\$ 800 milhões já para 2014 no Gabão).

O Ministro da Agricultura do Gabão, em audiência com o Embaixador do Brasil em Libreville, em fevereiro de 2013, manifestou alta expectativa em relação à cooperação brasileira (sendo o Brasil considerado por ele “o maior exemplo de êxito agrícola em regiões tropicais e equatoriais do mundo”), submetendo, em abril de 2013, projeto de acordo geral sobre o tema, a ser assinado bilateralmente e embasar o desenvolvimento de doze eixos principais de cooperação.

- Conselhos Econômicos e Sociais

Em dezembro de 2012, o Conselho Econômico e Social gabonês informou ter a intenção de promover cooperação mais estreita com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), órgão de assessoramento imediato da Presidência da República. Em março de 2013, um projeto de protocolo de acordo entre ambas as instituições foi submetido à análise da parte brasileira, evocando, entre seus objetivos, a cooperação técnica entre as duas instituições e o favorecimento da tomada de posição comum nas organizações internacionais nas quais ambos os Conselhos atuam, principalmente a AICESIS (Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares).

- Cultura e Esportes

O Governo do Presidente Ali Bongo Ondimba tem dado renovadas mostras de admiração pela cultura e pelo esporte brasileiro, organizando e financiando ao menos dois eventos de grande repercussão nacional com a participação de entidades brasileiras. Em novembro de 2011, a Seleção Brasileira de futebol foi convidada para jogar o amistoso de inauguração do Estádio da Amizade Sino-Gabonesa, de Libreville, contra a seleção local, com a presença do ex-jogador Pelé, a quem uma estátua e uma sala de honra foram dedicadas.

Em fevereiro de 2013, a primeira edição do Carnaval Internacional de Libreville teve como convidado de honra e país homenageado o Brasil, com a participação especial de uma Escola de Samba do Grupo Especial do Rio de Janeiro (Beija-Flor de Nilópolis), cujos custos de deslocamento e apresentação foram cobertos em sua integralidade pelo Ministério da Cultura local.

Em setembro de 2014, missão gabonesa de alto nível, composta por conselheiros do Presidente Ondimba, realizou visita a Brasília, Salvador e Rio de Janeiro, com o objetivo de viabilizar a implementação: (i) de um Centro de Línguas e Culturas Bantus na Universidade de Brasília (UnB); (ii) de um núcleo de ensino de português na Universidade de Libreville (UOB); (iii) de uma exposição do Gabão no Museu Afrobrasileiro da Bahia; e (iv) de uma Casa do Gabão no Brasil.

- Parques nacionais e tartarugas marinhas

Desde outubro de 2009, a “Agence Nationale des Parcs Nationaux” (ANPN) e o Grupo de Entidades pela Proteção das Tartarugas Marinhas no Gabão (“Partenariat pour les Tortues Marines du Gabon”) vêm solicitando apoio brasileiro a suas atividades. Em 2010, foram realizadas missões de prospecção de projetos no Gabão e no Brasil, com a participação do Projeto TAMAR e da ABC, que resultaram na sugestão de organização de curso de observadores de bordo marítimos pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Em função de restrições orçamentárias de ambas as partes, desencontros de datas e rearticulação de equipes, as missões não tiveram êxito em organizar um projeto de cooperação.

Em agosto de 2013, entretanto, o Secretário Executivo da ANPN, Lee White, voltou a manifestar interesse pela cooperação com autoridades ambientais brasileiras nos domínios da (i) gestão de parques nacionais, (ii) gestão ambiental de projetos de exploração mineradora de grande escala, (iii) diretrizes e normas para a exploração petrolífera onshore e offshore, (iv) conservação de mamíferos marinhos e tartarugas, (v) troca de experiência na luta contra a caça ilegal e formação de guarda florestal, (vi) ecoturismo em zonas de florestas úmidas e tropicais e (vii) monitoramento do deforestamento e atividades econômicas em parques e zonas protegidas. Por carta, o Secretário Executivo da ANPN prontificou-se a se deslocar ao Brasil para uma visita de trabalho. Desde então, não houve desdobramentos sobre esse projeto

- Defesa

A cooperação com o Gabão na área de defesa ainda é bastante incipiente. Em janeiro de 2013, o Chefe do Estado-Maior Particular do Presidente do Gabão, Chefe da Casa Militar, Vice-Almirante Hervé Nambo Ndouany, reuniu-se, em Brasília, com o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da

Presidência da República, General-de-Exército José Elito Carvalho Siqueira. Na ocasião, manifestou o interesse do Gabão em cooperar com o Brasil nas áreas de formação de unidade de forças especiais, inteligência e cooperação institucional com o antigo Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Esse interesse não culminou em ações posteriores.

No âmbito da indústria nacional de defesa, o Governo gabonês tem mostrado interesse na aquisição de aeronave de transporte militar KC-390, assim como de outras aeronaves fabricadas pela Embraer, como o Super Tucano, mas não se concretizaram as vendas até o momento.

- Educação

Representantes gaboneses têm manifestado interesse em restabelecer a vinda de estudantes daquele país para o Programa de Estudantes-Convênio Graduação (PEC-G) e o Programa de Estudantes-Convênio Pós-graduação (PEC-PG), portanto comprometeram-se a fazer sua divulgação em suas escolas secundárias e universidades. Os gaboneses já receberam material de divulgação dos programas e, desde então, registra-se participação, ainda que modesta, de estudantes gaboneses em cursos de graduação.

A Agência Nacional de Bolsas do Gabão (*Agence Nationale des Bourses du Gabon - ANBG*), órgão do Governo responsável pela pré-seleção e pelo financiamento de estudantes gaboneses, informou que os cursos de interesse do Governo do Gabão para a formação de seus estudantes no âmbito do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) são: Arquitetura e Urbanismo; Ciências Agrárias: Agronomia, Recursos Florestais e Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Recursos Pesqueiros, Engenharia de Pesca e Zootecnia; Ciências Ambientais; e Medicina.

O Gabão apresenta regularmente candidatos ao Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros (PEPME), oferecido pelo Estado Maior da Armada (EMA), destinado à formação e ao aperfeiçoamento de Oficiais da Marinha Mercante provenientes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos culturais ou educacionais. O Programa oferece cursos de formação ministrados em português, com a inclusão de custeio de alojamento, alimentação, uniforme, auxílio financeiro, entre outras facilidades proporcionadas ao aluno. A fluência no idioma é requisito à participação, fator responsável pela baixa seleção de candidatos gaboneses. O melhor resultado alcançado pelo país foi na última seleção com cinco selecionados.

Embora não haja acordo de cooperação para formação de diplomatas entre o Brasil e o Gabão, a presença de diplomatas gaboneses tem sido significativa no Instituto Rio Branco. No período de 1976 a 2015, sete diplomatas do Gabão foram bolsistas do Curso de Formação do Instituto Rio Branco.

Empréstimos e financiamentos oficiais

A dívida soberana do Gabão com o Brasil era de US\$ 27 milhões. Com o abatimento de 13% concedido pelo governo brasileiro, o valor da dívida declinou para US\$ 24 milhões. O contrato de reestruturação foi aprovado pelo Senado Federal em maio de 2013. A dívida foi totalmente liquidada naquele ano e, desde então, o país africano pode realizar operações de financiamento para importação de produtos e serviços brasileiros.

Assuntos consulares

O setor consular da Embaixada em Libreville é o único responsável por prestar assistência aos brasileiros que vivem no Gabão. Estima-se que haja 30 cidadãos brasileiros no Gabão, dos quais a maioria é composta por religiosos que vivem no interior do país. Não há registro de brasileiros detidos no país ou deportados no último ano.

Não há acordos bilaterais de cooperação jurídica vigentes entre Brasil e Gabão, o que não impede a tramitação de cartas rogatórias e de pedidos de cooperação jurídica em geral, com base em compromisso de reciprocidade ou com fundamento em acordos multilaterais de que ambos os países sejam parte.

Não existe nenhum caso consular significativo envolvendo nacionais brasileiros no Gabão.

POLÍTICA INTERNA

Panorama e instituições políticas

O Gabão é uma república semipresidencialista multipartidária, com um Presidente da República eleito por sufrágio universal direto, para mandato de sete anos (sem limite de mandatos), como Chefe de Estado, e um Primeiro Ministro, indicado pelo Presidente, como Chefe de Governo. O Poder Legislativo é constituído por duas câmaras: o Senado (102 cadeiras, membros eleitos indiretamente pelos conselhos municipais e departamentais para servir por mandatos de seis anos) e a Assembleia Nacional (120 deputados, eleitos diretamente por voto popular para mandatos de cinco anos).

Histórico

Conquistado pela França ao longo do século XIX por meio da criação de entrepostos militares, alianças com lideranças tribais locais, expansão missionária católica e expedições militares ao interior de seu atual território, o Gabão tornou-se independente em 1960, após dois anos de existência como “República Autônoma” (1958-60) no seio de uma efêmera “Comunidade Francesa”. Inicialmente partidário da transformação do Gabão em Departamento Ultramarino francês, o líder de etnia fang Léon Mba (então Primeiro Ministro da República Autônoma), encarando recusa da solução intentada da parte do Governo de Charles de Gaulle, proclama a independência em 17 de agosto de 1960 e é eleito Presidente com o apoio francês, país-garante da moeda utilizada pelo Gabão (o Franco CFA, com paridade fixa com o Franco francês, à época) e com quem assina um acordo de defesa. Em 1964, um golpe militar tenta depor Léon Mba e instaurar seu principal opositor civil, porém o Exército francês intervém em seu favor.

Em 1967, com a morte de Léon Mba, assume o poder Omar Bongo Ondimba (então chamado Albert Bernard Bongo, antes de sua conversão ao islamismo), seu antigo Chefe de Gabinete e então Vice-Presidente, ex-agente do serviço secreto francês, apoiado pela “Célula África” do Palácio do Eliseu. Com o apoio firme da França, materializado pela presença de base militar permanente no país, beneficiado pelo “boom” do petróleo (“milagre gabonês”) e administrando de maneira equilibrada a “geopolítica étnica” do país, Omar Bongo logrou manter-se no cargo por 41 anos, até sua morte em 7 de junho de 2009.

A dinâmica interna nos últimos anos (2011-2016)

Nas eleições presidenciais realizadas cerca de três meses após o falecimento de Omar Bongo, Ali Bongo Ondimba, segundo filho de Omar e

então Ministro da Defesa, logrou vencer disputa dentro do Partido Democrático Gabonês (PDG) e da família Bongo (sobretudo com Pascaline Bongo Ondimba, sua irmã mais velha, primogênita e então Diretora de Gabinete de seu pai) e ser indicado candidato do bloco governista. Venceu as últimas eleições de turno único com 41,7% dos votos, resultado contestado pela oposição.

Em 2013, o Presidente Ali Bongo logrou estabilizar a cena política interna. As críticas do Presidente à atuação do Primeiro Ministro Raymond Ndong Sima, o qual estaria demonstrando dificuldades na implementação de projetos nas áreas de segurança, saúde, educação e emprego, porém, aumentaram. Em janeiro de 2014, Ndong Sima foi substituído no cargo de PM por Daniel Ona Ondo.

As próximas eleições legislativas e presidenciais estão marcadas para o segundo semestre deste ano e ocorrerão separadamente. A eleição presidencial deve ocorrer antes de 16 de outubro, quando termina o mandato de sete anos do Presidente Ondimba, e a legislativa está prevista para dezembro.

Indicadores demográficos e sociais

Segundo o *Relatório de Desenvolvimento Humano* das Nações Unidas de 2015, o IDH do país é de 0,684, o que o coloca na 110^a posição dentre 187 países avaliados. A expectativa de vida é de 64,4 anos, e o índice de alfabetização, de 82,3%. O Gabão, apesar de destacar-se positivamente na África, continua enfrentando sérios problemas, entre eles, extrema pobreza (que atinge um terço da população), alto nível de desemprego (que afeta 27% da população ativa) e a injusta concentração da renda.

Não há nenhuma grave crise humanitária no Gabão, que é considerado, apesar de suas várias etnias e línguas, um Estado estável, na região. A língua francesa acaba por funcionar como elemento de coesão no país, que não enfrenta conflito armado nem interno, nem em suas fronteiras com Guiné-Equatorial, Cameroun e República Democrática do Congo (RDC). Embora a situação de segurança na RDC continue muito preocupante, a zona de instabilidade congolesa encontra-se predominantemente na região oriental do país, distante, portanto, do Gabão.

POLÍTICA EXTERNA

A política exterior gabonesa é tradicionalmente conservadora e alinhada ao Ocidente, especialmente à França, que mantém conselheiros permanentemente lotados nos ministérios e nas Forças Armadas gabonesas. Ex-colônia francesa, coração da *Françafrique*, o Gabão hospeda a maior base militar francesa na África. Desde a assunção de Ali Bongo, no entanto, a prioridade externa gabonesa tem sido a diversificação de parcerias, mediante crescente aproximação aos EUA e a países emergentes.

Atuação Regional

No âmbito regional africano, o Gabão tem tido atuação ativa. O país tem tradição na mediação de conflitos na região (Chade, República Centro-Africana, Congo-Brazzaville e Kinshasa e Angola) e é sede de organismos regionais, como a CEEAC, e do escritório da ONU para a África Central.

O Gabão desempenha papel estabilizador na África Central, com destaque para seu apoio aos esforços de paz na República Centro-Africana (RCA). Além de sua atuação por meio da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), Libreville contribui com cerca de 440 soldados para a Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas na RCA (MINUSCA). O atual Chefe da Missão da ONU na RCA, Parfait Onanga-Anyanga, é gabonês.

Marrocos

O Gabão também mantém laços estreitos com o Marrocos, onde o Presidente Ali Bongo esteve diversas vezes, a convite do rei Mohammed VI. Durante a última visita do Rei, em junho de 2015, vários acordos de cooperação, principalmente em matéria de formação profissional, foram assinados. Um projeto para criar uma fábrica de fertilizantes perto de Port-Gentil está sob consideração.

Guiné Equatorial

O Gabão está envolvido em uma disputa marítima territorial na Corte Internacional de Justiça com a Guiné Equatorial por conta das ilhas da baía Corisco.

EUA

Os EUA estabeleceram relações diplomáticas com o Gabão em 1960 e, atualmente, apoiam as reformas do Gabão por mais transparência no governo. O

Presidente Bongo foi recebido oficialmente pelo Presidente dos EUA e tornou-se o primeiro presidente da África francófona a ser recebido na Casa Branca pelo Presidente Obama. O presidente Bongo participou da Cúpula EUA-África, realizada em agosto de 2014, e o Secretário de Estado para a Marinha, Ray Mabus, também visitou Libreville em 2014.

Canadá

O Canadá estabeleceu relações diplomáticas com o Gabão em 1963. O Gabão é representado, no Canadá, por uma Embaixada em Ottawa. Desde 2003, o Canadá tem trabalhado com o Gabão no Grupo de Amigos da Região de Grandes Lagos (Group of Friends of the Great Lakes Region), apoiando a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL).

Ásia

Na Ásia, o Gabão deseja desenvolver suas relações com a Coreia do Sul (acordos assinados no domínio da cooperação cultural, mineração e hidrocarbonetos) e, ao mesmo tempo, manter seus laços com o Japão, um dos principais investidores nas áreas de pesca e da floresta.

A China, que estabeleceu relações diplomáticas com o Gabão em 1974, é, também, um parceiro fundamental. Omar Bongo foi um dos poucos chefes de Estado africanos a ser recebido pelo presidente Hu Jintao na primeira Cúpula China-África, em 2006. A presença chinesa no país tem sido crescente nos últimos dez anos, assumindo diversos empreendimentos nos setores de construção civil, infraestrutura e mineração. Problemas relacionados à mina de minério de ferro de Belinga (principal projeto do país, concedido a uma empresa chinesa em 2007, em detrimento da brasileira VALE), no entanto, tem causado fricções na relação bilateral.

O Presidente Ali Bongo também desenvolveu laços com Singapura, onde assinou acordos, em 2010, no campo do desenvolvimento urbano e da gestão portuária. A *Olam*, empresa de Singapura, ocupa lugar de destaque na economia do Gabão.

Turquia

Vários acordos de cooperação foram assinados na última visita oficial ao Gabão do Presidente Recep Tayyip Erdogan, em maio de 2015. Ancara abriu uma embaixada em Libreville, em janeiro de 2012, ato reciprocado por Libreville, em dezembro de 2015. Após um forte crescimento, o comércio entre os dois países está estabilizando-se nos níveis de 2012.

Meio ambiente

Favorável à conclusão de um acordo global juridicamente vinculante sobre a redução de gases de efeito estufa, o Presidente do Gabão contribuiu para o êxito da Conferência dos Estados Partes (COP), em Paris, no final de 2015, mobilizando seus pares na África Central.

O Gabão tem defendido, ainda, que a ONU dê ênfase ao combate contra os crimes contra a fauna e a flora. Libreville tem se empenhado no combate à caça ilegal de marfim, tendo assinado compromisso contra venda de estoques desse produto.

Tribunal Penal Internacional

O Gabão é parte do Estatuto de Roma, instrumento que ratificou em 2000.

ONU

O Gabão foi eleito para o Conselho de Direitos Humanos (CDH) das Nações Unidas por um período de três anos (2013-2016) e exerceu sua presidência em 2014. No Conselho de Segurança das Nações Unidas, a última vez em que o Gabão exerceu mandato ocorreu no biênio 2010-2011.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Panorama econômico

A economia do Gabão recuperou-se rapidamente dos efeitos recessivos da crise financeira internacional de 2008. Nessas condições, após lograr crescimento de 6,3% em 2010, o Gabão reforçou sua perspectiva econômica e atingiu expansão de 7,1% no ano de 2011. Embora em ritmo levemente inferior, a economia continuou mostrando sinais de resistência no biênio seguinte, tendo em vista que registrou crescimento médio em torno de 5% ao ano; caindo, porém, para 4,3% em 2014. Embora em base mais modesta, a economia prosseguiu exibindo comportamento positivo em 2015, tendo em vista que registrou crescimento de 3,5% no ano em questão. Em termos nominais, o PIB do Gabão atingiu o patamar de US\$ 13,8 bilhões, e o PIB *per capita* somou US\$ 8.581.

Ainda que positivos, os últimos indicadores mostram a situação de vulnerabilidade do Gabão frente à atual volatilidade das cotações internacionais de produtos da cadeia petrolífera. Esse quadro é agravado na medida em que a produção de petróleo, atualmente em torno de 240 mil barris diários, vem diminuindo.

Mesmo à luz desse cenário, o FMI avalia como positiva a situação do país no médio prazo. A linha central de projeção do crescimento do PIB gabonês aponta para uma expansão de aproximadamente 5% ao ano, no atual biênio 2016-2017. Entre as atividades economicamente significativas citam-se, também, a extração de madeira e de manganês. No campo da diversificação econômica, autoridades gabonesas têm envidado esforços voltados à busca pela autossuficiência alimentar através do desenvolvimento da agricultura, inclusive como meio de mitigar a taxa de desemprego, que é considerada alta por alguns analistas locais.

Mineração

Historicamente restrito à produção de manganês e urânio, o setor minerador é o foco principal do Governo gabonês em sua estratégia de diversificação da produção, em resposta ao constante declínio da produção do petróleo e aos declinantes preços da commodity. Para tanto, uma reestruturação da gestão do setor mineral tem sido levada a cabo pelo país, focada no estímulo à transformação local de parte da produção, no aumento da participação do Estado no setor e na atração de novas empresas para o país.

Apesar da mineração contribuir, atualmente, com menos de 5% do PIB, há expectativa de que a participação aumente substantivamente com o fomento da atividade em áreas até agora inexploradas, como as de minério de ferro e ouro, em primeiro lugar; e diamantes, bauxita, cobre, zinco, terras raras, nióbio, tântalo

e fosfatos, em um segundo momento. A retomada da produção de urânio é aguardada para breve, bem como o início da transformação local do manganês, mineral do qual o Gabão projeta tornar-se o maior produtor mundial.

Setor mais tradicional da mineração gabonesa, o manganês vem sendo explorado no país há cerca de 50 anos, com 83% da produção concentrada na "Compagnie Minière de l'Ogooué (COMILOG - com 63,71% do capital social detido pela francesa Eramet e 28,94% pelo Estado gabonês). O Gabão é, atualmente, o quarto maior produtor do mundo (atrás de Austrália, África do Sul e China), com 3,5 milhões de toneladas em 2014 e 15% de participação no mercado global.

Para melhorar a governança do setor mineiro, iniciativas em curso incluem a criação de um novo Código Minerador e a formação de uma companhia mineradora estatal, a *Société Équatoriale des Mines* (SEM). A SEM foi criada legalmente em agosto de 2011, está ligada à Presidência da República e sob tutela técnica do Ministério da Indústria e das Minas. Segundo autoridades gabonesas, a SEM deverá envolver-se com atividades em jazidas estratégicas, individualmente ou com outros parceiros, como é o caso do projeto de Belinga (exploração de minério de ferro).

Petróleo e gás natural

O Gabão é relevante ator no cenário mundial de petróleo, com reservas comprovadas da ordem de dois bilhões de barris, segundo a edição de 2015 do Boletim Estatístico da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). O país integrou a OPEP entre 1975 e 1995. Sua produção diária, em 2014, foi de cerca de 231 mil barris, o que fez do país o nono maior produtor africano naquele ano e o sexto maior produtor da África subsaariana (se excluídos Egito, Líbia e Argélia). Seu consumo interno é baixo, e o país exporta a produção excedente, majoritariamente, para Japão, EUA, Austrália, Índia e países europeus, a exemplo da Espanha. A produção gabonesa já foi consideravelmente maior, tendo atingido a marca de 370 mil barris/dia em 1997 e declinado progressivamente desde então, estabilizando-se na última década na faixa de 230 a 250 mil barris diários. Mantido o nível atual de produção, as reservas teriam pouco mais de 20 anos de sobrevida. Não obstante, o Gabão tem mais de uma centena de campos em atividade e novas ações de prospecção, sobretudo em águas profundas, devem aumentar a produção no médio e longo prazo.

A economia gabonesa é altamente dependente do petróleo. Segundo análise do Fundo Monetário Internacional, a exploração do petróleo responde por mais da metade do orçamento governamental e equivale a cerca de 80% das exportações do país. Como a maioria dos campos do Gabão já se encontra em declínio, o Governo gabonês tem procurado fomentar o investimento no setor por meio de novas rodadas licitatórias e termos favoráveis para investimentos estrangeiros. O Ministério do Petróleo é o responsável por toda a regulação no

setor. O país tem uma estatal petrolífera, a *Société Nationale Petrolière Gabonaise* (SNPG), que não está, contudo, envolvida no desenvolvimento de projetos. O sistema tributário gabonês é receptivo ao investimento estrangeiro e determinados subsetores da exploração e da produção petrolífera são isentos do imposto sobre valor agregado. O país tem, ainda, buscado aumentar a transparência das atividades relacionadas à indústria petrolífera.

No que tange ao gás natural, o Gabão possui reservas de gás de cerca de um trilhão de pés cúbicos, conforme estimativas da U. S. Energy Information Administration (EIA) para 2015. Em 2012, o país produziu e consumiu cerca de 230 milhões de pés cúbicos de gás. A maioria da produção é usada na geração de eletricidade e na operação da única refinaria de petróleo do país, construída na década de sessenta. O Governo gabonês, contudo, está explorando a possibilidade de desenvolver atividades industriais relacionadas ao gás natural.

A filial gabonesa da empresa francesa Total anunciou, recentemente, ter encontrado depósito de gás condensado em zona fronteiriça à camada pré-sal da plataforma continental gabonesa. A descoberta gerou otimismo em relação ao potencial do pré-sal gabonês, cujos principais blocos devem ser licitados no futuro próximo.

Agricultura

A agricultura tornou-se uma das áreas privilegiadas do plano de diversificação econômica do Presidente Ali Bongo Ondimba. O Gabão atualmente importa mais de 85% de seu consumo alimentar (a um custo de cerca de US\$ 300 milhões/ano), e a produção nacional (incluindo a pecuária e a pesca) não contribui com mais que 3,8% do PIB. O Gabão desenvolveu um plano de investimentos no setor agrícola que prevê a injeção de cerca de 10% do orçamento do Estado nesse setor. O país tem grande potencial para a produção em ampla escala de óleo de palma, borracha, café, cacau e açúcar.

Recursos florestais

O setor florestal contribui com cerca de 6% do PIB não petrolífero e é o segundo maior empregador do país. Para estimular a transformação local, o governo introduziu uma lei proibindo a exportação de madeira bruta em maio de 2010, o que tem levado a uma reestruturação completa do setor. A madeira é um dos recursos mais abundantes do Gabão, que tem 85% de seu território (22 milhões de hectares) coberto pela floresta equatorial da Bacia do Congo.

Indústria

A atividade industrial não petrolífera no país ainda se encontra em um estágio inicial, contribuindo com cerca de 8% do PIB. O governo gabonês tem,

no entanto, estimulado o desenvolvimento do setor de processamento de alimentos e bebidas, agroindústria, material de construção e processamento de madeira. Há no país uma refinaria de petróleo, uma fábrica de cimento e pequena indústria editorial, de processamento de tabaco e geração de energia elétrica. O foco da Estratégia Nacional de Industrialização do Gabão é, no entanto, o processamento da produção mineral, havendo intenção de instalação de usina siderúrgica de pequenas proporções no país junto do início da exploração de Belinga.

Energias renováveis

Segundo a Agência Internacional de Energia (IEA), 53,3% da oferta primária total de energia no Gabão corresponderia ao uso da biomassa tradicional, enquanto os hidrocarbonetos responderiam por 43,4%, e a hidroenergia por, aproximadamente, 3,3% (ano base 2013). No que tange à matriz elétrica, a capacidade instalada, em 2014, era de, aproximadamente, 443 MW, dos quais cerca da metade correspondiam à geração termelétrica a gás natural, 40%, à hidroenergia e o restante, cerca de 10%, a termelétricas movidas a carvão ou óleo combustível.

Embora detentor de grandes reservas de petróleo, a matriz energética do Gabão baseia-se em fontes renováveis de energia, as quais correspondem a 66% do total (IRENA, 2009); no entanto, trata-se majoritariamente de biomassa tradicional, a qual responde por 62% da matriz energética do país, seguida por petróleo e derivados (26%), gás natural (8%) e hidroeletricidade (4%). As fontes renováveis foram responsáveis, em 2009, por 53,6% da produção de eletricidade (geração hídrica em sua quase totalidade). Há, ainda, meta do Governo de que, até o final de 2016, 80% da energia consumida no Gabão seja procedente de fontes renováveis, além de atingir índice de 70% da eletricidade gerada por essas fontes. De acordo com estimativas do Governo gabonês, isso seria possível graças ao início da operação de diversos projetos hidrelétricos.

Ademais, a intenção anunciada pelo Presidente Ali Bongo Ondimba é de que, em 2020, o Gabão tenha uma matriz energética "100% limpa" (80% renovável e 20% proveniente do gás natural). O país possui uma média de uso de eletricidade *per capita* de 1.043 kw/h, quase o dobro da média africana, de 579 kw/h.

Comércio internacional

Entre 2005 e 2014, as exportações gabonesas de bens registraram crescimento de 74%. Em termos absolutos, portanto, passaram de US\$ 4,79 bilhões, no primeiro ano da série histórica, para atingir o nível de US\$ 8,34 bilhões, em 2014. Em termos de destino, foram os seguintes os principais mercados para as exportações do Gabão, em 2014: China (19,3% de participação

no total); Japão (17,5%); Austrália (12,8%); Estados Unidos (9,6%); Índia (9,4%); Coreia do Sul (7,7%); Espanha (5,5%). O Brasil ocupou posição muito discreta: foi o 98º mercado de destino para as exportações gabonesas. No que tange à composição da oferta, a pauta exportável é marcadamente caracterizada pela preponderância de produtos da cadeia petrolífera. Assim, os combustíveis detiveram participação de 82,7% sobre o total da exportação de 2014. Os minérios representaram 8,5% da pauta; ao passo que madeiras e carvão vegetal somaram 5,5% do total. Conforme salientado, o atual patamar das cotações internacionais do petróleo bruto e seus derivados tende a prejudicar o desempenho do país no que tange à vertente externa.

As importações de bens mostraram forte crescimento nos últimos anos, tendo em conta que passaram de US\$ 1,38 bilhão, em 2005, para atingir US\$ 4,18 bilhões, em 2014. Em termos relativos, portanto, o incremento observado foi de 203%. Foram os seguintes os principais supridores externos do Gabão em 2014: França (21,6% de participação no total); República do Congo (13,0%); China (10,3%); Estados Unidos (10,0%); Bélgica (4,9%); Países Baixos (4,5%); Benin (3,4%). O Brasil, por sua vez, foi o 16º fornecedor do Gabão, detendo participação de 1,2% sobre o total importado pelo país. No que diz respeito à composição da demanda, foram os seguintes os principais grupos de produtos da importação gabonesa em 2014: máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (19,7%); embarcações flutuantes (14,5%); obras de ferro ou aço (6,3%); máquinas e instrumentos elétricos ou eletrônicos (6,1%); veículos e autopeças (5,5%); carnes e miudezas comestíveis (4,0%); combustíveis e lubrificantes (3,5%); instrumentos médicos e de precisão (2,9%); manufaturas de plástico (2,1%); móveis/mobiliário médico-cirúrgico (1,7%).

Os resultados da balança comercial são estruturalmente positivos. Assim, embora com tendência declinante, o superávit do país em transações comerciais de bens somou US\$ 4,16 bilhões em 2014.

Perspectivas

Em março de 2014, o Gabão assinou com o Banco Mundial três protocolos, nos domínios de gestão das finanças públicas, reforma fiscal, aduaneira e estatística. Os projetos com o Banco já somam US\$ 300 milhões, e a elevação do nível de entendimento com a instituição é creditada à boa avaliação que se tem sobre o Governo de Ali Bongo. O entendimento com o Banco Mundial também contribui para diminuir temores de que o Governo tenha problemas com suas contas.

Nesse quadro, as perspectivas econômicas para o país são positivas: o Ministério da Economia local prevê um crescimento médio de 7,7% do PIB para o período entre 2013 e 2017, uma taxa de inflação abaixo de 3% e melhoria na mobilização de receitas fiscais em atividades não petrolíferas. Ademais, apesar da atual tendência de pequeno retrocesso na produção física de petróleo, a

expectativa é de manutenção dos superávits comerciais acima de 10% do PIB. Pode-se acrescentar, ainda, que o Gabão tem atraído muitos Investimentos Estrangeiros Diretos (IDEs).

Plano Estratégico Gabão Emergente

Plano de governo contendo uma “Visão 2025” (“alçar o Gabão ao patamar de país emergente”) e orientações estratégicas para o período 2011-2016, o plano de governo do Presidente Ali Bongo Ondimba é baseado em três pilares: “Gabão Industrial”, “Gabão Verde” e “Gabão dos Serviços”.

O eixo industrial incorpora o Esquema Diretor Nacional de Infraestruturas e também a Estratégia Nacional de Industrialização, sendo seu foco a valorização dos recursos naturais como estratégia para diversificação da economia e diminuição da dependência do petróleo, produto que não é, no entanto, desconsiderado, sendo previsto o relançamento da indústria, de forma a otimizar as receitas (por meio inclusive da ação estatal direta, por meio da *Gabon Oil Company*, e da concentração na exploração das águas profundas). São citados ainda o desenvolvimento do potencial minerador e o desenvolvimento de indústrias de apoio.

O eixo ecológico foca nos 22 milhões de hectares de florestas do país, suas terras agricultáveis sub-utilizadas e nos 800 quilômetros de litoral marítimo. São previstos projetos de gestão sustentável da exploração madeireira certificada, o desenvolvimento de projetos agroindustriais e a promoção da atividade pesqueira e haliêutica.

O eixo dos serviços, por fim, dá ênfase ao desenvolvimento do turismo, da formação técnica superior, da tecnologia da informação e de novos serviços relacionados à economia verde, bem como de serviços financeiros, de saúde e imobiliários.

ANEXOS

Cronologia histórica do Gabão

Século XV	Comerciantes portugueses chegam ao atual Gabão, território habitado por pigmeus
Século XIX	França assume o status de protetora do território por meio de acordos com chefes tribais
Início do século XX	França transforma o Gabão em território colonial.
1960	Proclamação da Independência
1961	Eleição de Leon Mba a presidente
1964	Tentativa fracassada de golpe de Estado
1967	Morte do Presidente Léon Mba e assunção de Albert Bernard Bongo
1968	Criação do PDG, único parido autorizado
1972	Diferendo fronteiriço com a Guiné Equatorial quanto à Ilha de Mbanié
1973	Presidente Albert Bernard Bongo converte-se ao islamismo e adota Omar Bongo como seu novo nome
1975	Gabão torna-se membro da OPEP
1977	Criação da estatal Air Gabon
1978	Expulsão de 10.000 nacionais beninenses
1981	Expulsão de milhares de nacionais camerounenses
1990	Instauração do multipartidarismo
1994	Desvalorização do Franco CFA
1996	Gabão deixa a OPEP
2003	Presidente Omar Bongo acrescenta o sobrenome Ondimba, de seu pai, a seu sobrenome
2009	Morte do Presidente Omar Bongo Ondimba e assunção da Presidência do Senado até a eleição e posse de Ali Bongo Ondimba

Cronologia das relações bilaterais

1972	Visita ao Gabão do Chanceler brasileiro, Mário Gibson Barboza, em seu péríodo africano.
1975	Primeira visita oficial do Presidente Omar Bongo ao Brasil
1982	Criação da Comissão Mista Brasil-Gabão
1983	Visita ao Brasil do Chanceler gabonês Martin Bongo
1992	Presidente Omar Bongo participa da CNUMAD, no Rio de Janeiro
2002	Visita do Presidente Omar Bongo a Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia
2004	Visita do Ministro das Relações Exteriores, da Cooperação e da Francofonia Jean Ping, para participar do Fórum Brasil-África
2004	Visita do Presidente Lula ao Gabão (Julho)
2006	Visita ao Brasil da Vice-Ministra Laure Gondjout, para participar da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, em Salvador
2010	Reunião de consultas políticas Brasil-Gabão, em Libreville
2012	Presidente Ali Bongo Ondimba chefia a delegação gabonesa à Rio+20
2014	Visita do Presidente Ali Bongo Ondimba ao Brasil

Atos bilaterais

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
			Data
Acordo de Cooperação Científica Técnica	14/10/1975	21/03/1981	15/04/1981
Acordo de Cooperação Cultural	14/10/1975	21/03/1981	15/04/1981
Acordo que cria a COMISTA	30/06/1982	09/05/1988	14/11/1988
Acordo Comercial	01/08/1984	09/09/1988	13/12/1988
Acordo de Cooperação para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas	28/07/2004	28/07/2004	05/08/2004
Acordo, por troca de Notas, para a Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais ou de Serviço	28/07/2004	27/08/2004	05/08/2004
<u>Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Gabonesa</u>	18/01/2010	-	Em promulgação pela Presidenta da República

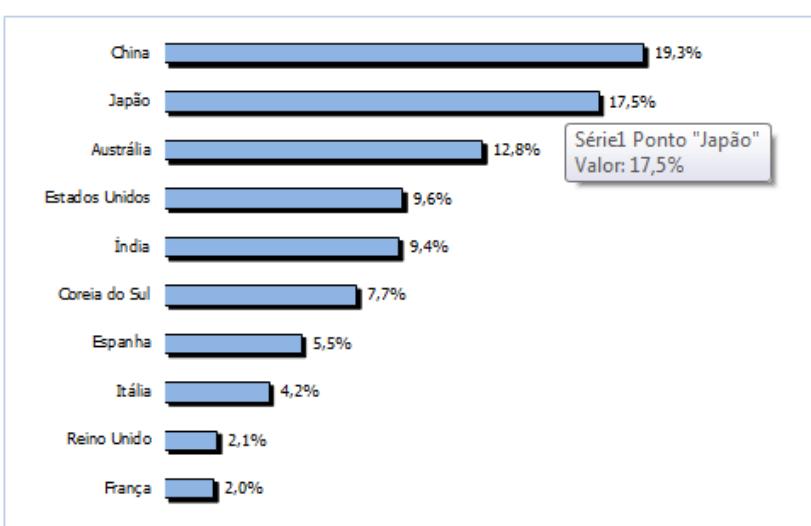
Dados econômico-comerciais

Direção das exportações do Gabão
US\$ milhões

Países	2014	Part.% no total
China	1.608	19,3%
Japão	1.458	17,5%
Austrália	1.066	12,8%
Estados Unidos	798,0	9,6%
Índia	784,4	9,4%
Coreia do Sul	643,3	7,7%
Espanha	457,6	5,5%
Itália	349,7	4,2%
Reino Unido	175,2	2,1%
França	164,2	2,0%
...		
Brasil (98ª posição)	0,0	0,0%
Subtotal	7.504	90,0%
Outros países	832	10,0%
Total	8.336	100,0%

Elaborado pelo MRE/MDIC/DOCO - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, February 2016.
Os dados de informações de dados da UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "Imports", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais destinos das exportações

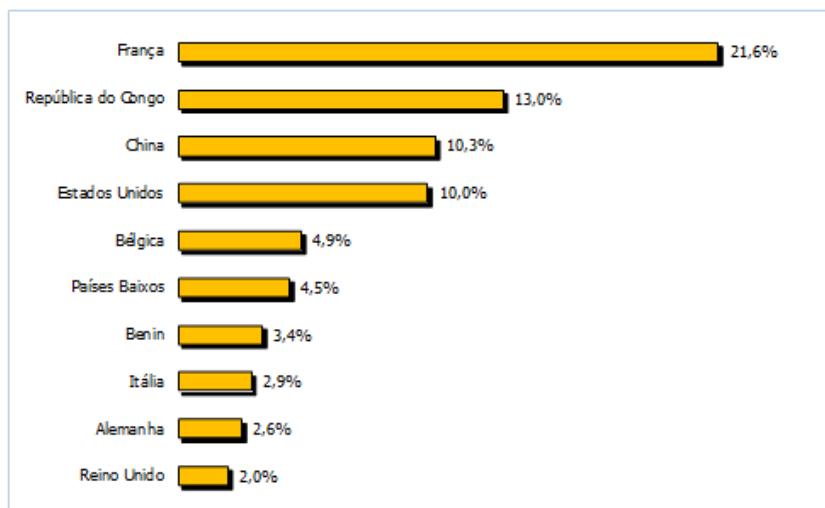


Origem das importações do Gabão
US\$ milhões

Países	2014	Part.% no total
França	902,4	21,6%
República do Congo	543,5	13,0%
China	430,3	10,3%
Estados Unidos	417,3	10,0%
Bélgica	206,5	4,9%
Países Baixos	186,9	4,5%
Benin	141,6	3,4%
Itália	123,1	2,9%
Alemanha	107,3	2,6%
Reino Unido	84,0	2,0%
...		
Brasil (16ª posição)	49,5	1,2%
Subtotal	3.192	76,4%
Outros países	987	23,6%
Total	4.180	100,0%

Elaborado pela MRE/MDIC/DOIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TidyTradeMap, February 2016.
 Os dados de informações de dados da UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "separada" forma, com base nas informações fornecidas para processar comércio.

10 principais origens das importações

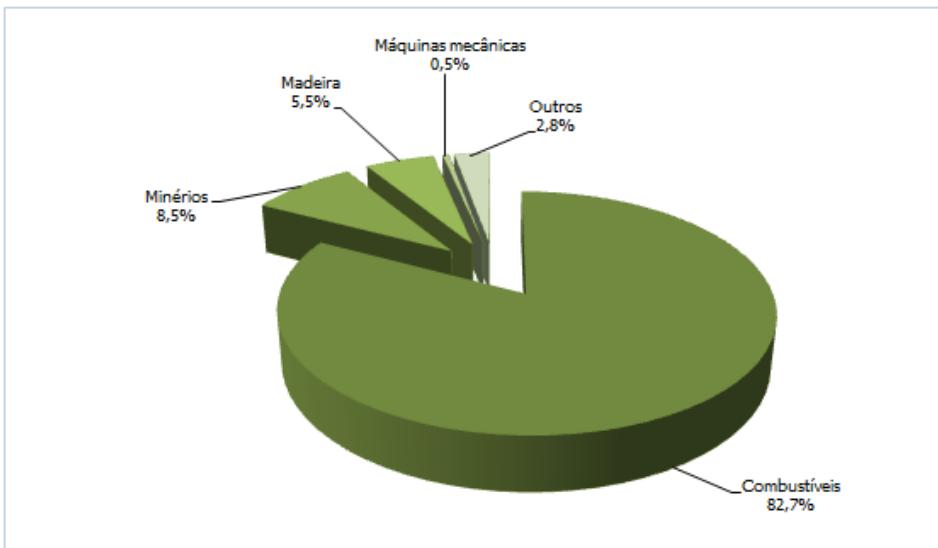


Composição das exportações do Gabão
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2014	Part.% no total
Combustíveis	6.893	82,7%
Minérios	704,5	8,5%
Madeira	458,7	5,5%
Máquinas mecânicas	42,3	0,5%
Subtotal	8.099	97,2%
Outros	237	2,8%
Total	8.336	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPADIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/TradeMap, February 2016.
O Gabão não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

Principais grupos de produtos exportados

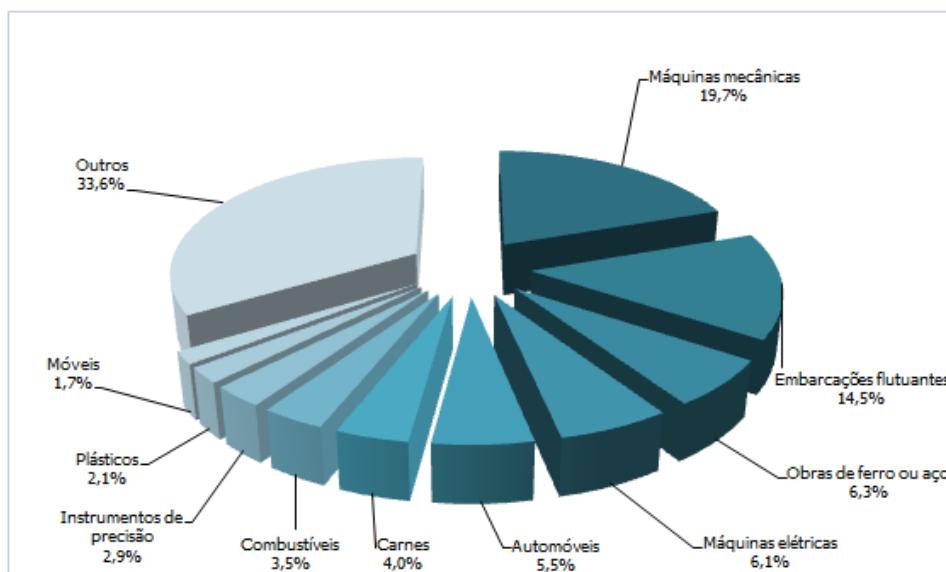


Composição das importações do Gabão
US\$ milhões

Grupos de produtos	2014	Part.% no total
Máquinas mecânicas	824,1	19,7%
Embarcações flutuantes	605,6	14,5%
Obras de ferro ou aço	265,2	6,3%
Máquinas elétricas	256,1	6,1%
Automóveis	229,1	5,5%
Carnes	167,3	4,0%
Combustíveis	145,8	3,5%
Instrumentos de precisão	119,9	2,9%
Plásticos	88,3	2,1%
Móveis	72,1	1,7%
Subtotal	2.773	66,4%
Outros	1.406	33,6%
Total	4.180	100,0%

Elaborado pelo MRE/MDIC/Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD DTI Trade Map, February 2016.
O dado da informação dos dados da UNCTAD, portanto os setor/típico foram elaborados por "setor/típico", surgiu, com base na informação fornecida para fins de comércio.

10 principais grupos de produtos importados



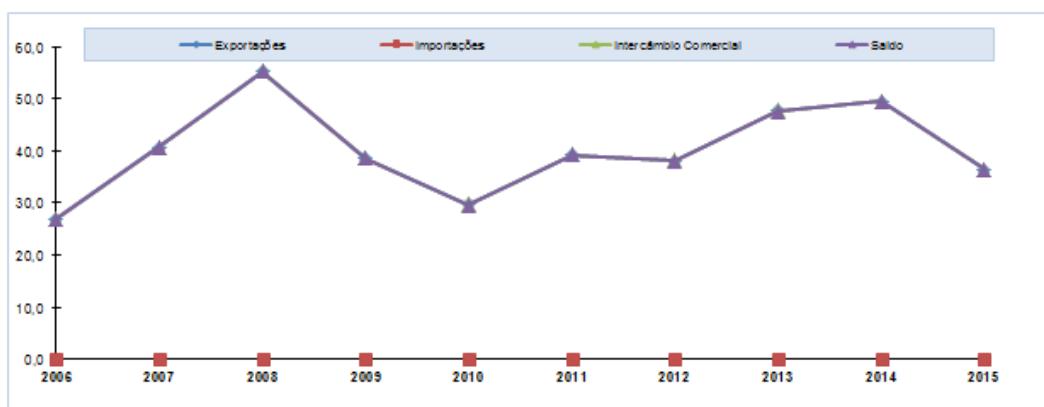
Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Gabão
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Saldo
2006	27,0	-1,8%	0,02%	0,002	269,3%	0,00%	27,0	-1,8%	0,01%	27,0
2007	40,7	51,1%	0,03%	0,013	566,1%	0,00%	40,8	51,1%	0,01%	40,7
2008	55,2	35,6%	0,03%	0,011	-17,2%	0,00%	55,2	35,5%	0,02%	55,2
2009	38,6	-30,1%	0,03%	0,021	100,9%	0,00%	38,6	-30,1%	0,01%	38,6
2010	29,7	-23,2%	0,01%	0,002	-92,5%	0,00%	29,7	-23,2%	0,01%	29,7
2011	39,2	32,1%	0,02%	0,009	467,9%	0,00%	39,2	32,1%	0,01%	39,2
2012	38,1	-2,7%	0,02%	0,126	(+)	0,00%	38,3	-2,4%	0,01%	38,0
2013	47,6	24,9%	0,02%	0,016	-87,6%	0,00%	47,7	24,5%	0,01%	47,6
2014	49,5	3,9%	0,02%	0,003	-77,7%	0,00%	49,5	3,9%	0,01%	49,5
2015	36,5	-26,3%	0,02%	0,003	-12,7%	0,00%	36,5	-26,3%	0,01%	36,5
2016 (janeiro)	2,50	10,0%	0,02%	0,01	(+)	0,00%	2,51	10,4%	0,01%	2,49
Var. % 2006-2015	35,3%	--		56,5%	--		35,3%	--	n.c.	

Elaborado pelo MRE/MDIC/SECEM - Última edição de Intercâmbio Comercial, com base em dados da MME/SECEM/Gabão, Fevereiro de 2016.

(+) Variação superior a 100%;

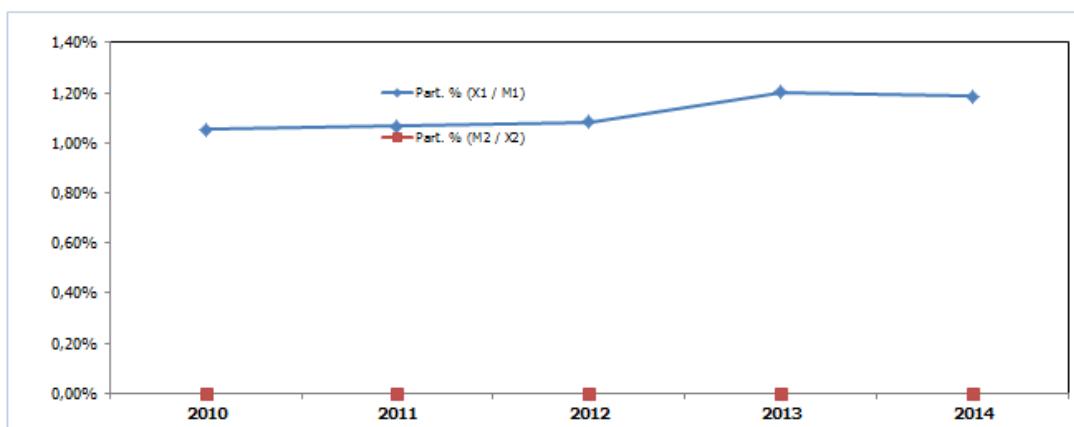
(n.c.) Dados não calculados, para razões específicas.



Part. % do Brasil no comércio do Gabão
US\$ milhões

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para o Gabão (X1)	29,7	39,2	38,1	47,6	49,5	66,9%
Importações totais do Gabão (M1)	2.818	3.672	3.524	3.961	4.180	48,3%
Part. % (X1 / M1)	1,05%	1,07%	1,08%	1,20%	1,18%	12,5%
Importações do Brasil originárias do Gabão (M2)	0,002	0,009	0,126	0,016	0,003	116,0%
Exportações totais do Gabão (X2)	7.165	10.554	10.214	9.774	8.336	16,3%
Part. % (M2 / X2)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	85,7%

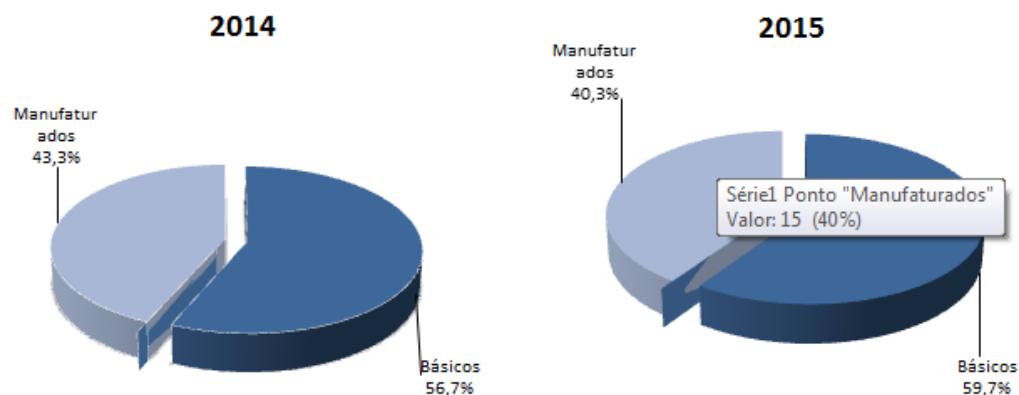
*Elaborado pela MSEN/DIRECIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da MINISTÉRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR - UNNUUNOTADONTO/TradeMap.
As taxas representam a participação relativa das exportações brasileiras e das importações do Gabão e não refletem o comércio entre os dois países, nem tampouco consideram outros países que também participam da cadeia.*



Exportações e importações brasileiras por fator agregado

Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾



Importações Brasileiras

2014



2015



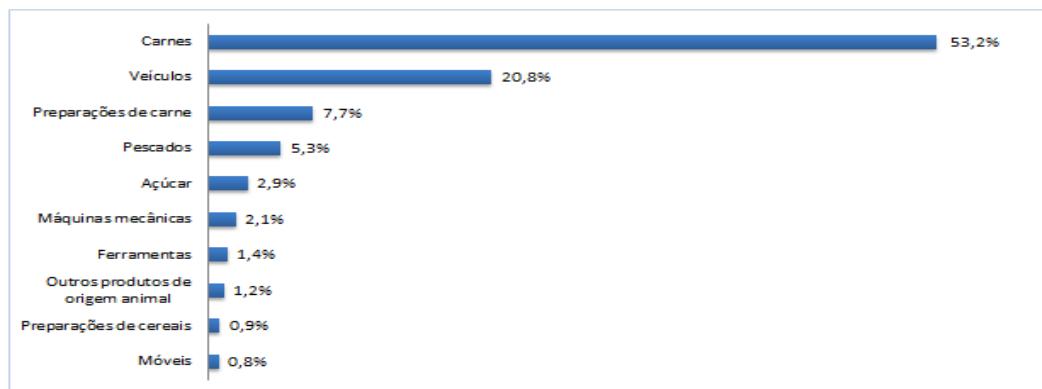
Elaborado pelo MRE/DOPRI/CIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MERCOSUR/Alceweb, Fevereiro de 2016.
 (1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para o Gabão
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carnes	26,49	55,6%	24,87	50,2%	19,39	53,2%
Veículos	6,00	12,6%	10,46	21,1%	7,57	20,8%
Preparações de carne	1,89	4,0%	2,35	4,7%	2,81	7,7%
Pescados	1,31	2,8%	2,83	5,7%	1,94	5,3%
Açúcar	2,46	5,2%	1,65	3,3%	1,06	2,9%
Máquinas mecânicas	1,29	2,7%	1,17	2,4%	0,75	2,1%
Ferramentas	0,42	0,9%	0,48	1,0%	0,53	1,4%
Outros produtos de origem animal	0,33	0,7%	0,35	0,7%	0,44	1,2%
Preparações de cereais	0,24	0,5%	0,33	0,7%	0,33	0,9%
Móveis	0,29	0,6%	0,23	0,5%	0,30	0,8%
Subtotal	40,72	85,5%	44,72	90,3%	35,12	96,3%
Outros produtos	6,91	14,5%	4,78	9,7%	1,36	3,7%
Total	47,64	100,0%	49,50	100,0%	36,48	100,0%

Elaborado pelo NIKEIOPHATIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MIDAS/SECEX/Miceweb, Fevereiro de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

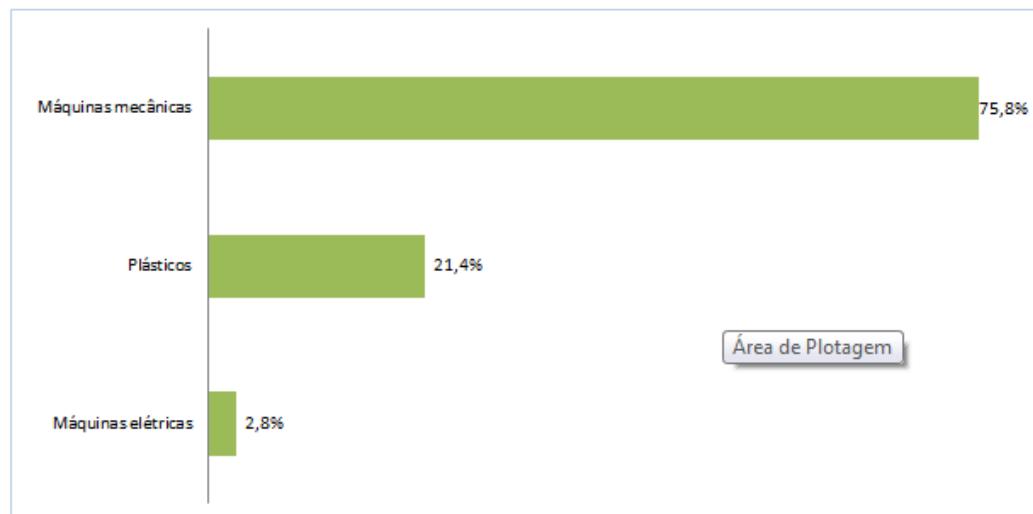


Composição das importações brasileiras originárias do Gabão
US\$ mil

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	0,86	5,5%	3,62	96,6%	2,30	75,8%
Plásticos	7,65	49,0%	0,00	0,0%	0,65	21,4%
Máquinas elétricas	1,51	9,7%	0,00	0,0%	0,09	2,8%
Subtotal	10,01	64,1%	3,62	96,6%	3,03	100,0%
Outros produtos	5,60	35,9%	0,13	3,4%	0,00	0,0%
Total	15,61	100,0%	3,75	100,0%	3,03	100,0%

Elaborado pelo MRE/MDIC/DIRADIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alcovek, Fevereiro de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Aviso nº 201 - C. Civil.

Em 25 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Gabonesa.

Atenciosamente,

EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, substituta

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL